



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

LANA PATRÍCIA DE MATOS DOS SANTOS

A GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO: O Assentamento de
Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão

MACAPÁ
2022

LANA PATRICIA DE MATOS DOS SANTOS

A GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO: O Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá –PPGEO/UNIFAP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dra. Patrícia Rocha Chaves
Coorientador: Dr. Antônio Carlos Sardinha

MACAPÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S237 Santos, Lana Patrícia de Matos dos.

A Geografia da Violência de Gênero no Campo: o assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão / Lana Patrícia de Matos dos Santos. - Macapá, 2022.

1 recurso eletrônico. 134 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Macapá, 2022.

Orientadora: Patrícia Rocha Chaves.

Coorientador: Antonio Carlos Sardinha.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Território. 2. Violência de gênero. 3. Amazônia. I. Chaves, Patrícia Rocha, orientadora. II. Sardinha, Antonio Carlos, coorientador. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD 23. ed. – 910.811

SANTOS, Lana Patrícia de Matos dos. **A Geografia da Violência de Gênero no Campo**: o assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão. Orientadora: Patrícia Rocha Chaves. Coorientador: Antonio Carlos Sardinha. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

LANA PATRÍCIA DE MATOS DOS SANTOS

A GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO: O Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão

Linha de Pesquisa: Sociedade e dinâmicas territoriais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Patrícia Rocha Chaves

Presidente/Orientador (UNIFAP)



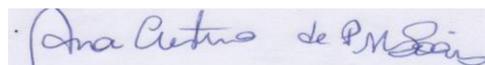
Prof. Dr. Roni Lomba Mayer

Membro (UNIFAP)



Prof. Dra. Ana Cristina de Paula Maués
Soares

Membro (UNIFAP)



Resultado: APROVADA

Macapá, 30 de setembro de 2022

DEDICATÓRIA

Às **mulheres camponesas** de Bom Jesus do Fernandes, em especial a Zé Milta e Maria José por todo conhecimento e sabedoria compartilhados em campo.

À **minha mãe**, a primeira feminista da minha vida, que me ensinou com amor que a vida é feita de batalhas, que a queda não é o fim, é sempre possível recomeçar. Dona de uma fé inabalável.

À **minha família**, minhas irmãs, meu irmão, meus sobrinhos Gustavo de Matos, Guilherme de Matos, Nicolas de Matos e minhas sobrinhas Nalanda de Matos e Ana Vitória de Matos, obrigada pelo carinho e preocupação. Amo vocês!

Ao **José Bartolomeu**, pelos seus lambeijos tão cheios de amor e por ser minha companhia até os últimos dia de escrita desta dissertação. Amo-te! Obrigada por encher meus dias de vida!

À **turma do PPGeo-2019**, pelos incontáveis atos amor e companheirismo, vocês me inspiram a ser melhor sempre. Obrigada por tanto! Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia** – PP GEO, todo corpo docente e administrativo e em especial aos professores Daguiete Maria Chaves de Brito, Jucilene Amorim e Emmanuel Costa Santos, por terem tornado essa jornada mais leve com suas mensagens durante a quarentena de covid-19. Ao prof. Genival, pelo curso de pilotagem de drone até a véspera da véspera de natal. Obrigada, mestre!

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal** – CAPES, pela concessão da bolsa de estudo. À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá** – FAPEAP e ao **PPSUS** pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço aos membros do **Exame de Qualificação e da Banca de Defesa**: a professora Ana Cristina M. Soares que participou do trabalho de campo da pesquisa, e o professor Roni Lomba Mayer críticas e sugestões contribuíram de forma significativa com construção desta dissertação.

Ao **Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas**, por ter custeado os trabalhos de campo da pesquisa e pelas contribuições da Profa. Fátima Sueli Oliveira Santos, Profa. Nelma Nunes da Silva, Eduardo dos Santos, Edmilson, e Odilha Pereira, no planejamento e realização dos campos.

À minha orientadora Professora **Patrícia Rocha Chaves** e ao meu coorientador Professor **Antônio Carlos Sardinha**, pela compreensão e rigor com que orientaram essa Dissertação. Obrigada!

Ao amigo Joelgrafia, um dos melhores professores e pilotos de drone que conheço, obrigada por compartilhar tanto conhecimento comigo nos últimos 3 anos. **Joel Lima**, obrigada pela amizade que construímos, por que a “a amizade é o maior presente” (Expresso Polar, 2004).

Ao companheiro **Rômulo Vasconcelos**, o Maluco Beleza, obrigada pelas conversas, trocas de vida e geografia. Aprendo muito com você, meu amigo!

Ao **Felipe Lima Amorim, Ana Valéria de Almeida e Fabiana de Souza Vilhena**, por dividirem comigo as aflições do mestrado e por me aturarem, literalmente!

À **Jocianny Carla da Silva Sardinha, Magdiel, Ana Cláudia Sá da Cruz, Jesiane da Silva Barbosa, Hellen, Carla de Mattos Santos e Francinete Viana** pela parceria, pelas palavras amiga, por serem sempre solícitos e pelos exemplos de superação. Me sinto muito privilegiada por esse encontro.

Aos amigos de longa data, **Rosiney Ferreira, Tatiane Costa, Iris Costa e Eliene Melo**, por todo cuidado comigo, pelas conversas na madrugada em meio a ansiedade, por dividirem angústias acadêmicas, por todos os sonhos que compartilhamos na Geografia e na vida. Por se fazerem família. Eu amo muito vocês!

Agradeço a Deus, que demonstrou seu amor e cuidado através de cada uma destas pessoas, sou grata pela vida e força concedida.

RESUMO

A presente Dissertação intitulada *A GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO: O Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no município de Tartarugalzinho-Ap em questão*, teve como *tema* a violência de gênero no território camponês no Amapá e partiu do seguinte *problema*: Como se configura a violência de gênero no processo de territorialização dos Assentamentos de Reforma Agrária no Amapá? O *objetivo geral* foi analisar a configuração da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no Amapá. Neste sentido, os objetivos específicos são: analisar a apropriação do território a partir da categoria gênero e as territorialidades das mulheres camponesas; caracterizar a Violência de Gênero no território camponês do assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes, especificamente no que concerne à indissociabilidade de corpo e território. Os sujeitos de pesquisa foram as mulheres camponesas do assentamento de reforma agrária Bom Jesus Fernandes. O estudo revelou que a violência de gênero nesses territórios, é produto de uma colonialidade em que o racismo e o patriarcalismo são suas bases cofundantes, e os grupos subalternizados nesse processo, como é caso das populações do campo na Amazônia reproduzem essa colonialidade, produzindo no campo territórios de dominação masculina e a desvalorização não apenas da mulher, mas do feminino, nisso produzem também a desigualdade de gênero, que é a materialização das relações de poder, e o fenômeno da violência contra a mulher envolve uma complexa relação entre corpo, poder e cultura. Constatamos que as mulheres camponesas de Bom Jesus dos Fernandes são atingidas pela violência de gênero do capital rentista que invade o campo, do Estado que institucionaliza o machismo em suas organizações violando direitos básicos das mulheres do campo, desvalorizando e invisibilizando tanto o trabalho da mulher camponesa quanto a violência de gênero por elas sofridas, ou a violência doméstica, aquela que ocorre no âmbito familiar, classificadas internamente em violência sexual, moral, patrimonial, psicológica e física. Verificou-se também o desconhecimento dessa população feminina sobre as políticas de enfrentamento a violência doméstica no âmbito da saúde, e a inexistência de atendimento à mulher vítima de violência doméstica no posto médico do Assentamento.

Palavras-chave: Território. Violência de gênero. Campesinato. Amazônia.

ABSTRACT

The present dissertation entitled geography and gender violence in the countryside: the Bom Jesus dos Fernandes agrarian reform settlement in Amapá in question, had as its theme the gender violence in the peasant territory in Amapá and started from the following problem: How is the violence of gender in the process of territorialization of Agrarian Reform Settlements in Amapá? The general objective was to analyze the configuration of gender violence in the territorialization process of the Bom Jesus dos Fernandes Agrarian Reform Settlement in Amapá. In this sense, the specific objectives are: to analyze the appropriation of the territory from the gender category and the territorialities of peasant women; to characterize Gender Violence in the peasant territory of the Bom Jesus dos Fernandes agrarian reform settlement, specifically with regard to the inseparability of body and territory. The research subjects were peasant women from the Bom Jesus Fernandes agrarian reform settlement. The study revealed that gender violence in these territories is the product of a coloniality in which racism and patriarchy are its confounding bases, and the groups subordinated in this process, such as rural populations in the Amazon, reproduce this coloniality, producing in the field territories of male domination and the devaluation not only of women, but of the feminine, also produce gender inequality, which is the materialization of power relations, and the phenomenon of violence against women involves a complex relationship between body, power and culture. We found that peasant women from Bom Jesus dos Fernandes are affected by gender violence from rentier capital that invades the countryside, from the State that institutionalizes chauvinism in its organizations, violating basic rights of rural women, devaluing and making the work of peasant women invisible. as for gender violence suffered by them, or domestic violence, that which occurs within the family, internally classified as sexual, moral, patrimonial, psychological and physical violence. It was also verified the lack of knowledge of this female population about the policies to combat domestic violence in the health area, and the lack of care for women victims of domestic violence in the medical center of the Settlement.

Keywords: Territory. Gender violence. peasantry. Amazon.

LISTA DE SIGLAS

AMCEL	Jari Celulose e a Amapá Florestal e Celulose S.A.
CEMEADAP	Convenção Estadual dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Amapá
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IFAP	Instituto Federal do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária PNRA
PR	Paraná
RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SVS-AP	Superintendência de vigilância em Saúde do Estado do Amapá
TJAP	Tribunal de Justiça do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	E. E. Juvenal Farias da Costa na Agrovila do Assentamento Bom Jesus	24
Imagem 2	Posto Médico do Assentamento de Bom Jesus dos Fernandes Sr. Bina	25
Imagem 3	Praça e quadra Poliesportiva de Bom Jesus da Agrovila de Bom Jesus dos Fernandes	25
Imagem 4	Pesquisadores acompanhados do agente de saúde do PA Bom Jesus dos Fernandes	80
Imagem 5	Ponte em reforma- Ramal de Bom Jesus	81
Imagem 6	Grupo focal realizado em 23 de outubro de 2021	83
Imagem 7	Grupo focal realizado em 23 de outubro de 2021	84
Imagem 8	Hosana Rocha de Bom Jesus dos Fernandes	86
Imagem 9	Entrevista com Maria José	87
Imagem 10	Atual templo da Igreja Assembleia de Deus- SEMEAD/AP	89

Imagem 11	Parteira Ribeirinha	92
Imagem 12	Parteira Maria de Fátima	92
Imagem 14	As parteiras tradicionais de Bom Jesus	93
Imagem 15	Carteirinha do Movimento das Parteiras tradicionais	93

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Pesquisadores envolvidos no campo I	77
Organograma 2	Pesquisadores envolvidos no campo II	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Amapá	58
Tabela 2	Violência contra a mulher no campo (2020 - 2021)	66
Tabela 3	Distribuição da linha de crédito Fomento Mulher no Estado do Amapá	101
Quadro 1	Planejamento da pesquisa de campo	78
Quadro 2	Entrevistados, principais informações e instrumentos	79
Quadro 3	Trabalho de campo II	81
Quadro 4	Eixos temáticos dos grupos focais	83
Quadro 5	Cronograma e planejamento da Pesquisa de Campo	84
Quadro 6	Questões e respostas do grupo focal	105
Quadro 7	Entrevistas Individuais com as participantes do grupo focal	119
Quadro 8	Entrevista individual com técnica de saúde do posto Sr Bina.	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Tartarugalzinho, Amapá	21
Mapa 2	Trajetos para o Assentamento Bom Jesus dos Fernandes	23
Mapa 3	Feminicídio e Femicídio na América Latina (2019 – 2020)	44
Mapa 4	Feminicídio na Amazônia Legal	48
Mapa 5	Feminicídio de Mulheres negras na Amazônia Legal	50
Mapa 6	Assentamentos no Estado do Amapá	56
Mapa 7	Áreas em conflito no campo no Amapá por Municípios - 2021	62
Mapa 8	Violência de Gênero no Amapá no Campo e na Cidade (2020-2021)	64
Mapa 9	Localização da Área de estudo (Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes)	70
Mapa 10	Assentamentos com mulheres beneficiárias do Fomento Mulher	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM TARTARUGALZINHO E A CRIAÇÃO DO
ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES 18

1	A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL CAMPONESA NA AMAZÔNIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO	27
1.1	A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPENSINATO AMAZÔNICO	27
1.2	MULHER, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE	35
1.3	TERRITÓRIO E CORPO-TERRITÓRIO: ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	40
2	TERRITÓRIO E ESTRUTURA SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA E NO AMAPÁ	46
2.1	AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO AMAPÁ E AS VIOLÊNCIAS NO CAMPO	55
3	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A TERRITORIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES	72
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS PARA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES A PESQUISA DE CAMPO	73
3.1.1	LEVANTAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS	74
3.1.2	LEVANTAMENTO DOS DADOS QUALITATIVOS	74
3.1.3	TRABALHO DE CAMPO I	77
3.1.3.2	TRABALHO DE CAMPO II	80
3.2	AS ESCALAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES	86

3.2.1	CAMPONESAS E PARTEIRAS DE BOM JESUS DOS FERNANDES	91
3.2.2	AS INTERFACES ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO CAPITAL, INSTITUCIONAL E DOMÉSTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES	94
3.2.3	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ESTRUTURAL, DO CAPITAL E A INSTITUCIONAL NO ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES	96
3.2.4	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES	108
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

Entende-se, de acordo com Méndez (1991, p. 3), que a violência de gênero “é toda ação que coage, limita ou restringe a liberdade e dignidade das mulheres”. Presas em uma teia de significados morais patriarcais e econômicos, no qual seus corpos e suas ações correspondem ao espaço apropriado, seja para o trabalho, ou outras formas de sociabilização. É relevante a discussão do uso do corpo das mulheres que vivem no campo como um elemento espacial que operacionaliza as possibilidades de construção do território. Nessa perspectiva, as mulheres do campo constituem importantes sujeitos/objetos dos lócus materiais e simbólicos apropriados, convergindo um importante terreno de reflexões sobre a relação entre poder e cultura na Amazônia.

Assim o tema transita sobre o eixo das teorias de gênero para a compreensão da construção das relações sociais, sendo que Reis (2015), enfatiza a relevância de tal discussão ao apontar que o gênero é uma categoria estruturante que situa o indivíduo no mundo. Incorporada nas análises geográficas, esta categoria de análise torna possível compreender as manifestações espaciais e territoriais de diversos grupos da sociedade. Compreende-se que estas relações sociais que se concretizam nesses territórios correspondem, contraditoriamente, a uma a lógica acumulativa ou não do capital, a relações baseadas no patriarcalismo, pois como pontua Aguiar (2000), o patriarcado não deve ser compreendido como uma dimensão do sistema capitalista, para o pensamento social brasileiro, ele está associado a condições de vida pré-capitalistas.

Diante do tema exposto, esta pesquisa se delineou a partir da seguinte problemática: Como se configura a violência de gênero no processo de territorialização dos Assentamentos de Reforma Agrária no Amapá? Para responder à esta questão norteadora, estabelecemos como objetivo geral: Analisar a configuração da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no Amapá. Neste sentido, os objetivos específicos são: analisar a apropriação do território a partir da categoria gênero e as territorialidades das mulheres camponesas; caracterizar a Violência de Gênero no território camponês do assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes, especificamente no que concerne à indissociabilidade de corpo e território.

Para tanto, recorreremos às análises de Aguiar (2000), sobre a instauração do patriarcalismo no Brasil, que como herança da colonização portuguesa mercantil, tem sua formação no campo brasileiro tendo como bases institucionais a dominação de grupos domésticos rurais e o regime da escravidão. Esta dominação territorial não é somente apropriação do espaço físico, material, mas sobretudo uma colonialidade de gênero (LUGONES, 2020). Caracterizada pela violência contra a mulher, o uso do corpo feminino tanto para o trabalho físico, quanto reprodutivo, mulheres negras e indígenas escravizadas, foram utilizadas como aparelho reprodutivo, para promover o povoamento do território e geração mão-de-obra escrava.

Essa apropriação do corpo feminino pelo Capital, ainda em sua fase mercantil, nos faz associar à apropriação do espaço, que o torna território, e assim, sustentamos a análise desta categoria sob Raffestin (1998), que em sua contribuição teórica o compreende, em seu estado primeiro, como espaço, sendo ele produzido a partir do espaço, definido por meio das relações de poder, sendo que nestas relações de poder do território, encontram-se as relações de gênero, ou sistema sexo-gênero (LAURETIS, 2019). Trata-se, pois, de sistema de códigos linguísticos e de representações culturais, que também podem ser constituídas das relações de raça e classe.

Nas relações de poder que produzem o território, estão presentes as relações de gênero, raça e classe, que se configuram em marcadores sociais, tornando fundamental para se compreender a violência de gênero no campo na Amazônia a abordagem da interseccionalidade, a partir das contribuições de LUGONES (2020), SAFFIOTI (2005;1987) FRIEDERICI (2017;2021), e o corpo-território em HAESBAERT (2006).

O primeiro capítulo da dissertação corresponde aos aportes teóricos, onde se discute as categorias e conceitos basilares da pesquisa. O gênero enquanto categoria, compreendido como construção social e histórica da noção de feminino e masculino, implicada em relações de poder e dominação do masculino e a subordinação do feminino, o território, categoria geográfica produzido a partir das relações de poder, categoria que condiciona e também é condicionada articulado ao gênero. E a violência de gênero que se produz a partir das relações de poder e dominação de gênero no território.

O segundo capítulo, nomeado Território e Estrutura Social da Violência de Gênero na Amazônia e no Amapá, apresenta dados da violência de gênero na Amazônia Legal, dando ênfase ao feminicídio de mulheres negras. Enquanto os dados apresentados sobre o Amapá fazem uma contextualização da violência de gênero no campo.

O terceiro capítulo consta de forma sucinta os procedimentos metodológicos da pesquisa, o levantamento de dados quantitativos e qualitativos por meio dos trabalhos de

campo; e a análise da violência de Gênero no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, onde buscou-se revelar o protagonismo feminino no processo de territorialização do PA, o papel do gênero nessa constituição, a dominação masculina nesse território, e a caracterização da violência de gênero institucional, do capital e doméstica que atinge as mulheres camponesas do território camponês em questão.

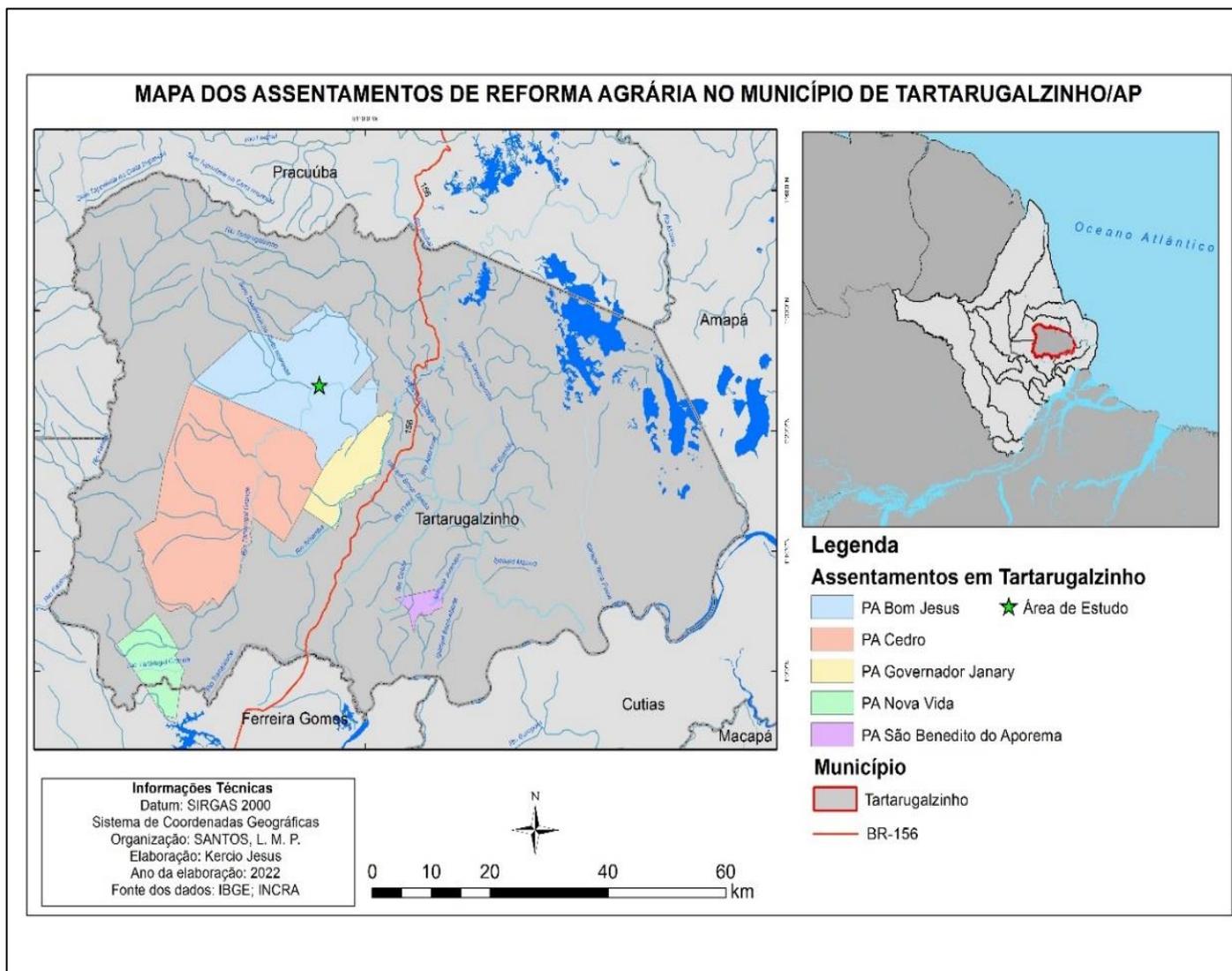
Nesse sentido, afirma-se que as mulheres do PA Bom Jesus dos Fernandes vivenciam múltiplos eixos de opressão, trata-se assim da violência do capital rentista, a violência de gênero do Estado, aliado ao capital, que institucionaliza o patriarcalismo por meio dos dispositivos de controle social, e a violência doméstica, aquela que ocorre no âmbito familiar, também apresenta interfaces com a violência institucional.

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM TARTARUGALZINHO E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES

Quanto o lócus deste estudo, o projeto de assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes, localiza-se em Tartarugalzinho, um dos 16 municípios do Estado do Amapá. Tartarugalzinho possui uma extensão territorial de 6.684,71 km² (IBGE, 2015), com uma população estimada de 15.665 habitantes (IBGE, 2016), sendo 46,8% feminina e 53,2% masculina. Índices do IBGE (2010) apontam que 51,9% da população concentra-se na sede do município, enquanto 48,1% no campo.

O município de Tartarugalzinho possui 5 projetos de assentamento criados a partir de 1994, sendo o Projeto de Assentamento (PA) Bom Jesus dos Fernandes, o primeiro deles, correspondente ao terceiro município de maior concentração de Projetos de Assentamento implantados pelo INCRA. O mapa 1 apresenta a distribuição dos Projetos de Assentamento no Município de Tartarugalzinho que ocupam 104.717,214 hectares, têm cerca de 1.326 famílias ocupando os lotes disponíveis. Segundo o INCRA (2017), do quantitativo total citado, 385 famílias estão assentadas no PA Bom Jesus dos Fernandes, fundado em 1994, sob jurisdição do INCRA.

Mapa 1- Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Tartarugalzinho, Amapá

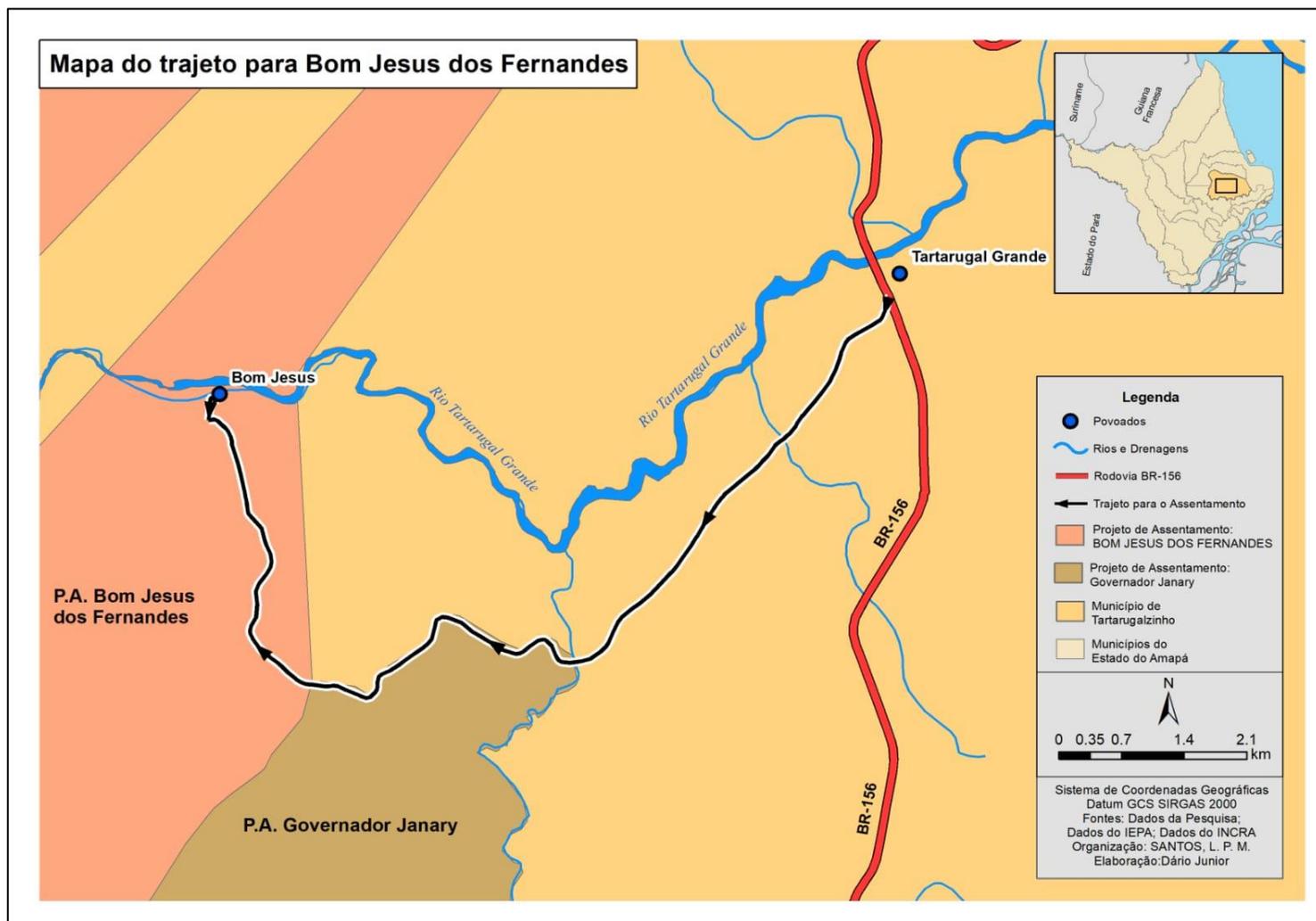


Fonte: IBGE; INCRA, 2017.

A ocupação das terras de Bom Jesus dos Fernandes, iniciou com 10 famílias camponesas, 7 (sete) delas provenientes do Estado do Maranhão, do município de Alcântara e 3 (três) famílias que já ocupavam as margens do rio Tartarugal Grande. Da união dessas famílias estabeleceu-se a primeira liderança popular: o senhor Bernardo Ferreira da Rocha, popularmente conhecido como senhor Bina, e em 28 de julho de 1987 ocorreu a fundação da comunidade Bom Jesus. Nesse sentido, foram essas dez famílias que deram início à formação socioterritorial do Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

Esta ocupação foi regularizada em 1994, sendo que o PA Bom Jesus dos Fernandes, possui uma área de 33031.0381 hectares e capacidade para 450 famílias e localiza-se à 262 km da capital do Estado do Amapá, Macapá. O acesso até 1998, estava limitado a hidrovia Tartarugal Grande, mas com a demarcação dos lotes, o governo também promoveu a acessibilidade para os assentados, com a abertura de estradas, vicinais, que se tornaram as principais vias de acesso, bem como com a construção da ponte sobre o rio Ariramba, no principal ramal de acesso à agrovila. Durante o trabalho de campo, foi possível mapear este principal ramal de acesso ao Assentamento Bom Jesus, representado no mapa 2.

Mapa 2- Trajeto para o Assentamento Bom Jesus dos Fernandes



Fonte: Dados da Pesquisa de campo, 2021.

Após sua fundação, outras famílias, também imigrantes maranhenses e parentes das famílias que deram início à ocupação, foram se instalando e formando seu roçado, intensificando assim, o processo de territorialização. Neste processo de ocupação formaram-se dois núcleos no assentamento: a Agrovila e a comunidade do Limão.

Na agrovila de Bom Jesus dos Fernandes, ocupada por imigrantes maranhenses e onde concentra-se a maior parte da população camponesa, de acordo com o levantamento realizado em novembro de 2021 pelo agente de Saúde de Bom Jesus, Justino Rocha, há 170 famílias assentadas somente na Agrovila, chegando a aproximadamente um total de 600 pessoas, com uma população feminina, onde 143 estão na faixa etária de 12 a 49 anos, e 160 entre 25 a 64 anos de idade. Há neste local alguns serviços públicos importantes a se destacar, tais como posto médico, centro comunitário, eletrificação rural, casas entregues pelo Programa Nacional de habitação Rural, Estrutura Educacional e sistema de canalização de água. Os registros fotográficos a seguir são de algumas instalações governamentais e foram realizados durante o trabalho de campo dessa pesquisa.

Imagem 1- E. E. Juvenal Farias da Costa na Agrovila do Assentamento Bom Jesus



Fonte: produção da autora. 2021

A Escola Estadual Juvenal Farias da Costa (Imagem 1) e o Posto de Saúde Sr. Bina (imagem 2), são as principais instalações do governo neste PA. A escola estadual foi inaugurada em 1990, na então comunidade de Bom Jesus e recebeu esse nome em homenagem ao primeiro gestor, o professor Juvenal Farias da Costa. Atualmente é uma mulher quem ocupa a gestão da escola, que oferta aos assentados as séries do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e

Adultos. Ressalta-se que, no período da pesquisa de campo, estava em construção uma Escola Municipal. O posto de Saúde Sr. Bina, foi fundado em 2011 e também é uma homenagem a primeira liderança popular de Bom Jesus, o senhor Bernardo Ferreira Rocha.

Imagem 2- Posto Médico do Assentamento de Bom Jesus dos Fernandes Sr. Bina



Fonte: produção da autora.

A praça de Bom Jesus foi iniciativa da população, sendo que, posteriormente, a prefeitura de Tartarugalzinho se tornou responsável pelo desenvolvimento e conclusão da obra, entregando-a aos moradores em 2020, com uma quadra poliesportiva (imagem 3).

Imagem 3- Praça e quadra Poliesportiva de Bom Jesus da Agrovila de Bom Jesus dos Fernandes



Fonte: produção da autora.

Já a localidade do Limão, foi ocupada por famílias de origem paraense e amapaense. É nas vicinais do Limão que se localizam a maioria das roças dos agricultores de Bom Jesus, no entanto, existem roças cujo único acesso é pelo rio Tartarugal Grande. A produção nessas roças é artesanal e de subsistência, e também serve para garantir o direito à terra, tendo em vista que a produção é pequena, cultiva-se a banana, o Açaí, a Macaxeira e principalmente a mandioca, tendo em vista a produção da farinha

Apresentado o *lócus* de estudo, nos debruçaremos sobre as categorias e conceitos utilizados para compreendermos o fenômeno da violência de gênero nesse território.

1 TERRITÓRIO, CAMPONESINATO NA AMAZÔNIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Compreendemos a formação social e econômica do Brasil de acordo com Chaves (2020, p. 30), que afirma se tratar de um processo fundamentado na “concentração de terra para monocultura/latifúndio/trabalho escravo, somada às estruturas patriarcais e racistas, uma sociedade extremamente violenta, desigual e desumana”. Neste contexto, ocorre a marginalização das populações camponesas, consideradas atrasadas e sem direito ao espaço no mundo capitalista moderno. A exploração das populações que vivem no campo na Amazônia brasileira é parte do processo violento de colonização e sujeição histórica realizada na produção do território capitalista, no qual também estão nas bases de sua formação social, o racismo e o patriarcalismo, que avançou sobre as vidas dessas populações, disputando com elas as formas de apropriação da natureza.

No que concerne às formas de apropriação do espaço na produção capitalista, é possível verificar que se produziu na Amazônia um cenário de violências e impunidades, dentre elas, a violência de gênero no campo, historicamente invisibilizada. Trata-se, pois, de um fenômeno que assim como outras modalidades de violência, é constitutivo da produção desses territórios e assim, revelar como a violação dos direitos da mulher do campo e da floresta está integrada ao processo de territorialização, é compreender como o gênero é elemento estruturante na construção dos territórios camponeses na Amazônia.

O presente capítulo se estrutura em três sessões: a primeira trata da formação sócio territorial do campesinato amazônico, destacando a violência que atravessa esse processo e trazendo o debate da categoria gênero como um elemento estruturante na construção dos territórios camponeses. Na segunda sessão, faz-se uma breve revisão teórica da categoria território, suas formas de territorialização, bem como o conceito de corpo-território, um debate geográfico sobre as espacialidades do corpo. A terceira sessão trata da violência de gênero no Assentamento Bom Jesus.

1.1 A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPONESINATO AMAZÔNICO

Amazônia Legal é o *locus* privilegiado da barbárie no campo brasileiro e a razão explicativa e fundante dessa violência sem fim, está na disputa que travam o campesinato, os quilombolas e os povos indígenas pela conquista de suas terras e seus territórios contra o agrobanditismo (Oliveira, 2020). Desta maneira, antes de estabelecer o debate quanto à formação socioterritorial do campesinato na Amazônia, com ênfase no gênero como elemento

estruturante desse processo, é necessário apresentar a concepção teórica na geografia agrária, a qual serve de apoio neste trabalho, para interpretar a agricultura camponesa no Brasil.

Para tanto, recorre-se a Oliveira (2003, p. 5), que discute as proposições teóricas baseadas no pensamento marxista em disputa na ciência geográfica. Nos escritos do citado autor, verifica-se que a primeira vertente defende a seguinte tese: “para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo”. Verifica-se com isso, que os autores dessa corrente advogam que no Brasil houve feudalismo, ou relações semifeudais de produção, sendo que a luta camponesa contra os latifúndios e a reforma agrária representa a extinção do feudalismo e aceleração da penetração do capitalismo no campo.

Ainda segundo Oliveira (2003, p. 5) há, no entanto, outra corrente que aponta que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e os camponeses, inevitavelmente, irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria”. Nesse sentido, os camponeses se tornariam produtores, que voltados para o mercado, se endividariam, e perderiam suas terras para os bancos, ou venderiam para saldá-las. Desta forma, ao perder seu espaço de reprodução socioeconômica (terra/território), os camponeses se tornariam proletários.

É evidente que essas duas correntes teóricas não reconhecem o camponês como um sujeito histórico, bem como acreditam que não existe lugar para essa classe social no futuro da sociedade capitalista, pois para esses teóricos, esta sociedade é composta somente por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). Oliveira (2003), ainda revela que a falta de apoio de partidos políticos à luta dos camponeses por terra e território, está embasada nas duas concepções descritas anteriormente, haja vista que são considerados pelos partidos e autores que seguem esta linha de pensamento, como reacionários ou simplesmente tem sua existência negada. Os autores que defendem o desaparecimento da classe camponesa, são representantes intelectuais de uma classe, que compreendem que para a transformação da sociedade capitalista para o socialismo, é necessário que a sociedade atual possua apenas duas classes sociais: o proletariado e a burguesia.

Compreender o lugar do camponês na sociedade capitalista, no avanço do capital para o campo e suas resistências a este processo, ao contrário das teses que defendem sua proletarização, é importante para que esta classe continue a lutar para ser classe camponesa e deve ser entendido no interior desse processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, como contraditório e combinado. É nessa perspectiva que a terceira corrente esta alicerçada e compreende que:

O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do ‘bóia-fria’), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2003, p. 7).

Assim comunga-se da ideia de que o capitalismo, ao produzir relações capitalistas no campo, como o trabalho assalariado, também produz relações não capitalistas de produção, a exemplo do trabalho familiar. A partir dessa concepção, que tem no território sua categoria basilar, compreende-se, portanto, que a concepção território deve ser apreendida como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc), nas quais o Estado desempenha a função de regulação. Diante do exposto, considera-se neste trabalho que território é “produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2003, p.13)

Na discussão teórica que compõe a sessão 1.2 desse capítulo, buscamos analisar o campesinato amazônico e dentre as violências, base do processo de territorialização camponesa na Amazônia, a violência de gênero. Dito isto, as linhas a seguir apresentam a formação do campesinato na Amazônia e uma breve síntese do conceito de camponês, tendo em vista as particularidades territoriais em que a classe social está inserida.

A população rural da Amazônia legal segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2019) está estimada em 6.717.041 habitantes, sendo a população feminina do campo 3.120.680 habitantes. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹, durante os 30 anos de publicação dos Cadernos de Conflitos no Campo e segundo Chaves (2015), no Brasil ocorreram 29.716 conflitos, desse quantitativo 12.823, ou seja, 42,4% se deram na Amazônia Legal.

De 2015 a 2020, foram registrados e publicados pela CPT, 4.336 conflitos no campo na Amazônia Legal. Estes dados mostram como a Amazônia tem sido palco de conflitos e por isso,

¹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi fundada em 1975 em defesa dos trabalhadores da terra e da reforma agrária, pois neste período a ditadura militar estava instaurada no Brasil e com ela um cenário de exploração e expropriação de trabalhadores camponeses, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Desde de 1985, a CPT realiza o registro dos conflitos e as violências que as populações do campo sofrem no Brasil, esses dados são publicados anualmente nos cadernos de Conflitos no Campo Brasil.

necessita de cada vez mais discussões para entender seu processo de formação e as implicações nos conflitos que a permeiam. Dentre os temas conflitantes na região, as relações de gênero também devem ter lugar especial nos estudos científicos e desta maneira, compreender a formação dessa população e a formação dos seus territórios pode possibilitar uma análise das relações de gênero no campo, as relações de poder existentes nesses territórios que configuram a violação dos direitos das mulheres, a violência de gênero por elas vivenciadas. Ferre e Serra (2006, p.106), consideram que as relações de poder são importantes para analisar o gênero na geografia agrária, pois:

El poder e los principios estructuradores Las muje-res han sido a menudo olvidadas y marginadas en las áreas rurales, vistas como productoras dependientes, vinculadas a un modo de producción familiar con una fuerte ideología patriar-cal, observadoras en silencio de la modernización rural y sujetos pasivos en los discursos sobre lo rural.²

A marginalização das populações do campo, sobretudo da mulher camponesa, é o produto do tripé da matriz da nossa formação social, do racismo, do patriarcalismo e da exploração dos recursos naturais, como elenca Porto-Gonçalvez (2020). Assim, ao analisar a geografia da violência na formação territorial do campo Brasileiro, é possível afirmar que nossa história é marcada por uma das maiores concentrações de terra, e seus latifúndios são um instrumento de poder da classe dominante, e assim, a violência estrutura nossas relações sociais e adquire formas históricas, instaurando-se até mesmo nas instituições ditas civilizadas, a exemplo, do Estado. Este último, por sua vez, está intrinsecamente envolvido em conflitos pela terra, sendo que o protagonismo dos conflitos é caracterizado pela violência das classes sociais em situação de dominação, classes estas representadas por grileiros, fazendeiros, madeireiros, empresários, mineradoras e agentes.

A presença do Estado nesse contexto pôde ser vista com bastante clareza quando, em 1964, o Estado forjou uma nova fase de modernização conservadora baseada na colonialidade, no racismo e patriarcalismo contra as Ligas camponesas e então, o campo e a Amazônia passaram por um período de violência explicitamente institucionalizada contra lideranças populares (PORTO-GONÇALVEZ, 2020). Segundo Moreira e Targino (1997), o surgimento das Ligas Camponesas na década de 1940, confere a busca pelo ser camponês pela dignidade

² Princípios de poder e estruturação mulheres têm sido muitas vezes esquecidas e marginalizadas no meio rural, vistas como produtoras dependentes, vinculadas a um modo de produção familiar com forte ideologia patriarcal, observadoras silenciosas da modernização rural e sujeitos passivos nos discursos sobre o rural. Tradução nossa.

no trabalho na terra, a possibilidade de se reproduzir a partir do trabalho, modificação da natureza e do próprio ser, e por consequência da saúde.

Martins (1980), afirma que a ocupação da Amazônia legal pelo Capital, não se trata de uma ocupação característica do próprio Capital, pois ela é subvencionada e forçada. Há processos distintos e momentos diferentes dentro desse mesmo processo na Amazônia, sendo que o avanço do Capital, não é apenas a invasão de latifundiários sulistas ou pioneiros (como eles se intitulam), aliados aos tecnocratas do regime, responsáveis pelo desenvolvimento da doutrina de ocupação dos espaços vazios, ou melhor, esvaziamento dos espaços ocupados, já que predominou a expulsão do homem da terra para colocar bois, única forma legítima de se ocupar esses espaços vazios. Esta invasão do Capital é subvencionada não por meio de força de trabalho, mas Capital transformado em boi e articulado ao trabalho escravo.

Como resistência a esta violência institucionalizada da estrutura fundiária, nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que luta contra a marginalização histórica das populações do campo que invisibiliza as violências sofridas por elas, sobretudo na Amazônia, onde se concentra a maior incidência de conflitos fundiários. O MST foi formado em 1985, congregando cerca de 1.500 lavradores de 23 Estados do Brasil, sendo que mulheres estiveram presentes na criação do movimento ocupando lugar de liderança, já que 300 delas participaram do primeiro congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Curitiba (PR), dentre as quais estava Maria Oneide, liderança feminina do Pará, expropriada de sua terra e viúva, que teve seu companheiro assassinado na luta pela terra e território. Também estiveram presentes parlamentares e representantes de movimentos camponeses da América Latina. (MAÇANO, 2000).

No primeiro congresso do MST que consolidou o movimento, constatou-se a concentração de conflitos fundiários nas regiões Norte e Centro-Oeste, como consequência dos projetos de colonização, e tal como afirma Mançano (2000, p. 89):

A região do Bico do Papagaio era a região mais violenta do País. A grilagem de terras, a expropriação de posseiros e o assassinato dos trabalhadores eram os principais fatos da violência. De 1982 a 1984, quase metade dos trabalhadores assassinados na luta e resistência pela terra era do Estado do Pará, Goiás e da Pré-Amazônia Maranhense. Os projetos de colonização realizados por empresas particulares ou pelo governo federal eram as formas utilizadas para levar mão-de-obra barata do Nordeste, do Sul e do Sudeste para o Norte. Os trabalhadores rurais foram utilizados para derrubar a mata e amansar a terra para os grandes fazendeiros. A maior parte das famílias, que foram levadas para os projetos, enfrentavam a falta de assistência. Sem as condições básicas para sobreviver, tornavam-se migrantes.

A partir da afirmação de Mançano (2000), verifica-se que os projetos de colonização e a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no campo, bem como a expropriação no processo de formação socioespacial da Amazônia, dialogam com as proposições de Calabi e Indovina (1992), sobre o uso capitalista do território.

A discussão do território enquanto categoria geográfica é feita mais adiante no subitem 1.3, todavia é indispensável realizarmos aqui alguns apontamentos sobre o uso do território pelo Capital, o que ameaça a reprodução da produção não capitalista, visto que o que configura o camponês é a terra e território, para assim compreendermos essa formação histórica do campesinato na Amazônia e do camponês-ribeirinho, termo cunhado por Cruz (2017). Na perspectiva de Calabi e Indovina (1992), a produção e organização do território está atrelada ao processo de produção capitalista. As relações capitalistas de produção e reprodução que produzem o território, atribuem a este, valor de uso e valor de troca, onde o controle dessa relação se dá por meio dos arranjos políticos, econômicos, sociais e até mesmo conflitais.

Os projetos de colonização da Amazônia, detinham o controle sobre o mesmo, pois possuíam os arranjos políticos e econômicos, e estes foram utilizados para atrair trabalhadores para a região, haja vista a necessidade do Capital em transformar o território utilizando-se de mão-de-obra barata, a exploração do trabalhador pelo Capital. Após derrubar a mata e preparar a terra para o fazendeiro, esse trabalhador tornava-se migrante, pois os projetos não ofereciam as mínimas condições de sobrevivência (MANÇANO, 2000).

Esse processo de exclusão do trabalhador, produziu territórios na Amazônia de relações não capitalistas de produção, como o trabalho familiar. O estudo de Cruz (2007), sobre os camponeses-ribeirinhos, termo cunhado para designar os camponeses da Amazônia, afirma que o estabelecimento dessa população se deu com mais intensidade no período pombalino, modificando as características indígenas da Amazônia e constituindo colônia portuguesa. No início do século XIX, uma população originada das relações entre europeus e índios das águas estava estabelecida, e se modificaria com a migração nordestina para esta região, enquanto força de trabalho para a exploração do látex em expansão no mercado internacional e posteriormente à crise da borracha entre 1910-1912.

Corroboram com esta afirmação Macedo e Sousa (2019), quando enfatizam que o campesinato em questão emerge a partir das políticas pombalinas no século XVIII. A implementação dessas políticas na Amazônia entre 1750 a 1777, objetivava a constituição de um campesinato que atendesse aos interesses mercantilistas. Caracterizado pela violência e subalternização de índios e africanos, este processo produziu na Amazônia um campesinato

diverso, miscigenado e historicamente violento, que ao se aliar aos regatões e aviadores (comerciantes locais da época), se consolidou como base da economia extrativista no período colonial, com a coleta das drogas do sertão, destinada ao abastecimento do mercado europeu. Este campesinato desenvolveu outras formas de apropriação do espaço, como quilombolas e posseiros, intensificando o processo de ocupação e dando início a formação dos territórios camponeses no interior do vale amazônico.

Vale destacar que o termo camponês-ribeirinho foi cunhado por Cruz (2007) ao analisar que a ocupação de terras às margens de rios é um complemento à vida dessa classe ou a própria vida. Nesse sentido, o autor defende a indissociabilidade do camponês e o rio, utilizando em sua tese o citado termo. Neste contexto, sobre a relação do camponês da Amazônia com o rio, vale recorrer a Castro (1998, p. 7) afirma que:

Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.

De acordo com Castro e Naum (2012), o campesinato na Amazônia não se formou em um momento histórico único, nem com característica única, o que garante uma significativa diversidade social a ser analisada, visto que sua formação remonta à colonização, à ocupação da Amazônia, na qual negros escravizados e indígenas, desenvolviam como atividade principal a agricultura, como meio de sobrevivência. Com a migração de trabalhadores para a região, aumentou a demanda por alimentos, e o camponês passou a se dedicar ao abastecimento dessa população. Os autores apresentam de forma bem geral alguns aspectos dessa formação social:

Um campesinato que se pauta na mistura de conhecimentos de índios, negros e colonos migrantes, de forma diferente de acordo com os espaços ocupados pelos grupos. As origens dos migrantes, as práticas culturais dos que moravam na região (caboclos, extrativistas, indígenas, entre outros), e as estratégias utilizadas para a garantia dos interesses do capital sobre o território fizeram surgir relações e trocas em vários níveis, aparecendo umas mais associadas às práticas externas, outras mais tradicionais. Estas diferentes relações fizeram do espaço amazônico, um espaço de diversidades, histórica e geograficamente marcado, uma vez que cada espaço regional foi mais ou menos valorizado por suas condições (CASTRO & NAUM, 2012, p.6).

A posse de terras da Amazônia por grupos sociais como seringueiros, pescadores, ribeirinhos, mulheres quebradeiras de coco babaçu, dentre outros, formou da própria contradição do capitalismo, uma classe, a classe camponesa. O capitalismo para ter domínio sobre o território amazônico, tenta sujeitar o trabalho do camponês, Martins (1980) observa quem em um ato de resistência, esta classe ocupa novos territórios, recuperando a autonomia de seu trabalho e mais uma vez, afrontando as leis capitalistas que almejam a proletarização do trabalhador do campo.

É nesse sentido que Teodor Shanin (2005, p. 54), argumenta contra a ideia de que “o capitalismo significa descamponesação”, advoga que os camponeses não desaparecerão completamente, assim como não permanecerão estruturalmente da mesma forma, tão pouco se tornarão proletários rurais. Ao contrário, eles resistem e como estratégia para não serem dissolvidos pelo capitalismo, se vinculam gradualmente à economia. A classe camponesa, no interior de uma sociedade capitalista se caracteriza pela economia baseada no trabalho com a terra, na propriedade familiar, na economia de subsistência. Além destas, há também a atividade produtiva campesina, agricultura familiar, extrativismo ou artesanato, atividades moldadas pelo ecossistema e desenvolvidas em equilíbrio com o mesmo (CHAVES, 2015, 2005; SHANIN, 2005). O campesinato é uma formação social interna à formação social brasileira, o capitalismo brasileiro avança nas terras.

É mister frisar que o campesinato não é uma realidade fixa, é a combinação de tais elementos com as práticas de reprodução não capitalistas e suas formas de resistência ao capital que o configura como classe social (CHAVES, 2015).

Lombardi (2017), afirma que no campesinato, diferentemente do que ocorre no processo de proletarização, a terra é a reprodução da vida, por pertencer ao camponês, ele se identifica com o produto final do seu trabalho. A classe camponesa trava uma luta histórica por sua sobrevivência econômica, política e identitária contra as estruturas violentas do um capital rentista/monocultor, que tem em sua base o racismo e o patriarcalismo que avança sobre a Amazônia de forma específica, pois a Amazônia é fundamentalmente útil para a produção e reprodução do capital. A natureza amazônica constitui matéria-prima no processo de produção capitalista. Mas, não somente Amazônia enquanto bioma, as populações amazônicas têm sido destituídas, exploradas e sujeitadas as “novas” dinâmicas. Dessa forma, as mulheres camponesas-ribeirinhas e demais mulheres do campo encampam não somente uma luta feminina pela terra, mas também contra a violação de seus corpos nas várias esferas que a violência as impõe.

De certa forma, entendemos que o campesinato constitui uma classe revolucionária em sua luta constante contra a propriedade privada dos meios de produção, contra o rentismo no campo. Todavia, de muitas formas, como as demais classes sociais do capitalismo ele torna-se passivo ao patriarcalismo que se instalou-se nos seus territórios como herança do período colonial, defende Aguiar (2000).

Estão presentes nas relações de sexo-gênero, as opressões sofridas pelas mulheres nesses territórios tradicionais como resultado dessa dominação masculina, conforme aponta Lugones (2020). Questiona-se também a indiferença dos homens diante a dominação sobretudo racial, de uma “colonialidade do poder, na qual homens sob uma perspectiva da questão racial torna-se inferiorizados no sentido de estabelecer as relações necessárias as dinâmicas de reprodução econômica-social- cultural do capitalismo global. A partir da problematização dessa indiferença diante das violências que o Estado, o patriarcado branco e homens negros perpetuam contra as mulheres [...]” (LUGONES, 2020, p. 58).

Na próxima sessão, aborda-se as categorias de mulher, gênero e o conceito de interseccionalidade para apreendermos quais dispositivos presentes no território camponês e como estes estruturam as relações de poder nos mesmos, que engendram a violência de gênero.

1.2 MULHER, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

O que é uma mulher camponesa? Antes de discutir esse marcador social do sujeito/objeto dessa pesquisa, compreendamos o que é uma mulher. Esta discussão conceitual será norteadas pelas contribuições de Simone de Beauvoir (1970, p. 69) que afirma que “não basta dizer que a mulher é uma fêmea, não se pode defini-la pela consciência que tem de sua feminilidade,” bem como as reflexões de Butler (1990) para quem é preciso uma subversão da categoria mulher, defendendo que a identidade de gênero é formada em um contexto político e variável e as demandas das mulheres são diversas, e o sexo anatômico não impõe limite a identidade de gênero. Assim, destaca-se o exposto em Butler (2004, p. 266) em torno da conceituação da categoria mulher:

Quando esta categoria se considera como representativa de un conjunto de valores o disposiciones, se vuelve normativa en su caracter y, por tanto, excluyente en principia. Este movimiento ha creado un problema teorico y politico, ya que una diversidad de mujeres de diferentes posiciones culturales

ha rehusado reconocerse como mujeres en los terminos enunciados por la teoria feminista.³

Verifica-se que ao conceituar a categoria mulher, corre-se o risco de limitar não apenas sua abordagem político-científica, mas o senso de consciência de si e auto identificação. Romper com a universalização e considerar a multiplicidade desta categoria é fundamental, porém constitui-se como um desafio para o feminismo. O pensamento de Beauvoir (1970) e Butler (2004), convergem no sentido de que a consciência de si, e a construção da subjetividade da mulher está condicionada à cultura, já que:

Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher. Nenhum destino biológico, psicológico ou econômico determina a figura que a fêmea humana apresenta na sociedade: é a civilização como um todo que produz essa criatura, intermediária entre macho e eunuco, descrita como feminina (BEAUVOIR, 1970 p.15).

O gênero compreendido como diferença(s) sexual(ais) limita o conceito de mulher à diferença do homem, desta forma não haveria diferença entre as mulheres. Para Lauretis (2019), um sujeito é constituído de gênero, no entanto suas experiências não estão baseadas apenas nas relações de sexo; ela aponta para a existência de um sistema de código linguísticos e de representações culturais constituídas também por relações de raça e classe. E para que se possa compreender essas relações é necessário desconstruir o conceito de gênero apenas como diferença sexual, partindo da visão teórica foucaultiana que entende a sexualidade como uma tecnologia sexual, a autora propõe uma tecnologia de gênero, pois assim como a sexualidade, “o gênero não é propriedade de corpos” (LAURETIS, 2019, p.123) mas sim produto e processo de tecnologias sociais; e gênero ainda que seja uma representação, possui implicações concretas; a representação é sua construção e essa construção acontece também da comunidade intelectual, não apenas nos aparelhos ideológicos. Desconstruir o gênero também é construí-lo.

As representações de gênero estão relacionadas ao sistema de sexo-gênero, influenciados por fatores políticos e econômicos em cada sociedade, onde a diferença sexual produz valores e hierarquias sociais.

Butler (2004), afirma que a categoria gênero é dividida internamente por classe, cor, idade e características étnicas. Nesse sentido, a interseccionalidade é outro conceito importante para esta análise geográfica da violência de gênero no campo, pois torna possível realizar uma análise política da experiência espacial das mulheres camponesas e como os sistemas de

³ Quando esta categoria é considerada como representativa de um conjunto de valores ou disposições, torna-se de caráter normativo e, portanto, exclusivo em princípio. Esse movimento criou um problema teórico e político, uma vez que uma diversidade de mulheres de diferentes posições culturais tem se recusado a se reconhecer como mulheres nos termos enunciados pela teoria feminista. Tradução nossa.

opressão se articulam nesse território, pois este conceito diverge da perspectiva de que todas as mulheres, independente dos marcadores sociais, de raça, classe e gênero e o território em que estão inseridas, sofrem o mesmo tipo de opressão.

Silva e Silva (2011), trazem à baila a importância da interseccionalidade para os estudos geográficos brasileiro, enfatizam que todo indivíduo apresenta tais categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade, orientação sexual, etc. No entanto deve-se considerar que essas identidades não são permanentes, e estão em constante processo de construção e desconstrução, e sobretudo esses processos identitários que ocorrem ao longo da vida concreta, e condicionam a experiência dos indivíduos estão condicionados à um espaço tempo.

Nesse sentido, as autoras reforçam que Kimberlé Williams Crenshaw (1991, 1994), ao sistematizar teoricamente as múltiplas e simultâneas pertencas identitárias, revelou que a interseccionalidade é um conceito que permite articular os marcadores sociais que estruturam as desigualdades e geram a posição relativa das mulheres em determinado espaço-tempo. A cerca disse Silva e Silva (2011), afirmam:

A metáfora da intersecção criada por Crenshaw (1991, 1994) permite imaginar vários eixos de poder, como gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc., como grandes avenidas que estruturam áreas sociais, econômicas e políticas. Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas (SILVA; SILVA, 2011, p. 29).

Entende-se que a interseccionalidade é capaz de interpretar a estrutura relacional dos eixos de opressão e a configuração estabelecida na intersecção ocorrida entre os marcadores sociais. Akotirene (2019,p.39), alerta que o ponto vista de Crenshaw, sobre a interseccionalidade vem sendo frequentemente limitado à múltiplas identidades, todavia a interseccionalidade é, primeiramente uma “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos”

Nesse sentido, uma mulher negra, camponesa na Amazônia está sujeita a sofrer múltiplas opressões, por diferentes eixos de poder, o Estatal, o capital e a violência intrafamiliar. Partindo do entrelaçamento entre raça e classe para compreender como o capitalismo se apropria do corpo da mulher camponesa, nos embasamos nos estudos Lugones (2020), que utiliza o termo colonialidade. Questionar “qual corpo feminino estamos falando?”, é fundamental para identificarmos como essa colonialidade se impõe sobre ele e implicam na

violência de gênero. Assim, “colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade” (LUGONES, 2020, p. 63).

Lombardi (2017), destaca que no estudo antropológico “O Trabalho da Terra” (WOORTMANN, E., WOORTMANN, K., 1997), o significado das mulheres na perspectiva do campesinato, está voltado para um movimento interno de alimentação da família, do roçado e da criação de pequenos animais.

Reis (2015) enfatiza a relevância das teorias de gênero para a compreensão da construção das relações sociais, pois gênero é uma categoria estruturante que situa o indivíduo no mundo. Incorporada nas análises geográficas torna possível compreender as manifestações espaciais e territoriais de diversos grupos sociais, haja vista que a desigualdade de gênero é, simultaneamente, estruturada nas relações sociais nesses territórios que correspondem, contraditoriamente, a uma a lógica acumulativa ou não do capital.

Na geografia agrária destaca-se a geógrafa Rossini (1988), que aborda gênero numa perspectiva marxista, analisando a divisão sexual e espacial do trabalho, a mulher como produção e reprodução de força de trabalho e a sua submissão no campo. Rossini (1993), apontava o gênero como temática ainda pouco explorada nas ciências geográficas, tendo em vista o espaço geográfico, como objeto de estudo e a mulher demonstrou em seus estudos que a mulher, por meio do trabalho, produz e reproduz espaços, sendo então o gênero uma categoria digna de interesse geográfico.

A constituição dos territórios são formas geográficas, as relações sociais conteúdo estabelecido a partir do gênero como elemento de formação. Nesse sentido, considerar a geograficidade do gênero no processo é relevante para esta pesquisa, e assim, concorda-se com Moreira (2004, p. 34) que “a geograficidade parte do ente, vai da existência à essência - caminho mediado pela forma e pelo conteúdo - para retornar de volta ao ente e enfim explicitar o seu ser geográfico” (PIRES, 2019, p. 51), ao analisar os desdobramentos do conceito de geograficidade ao longo do século XX e XXI, menciona, na geografia brasileira, a abordagem de Moreira que utiliza o conceito aproximando geografia e antologia, “considerando-o como a condição espacial do homem ou o modo espacial da existência do homem”.

Nessa perspectiva, abordar a geograficidade do gênero no contexto das comunidades camponesas na Amazônia compreende a condição de apropriação desse espaço, tornando-o território e estabelecendo relações sociais, que culminam na violência de gênero. O termo Gênero, como categoria de análise, foi vastamente utilizado em substituição do termo mulheres,

na década de 1980, para legitimar os estudos feministas na academia. Dito isso, de acordo com Scott (1995, p. 75):

Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Verifica-se com isso que o gênero designa construções sociais. Joas e Knöbl (2017) afirmam que essa abordagem apresenta três posições teóricas: a primeira busca explicar as origens do patriarcado; a segunda, de cunho marxista, é compromissada com a crítica feminista; e a terceira dedica-se a compreender a produção e a reprodução da identidade de gênero do indivíduo, sendo que para isso, dialoga com as escolas de psicanálise do pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas. Scott (1995) conceitua gênero como categoria que dialoga com classe, raça e etnia no processo de construção das relações de gênero, os efeitos nas relações sociais e institucionais, significando relações de poder. Scott (1995, p. 67) que assim estabelece:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças da organização das relações sociais, correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

A interseccionalidade nos permite refletir que em nossa coletividade existem vários sistemas de opressão – as de raça, classe social, capacidade física, localização geográfica, de gênero entre outras, que se relacionam entre si, se sobrepõem e demonstram que a violência de gênero, o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas.

Esta conceitualização contém elementos relevantes para a análise das territorialidades camponesas e da violência de gênero estrutural nesses territórios, também exercida por agentes externos que possuem algum tipo de poder sobre esses territórios. A desigualdade de gênero é a materialização das relações de poder e o fenômeno da violência contra a mulher envolve uma complexa relação entre corpo, poder e cultura.

1.3 TERRITÓRIO E CORPO-TERRITÓRIO: ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O território, como categoria de análise da geografia se refere à união natureza e cultura por meio das relações de poder. Com isso, desnaturaliza-se o conceito de território, até então “base natural do Estado”. Pode-se dizer que no estado territorial habitam múltiplas territorialidades, pois, não há território que não seja fruto de um processo de territorialização com diferentes sentidos – territorialidades - para estar na terra (Porto-Gonçalves, 2020).

Raffestin (1993, p. 7), afirma que o território não é espaço, é formado a partir do espaço. Essa apropriação do espaço é mediada por relações de poder, tornando-o território. Para o teórico, “Espaço e território não são sinônimos. Atores produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo de territorialização, quando se manifestam todas as formas de relações de poder”.

Outro conceito fundamental é o de territorialização como processo que produz o território, “movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de território e territorialidades que simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devi”. Assim, a territorialidade é a cristalização da relação do sujeito com o lugar em que vive, marcadas pela territorialização, “a territorialidade também corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, às relações econômicas, políticas e culturais que os homens estabelecem entre si e com sua natureza exterior” (SAQUET, 2011, p. 46).

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 42), “o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Nessa perspectiva, o território é uma construção social, onde as relações de poder entre os sujeitos sociais são definidoras. [...] o território é produzido a partir da apropriação do espaço. De acordo com Costa (2008, p. 29), “a sociedade, ao delimitar um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas”. Relações de poder que se materializam no espaço formando territórios.

Assim o poder torna-se fundamento para a compressão da dimensão territorial. Souza (2013, p. 97), ao discutir a construção e a abordagem na pesquisa científica dos conceitos da ciência geográfica, suas categorias de análise e outros conceitos que delas derivam, apresenta o conceito de poder. Na sociedade capitalista o poder emana da relação de classes e conforma, ma das dimensões das relações sociais, sendo que “o poder explícito é o exercício do poder

visível e vinculado ao Estado. Se o poder é uma das dimensões das relações, o território é a expressão espacial: uma relação social manifestada no espaço e/ou por meio dele” (SOUZA, 2003).

Em Haesbaert (2006), a perspectiva relacional, aponta o território como categoria que compreende as relações de dominação e apropriação da sociedade-espaço, tanto na dimensão da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação subjetiva cultural-simbólica. Esta categoria parte de uma realidade inicial dada que é o espaço geográfico, e produzido pelas relações dos sujeitos sociais marcados interseccionalmente por raça, gênero e classe; o autor alerta que esses processos, embora diferentes, são indissociáveis.

Nesse sentido, é imperioso pensar as questões acerca da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, e na territorialidade das mulheres camponesas, pois ela condiciona, ao mesmo tempo que é resultado da apropriação e construção do território. Assim, o desafio desta pesquisa é analisar o território. Mas, não somente o território como natureza externa espacial. Considera-se a partir da categoria de gênero a necessidade de revelar as relações de dominação que se estruturam na relação corpo-território e no caso desta pesquisa, território enquanto relação social de produção, fração da luta camponesa por um pedaço do chão do mundo, colocando o corpo-território das mulheres camponesas em disputa, como parte da dimensão de apropriação das relações de poder. Poder do capital, poder do estado, poder patriarcal e numa outra perspectiva, poder da mulher camponesa.

Considera-se que o território, parafraseando Bourdieu (1995), é a teia de significados que envolve o corpo feminino, o corpo em si é espaço. Tal conceito é corroborado por Nunes (2014), que em sua tese sobre as geografias do corpo, defende que corpo é um importante elemento do espaço geográfico, que transforma e é transformado por ele, e espaço como experiências corporalizadas.

Para a autora, as geografias do corpo são reivindicadoras de subjetividades e espacialidades, e porque não, territorialidades? Pois “a corporeidade abre um espaço de significação do mundo em um movimento no qual o sujeito e o mundo se interpretam mutuamente produzindo territórios”. Nessa perspectiva, compreende-se o corpo como objeto e sujeito, é *locus* material e simbólico, que carrega marcas de diferentes contextos sociais e históricos. O corpo, quando apropriado material e simbolicamente, torna-se território, primeiro território, território da cultura. Saffioti (2011, p. 40), afirma que “a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições”. Haesbaert (2020) contribui com tais reflexões ao apresentar o corpo-território, a abordagem do

território a partir da perspectiva de gênero, em que a principal escala é o corpo, relacionando corpo-território.

Conceito muito explorado na geografia latino-americana dos movimentos de resistência de mulheres, haja vista a indiferença dos homens à luta contra o modelo patriarcal de sociedade na América Latina. Lugones (2020), enfatiza essa questão da indiferença masculinas à luta contra a exploração e dominação das mulheres e contrapõe com luta contra o colonialismo, no entanto é indiferente ao que a autora chama de colonialidade de gênero, onde homens também colonizados, oprimidos e explorados pelo capital, reproduzem a opressão as mulheres, principalmente, as não brancas.

É interessante notar que essas comunidades, tanto as que estão em grandes centros urbanos do mundo (como Brooklyn, Los Angeles, Cidade do México, Londres) quanto as que estão nas comunidades rurais indígenas (do Novo México, do Arizona, da Mesoamérica, da região Andina, da Nova Zelândia, da Nigéria), nunca aceitaram a invasão colonial passivamente. Entendo a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres em nossas comunidades como uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunais, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial. Procuo entender a maneira como essa indiferença é construída para, então, convertê-la em algo cujo reconhecimento seja inevitável para aqueles que se dizem envolvidos em lutas libertadoras (LUGONES, 2020, p. 58).

A violência de gênero na América latina representada aqui no mapa (03), que apresenta dados comparativos (2019-2020), os quais deixam entrever o problema das relações de gênero e poder em um contexto de colonialidade que atravessa a América Latina desde o início do século XVI. O feminicídio⁴, enquanto violência de gênero resulta das “tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero” (LUGONES, 2014, p. 936), é a expressão máxima da violência de gênero. Tal afirmação encontra ressonância em Meneghel e Hirakata (2011), o feminicídio “é a morte de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres”.

Nossa compreensão sobre o conceito de violência de gênero, segue o pensamento de Mendéz, (1991, p. 3), que afirma ser “toda ação que coage, limita ou restringe a liberdade e dignidade das mulheres”. Trata-se, pois, de um fenômeno que se manifesta no controle social

⁴De acordo com o Código Penal Brasileiro, alterado pela Lei 13.104 de 2015 (Lei do Feminicídio) o feminicídio definido no artigo 121, § 2º, inciso VI, como homicídio qualificado por ter sido praticado contra a mulher em razão da condição do sexo feminino, recebendo uma pena maior que a de homicídio simples.

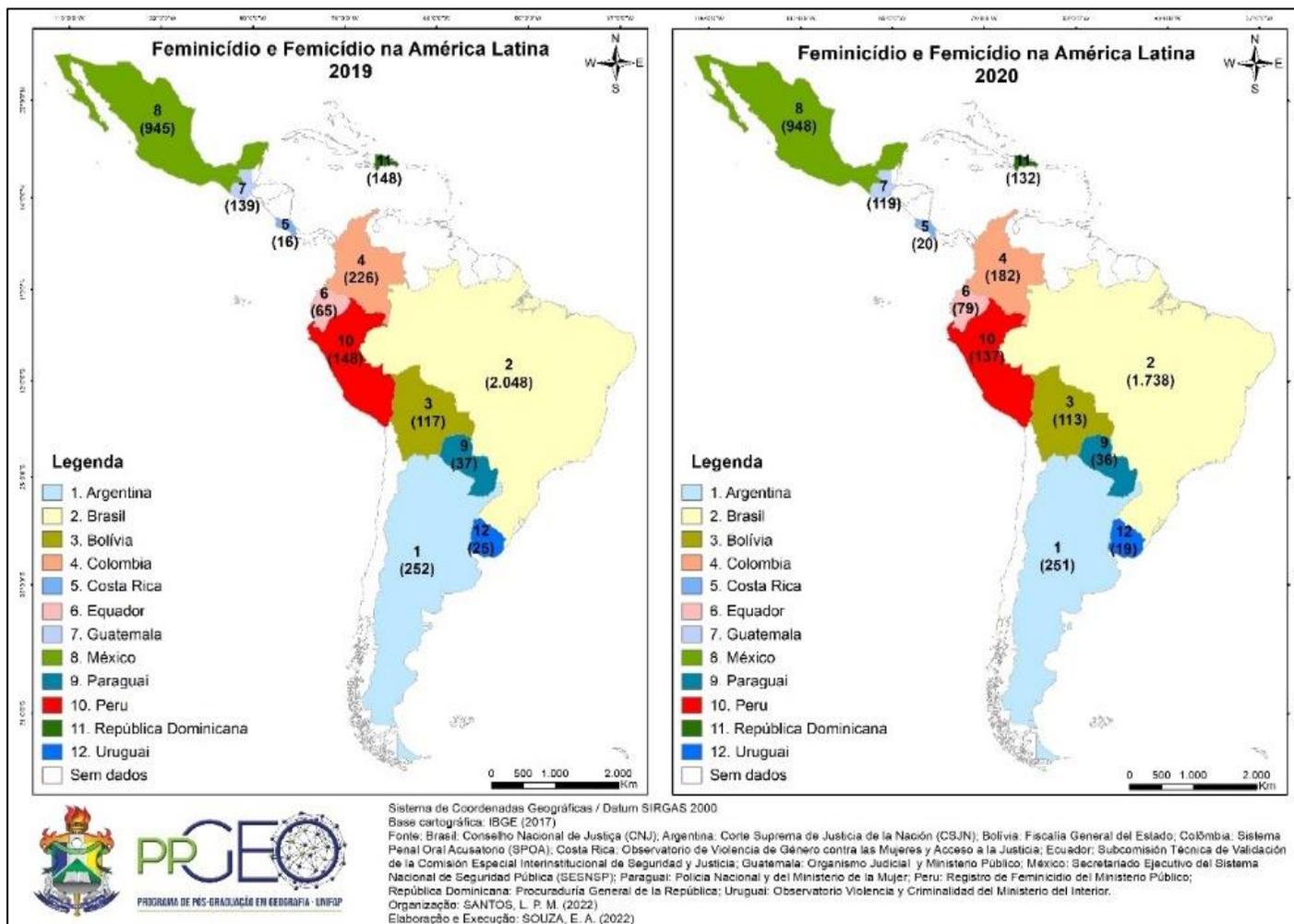
do corpo feminino e neste contexto, é preciso compreender a violência de gênero e as relações de poder que estão entremeadas nela.

A ocorrência desse fenômeno no contexto latino-americano é uma continuação da violência colonial contra os corpos femininos. Com efeito emergiram na América Latina movimentos políticos-sociais como o “Nenhuma a menos”, que luta pelo fim da impunidade para a violência de gênero e o feminicídio. Em consonância com o exposto, Lima (2017), ao estudar o movimento feminista da América Latina, em específico o “Nenhuma a menos”, afirma:

Segundo concepções do “Nenhuma a menos”, quando a violência não pôde ser evitada, é preciso responsabilizar os agressores de acordo com os ditames constitucionais e legais existentes, através de um sistema de justiça criminal e de um devido processo legal. No que diz respeito ao feminicídio, as defensoras da tipificação acreditam que a inserção de um tipo penal específico para tratar da morte de mulheres por razões de gênero contribui sobremaneira para o reconhecimento do problema e, conseqüentemente, para transformações culturais relevantes, possibilitando, cada vez mais, que se conheça as vítimas e seus agressores, as circunstâncias dos crimes denunciados e, principalmente, sua real dimensão (LIMA, 2017, p.4).

Essa mobilização social conquistou como forma de politizar os assassinatos de mulheres produzidos num contexto de violência contra a mulher e de negligência estatal, tipos penais de “feminicídio” a fim de buscar mais efetividade nos julgamentos desses crimes e, mais ainda, denunciar o descaso e a conivência do Estado, tendo este reproduzido em suas práticas legais e judiciárias modelos europeus que não são efetivos em proteger a população feminina desses territórios (OLIVEIRA; FERREIRA, 2021).

Mapa 3- Femicídio e Femicídio na América Latina (2019 – 2020)



Fonte: CEPAL, 2022

Contudo, é preciso diferenciar os termos femicídio e feminicídio. Segundo Meneghel e Hirakata (2011), o primeiro significa a morte de uma mulher, enquanto o segundo termo possui viés político, que caracteriza a morte de uma mulher em razão da misoginia.

Nesse sentido o **Mapa 3**, apresenta a violência de gênero na América Latina, entre 2019 e 2020 expressa em números absolutos denominadas femicídio, feminicídio ou homicídio agravado por razões de gênero em concordância com as legislações nacionais.

Conforme dados compilados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe da CEPAL (2020), apresentados no mapa 03, na América Latina:

As taxas mais altas de femicídio ou feminicídio por 100.000 mulheres em 2020 correspondem a Honduras (4,7 por cada 100.000 mulheres), República Dominicana (2,4) e El Salvador (2,1). Os 10 países que relataram redução nas taxas de feminicídio em relação a 2019 são: Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. A Argentina e o México mantiveram as taxas de feminicídio de 2019, enquanto três países (Equador, Costa Rica e Panamá) registraram aumento em relação ao ano anterior. No Caribe, Trinidad e Tobago percebe-se um aumento na taxa por 100.000 mulheres de 2019 a 2020 (de 2,9 para 3,1). Anguila e as Ilhas Virgens Britânicas não registraram nenhum caso de morte violenta de mulheres com base no gênero em 2020 (CEPAL, 2020, s/p).

Em se tratando de números absolutos, em 2019 na América Latina, 4.166 mulheres foram vítimas de feminicídio. Desses registros, o Brasil apresentou a maior ocorrência, representando 49% dos índices que contabilizam 2.048 casos de feminicídio, seguido do México com 22%, o que corresponde a 945 mulheres vítimas da violência de gênero. Em contraste a estes países, Costa Rica e Uruguai apresentaram os menores índices, respectivamente 0,3% e 0,5% dos registros.

Observou-se que o Brasil em 2020 apresentou uma redução de 8% em relação à 2019, contabilizando 310 vítimas à menos, ainda assim representou 47% dos registros de feminicídio da América Latina. O México, por sua vez, apresentou um aumento de 0,9% nos seus índices de feminicídio, Costa Rica também apresentou um aumento em comparação à 2019 de 0,8%, correspondente a 20 registros de feminicídio. O Uruguai, foi o país com a menor incidência de feminicídio em 2020, registrando 19 casos, o que denota uma redução de 1,3% em relação ao ano anterior.

Oliveira e Ferreira (2021), após analisar como o feminicídio é criminalizado no contexto latino-americano, comparando a legislação penal desses países, afirmam que o direito penal contribuiu historicamente com a subordinação das mulheres e com a violência de gênero.

Dá-se destaque aos países da Pan Amazônia, Peru, Equador, Colômbia e Brasil, que correspondem a 2.604, o equivalente a 62% dos feminicídios na América Latina em 2019. É mister frisar que o Brasil lidera o ranking de feminicídios em números absolutos (2048 feminicídios registrados), seguido da Colômbia com 226 registros, e que Guiana, Guiana Francesa e Suriname não apresentaram dados da violência de gênero sob seus territórios.

Observa-se que em 2020, houve uma redução nos índices de feminicídios nos países Pan Amazônicos, representando 58% dos feminicídios na América Latina. Ao compararmos com 2019, constata-se que somente o Equador apresentou aumento nos registros, 14 mulheres vítimas de feminicídio a mais.

Países onde houve considerada redução de índices de ocorrência foram justamente países que adotaram legislação específica sobre violência de gênero para criminalizar os casos de feminicídio, enquanto que, os países que apresentaram aumento foram os que apenas promoveram alterações legislativas em Códigos já vigentes, para punir e tipificar o feminicídio, o Brasil é um exemplo, afirmam Oliveira e Ferreira (2021).

Nesse sentido, cabe considerar que a relação entre poder e cultura seja na América Latina, seja no Pan Amazônia, define o controle, a apropriação do corpo das mulheres que vivem no campo, tornando-o um elemento espacial que operacionaliza as possibilidades de construção do território à espaço apropriado, seja para o trabalho, ou outras formas de sociabilização.

2. TERRITÓRIO E ESTRUTURA SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA E NO AMAPÁ

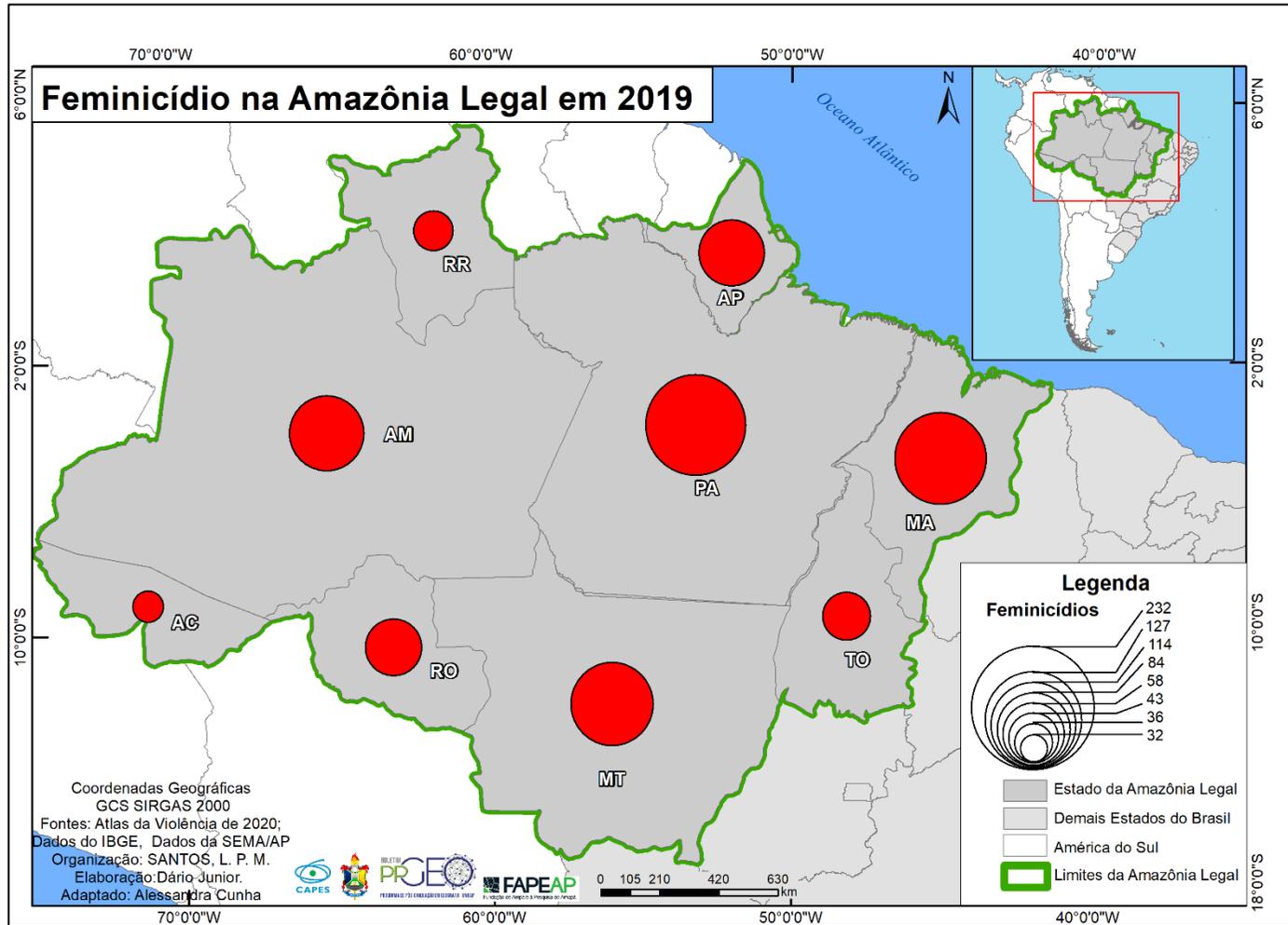
Sabe-se que a Amazônia, como afirma Cruz (2006), herdou do colonialismo, processo marcado pela violência, a subalternização de suas populações: índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco, etc., bem como diversas representações. Nesse sentido, destacamos o que Cruz (2006, p. 67) chamou de olhar romântico/tradicionista, a idealização idílica que seria:

Essa visão romântica e idealizadora compreende a identidade de tais populações como aquilo que é o “autêntico”, o “original”, o “verdadeiro” a “tradição”, “o exótico”. Essa idealização vê o “caboclo” como o “bom selvagem” que ainda não cometeu “o pecado original da modernidade” – é como se a cultura e a história pudessem ser congeladas e não houvesse interações multidimensionais e multiescalares entre as culturas, os sujeitos e os lugares. As diferenças e as identidades são vistas como algo “natural”, como “essências” a-históricas, e não como fenômenos históricos e socialmente produzidos.

O processo de colonização que violentou a dignidade dessas populações agrava a sujeição das mulheres aos homens nesses territórios, que têm como aliado o olhar romântico para as práticas espaciais, para a cultura amazônica, invisibilizando a violência sexual sofrida por mulheres que “engravidaram do boto”, escondendo o viajante, o pai ou outro homem da família que praticou a violência. A falta de acesso aos serviços de proteção e enfrentamento à violência contra a mulher, a ausência de produção científica que problematize esse fenômeno, associado aos papéis e expressões de corpos produzidos e significados por matrizes que hierarquizam, estruturam as relações sociais, invisibilizam a violência de gênero nesses territórios.

O mapa 04 apresenta dados da violência de Gênero na Amazônia Legal (2019), publicado no Atlas da violência (2020). Devido a inoperância do Estado por meio do seu sistema de notificação que não informa a localidade do crime, não foi possível identificar o quantitativo de feminicídios ocorridos no campo, logo, os dados apresentados no mapa são gerais. Essa lacuna impede que se tenhamos uma compreensão mais próxima do número de mortes e dos contextos em que ocorrem.

Mapa 04: Femicídio na Amazônia Legal



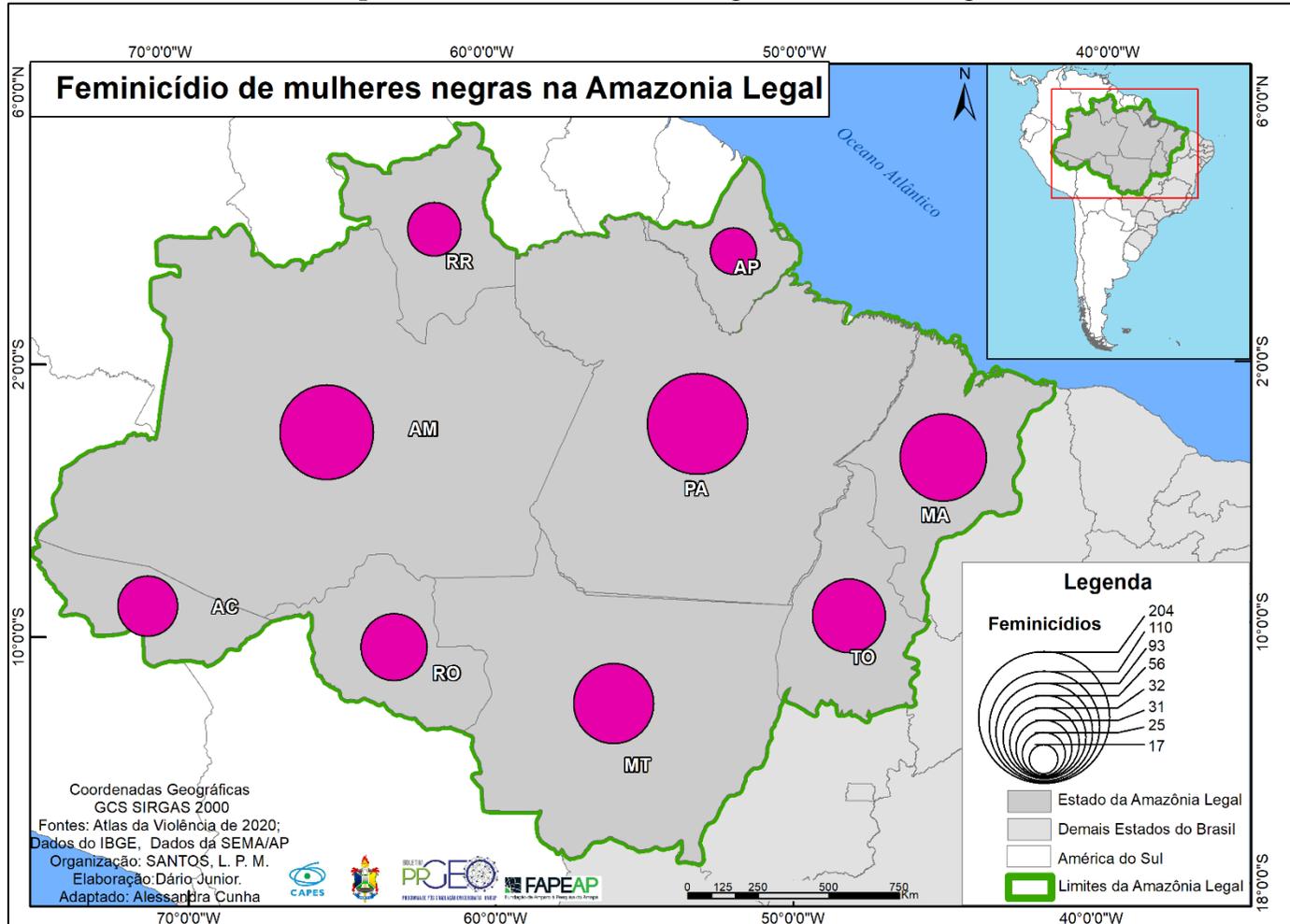
Fonte: Atlas da Violência, 2020

No entanto de acordo com Atlas da violência (2020), ocorreram na Amazônia Legal 759 feminicídios em 2019 (ver mapa 4), o estado do Pará apresentou o maior percentual dos homicídios femininos, cerca de 30% deles. É mister frisar que o Pará também apresenta a maior concentração de conflito no campo, no entanto a ausência da localidade de ocorrência dessa violência de gênero nas notificações nos impede de relaciona-los aqui.

Observou-se também que o estado do Amazonas representa 16%, dos casos de feminicídios na Amazônia Legal, o Maranhão 15%, seguido do Mato Grosso com 11%. O Amapá corresponde à 7% com 58 assassinatos de mulheres em 2019, Rondônia 7%, os estados que apresentam os menores percentuais são: Tocantins, Roraima e Acre. Seus registros representam respectivamente, 4, 7%, 4,3% e 4,2%.

Esses dados embora frágeis, não nos impediu de identificar a intersecção da raça na violência de gênero na Amazônia Legal, tão pouco a maior ocorrência de violências contra as mulheres negras nesses territórios. Para analisar os dados de feminicídios de mulheres, recorreremos a afirmação de Lugones (2014), “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 942).

Mapa 5: Femicídio de Mulheres negras na Amazônia Legal



Fonte: Atlas da Violência, 2020

Os dados de feminicídio de mulheres negras na Amazônia Legal em 2019, apresentado no mapa 5, em acordo com o Atlas da violência (2020), corroboram com a afirmação de Lugones, sobre a raça que atravessa a violência de gênero, e torna as fêmeas racializadas em inferiores e necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global, justificando a violação heterossexual de mulheres indígenas ou de escravas africanas, coexistiu com o concubinato se tornando uma imposição na colonização.

Dessa maneira 77%, ou seja, 587 mulheres negras foram vítimas dessa violência contra seus corpos em 2019. Violência essa enraizada na construção dos territórios na Amazônia, ainda no período colonial, que perpetuou o racismo contra mulheres não brancas, que partir dessa identidade ou marcador social, eram excluídas, tratadas como animais subordinadas, sem qualquer dignidade humana. Enfatiza Lugones (2020), “as fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero” marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade” (p.73).

Ao analisarmos dados sobre a violência de gênero, o estado do Amapá foi o que apresentou o menor registro de feminicídios de mulheres negras na Amazônia Legal em 2019, cerca de 2%, o equivalente a 17 vítimas não brancas. No sentido oposto, 34% dos homicídios femininos de mulheres negras ocorreram no Pará, o estado em que se concentram os conflitos agrários, também é o estado onde mais se assassina mulheres, e em sua maioria mulheres não brancas. Partindo do pressuposto de que o campo é um território de disputa econômica, social e política, entendemos que o silenciamento dos números de violência no campo se configura numa tentativa perversa de opressão de classe e sobretudo de gênero.

Concluindo a análise do mapa, o estado do Amazonas apresentou um percentual de 18%, dos homicídios de mulheres não brancas, o Maranhão 15%, Mato Grosso 9,5% e o Acre 4% a menor taxa. Diante o exposto, entendemos de acordo com Akarotine (2017) que existe uma marcação racializada do fenômeno, que apresenta uma associação entre o racismo, capitalismo e o patriarcado.

Historicamente no Brasil, o campo é um espaço em conflito e disputa, nos quais os conflitos de classe, a espoliação, a expropriação, os massacres fazem parte da construção do território nacional, sendo a violência de gênero também perpetrada nesse processo.

A intersecção de vários eixos de opressão as mulheres na Amazônia, levou ao desenvolvimento de estratégias de resistência, para subverter as situações de poder e submissão, inclusive mulheres do campo invisibilizadas nesses dados. Em 2000, foi realizado o primeiro acampamento nacional das trabalhadoras do campo com o lema “Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil”, que teve como objetivo intensificar o debate sobre políticas

públicas em relação a educação, saúde e previdência (LORENZONI, SEIBERT, COLLET, 2020).

As mulheres camponesas da Amazônia, criaram o movimento das mulheres do campo e da floresta, organizadas vêm exigindo por meio de lutas, políticas públicas para o enfrentamento e o fim da violência. A Marcha das Margaridas, é um desses movimentos de resistência, assim como a criação do Fórum Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta, que culminou com a publicação das “Diretrizes e Ações para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta” em 2011. A campanha mundial da Via Campesina pelo fim da violência contra as mulheres, são estratégias de resistências e de luta por direitos, afirma Daron (2008).

Os anos 1930 a 1940 nos abriram horizontes com governos populares e o fenômeno do populismo com Lazaro Cárdenas, no México, Getúlio Vargas, no Brasil e Domingo Perón na Argentina. O Estado haveria de cumprir um papel protagonista na substituição de importações e na modernização, ainda que de modo desigual em relação a outros países. A modernização significando urbano-industrialização e, como tal, contra os camponeses e indígenas que haveriam de ser desruralizados, em suma, a modernização-colonização. No Brasil, o pacto populista implicou uma legislação trabalhista não extensiva aos trabalhadores rurais já que os direitos trabalhistas não entraram no latifúndio. Trata-se de uma modernização conservadora, na qual pretendeu-se enfrentar a oligarquia fundiária e a violência acabou se mostrando-se cruel (PORTO-GONÇALVEZ, 2015). Assim como para Martins, o Capital se apropria da renda da terra, para a geografia de gênero, o Capital se apropria do corpo das mulheres do campo, e então, se apropria do seu corpo território.

Barroso (2019), afirma que o controle social do corpo está alicerçado no patriarcado, sistema de dominação fundamentado na hierarquia, na desigualdade, no privilégio e na discriminação, por meio de um conjunto de valores, comportamentos, normas e leis. Tendo como lógica a divisão sexual do trabalho, que se desdobra na existência de uma inferioridade natural das mulheres, base da hierarquia presente nas relações sociais de sexo/gênero. A relação social de apropriação e dominação do sujeito-objeto do estudo em questão corresponde, de acordo com Saquet (2011), a territorialidade. A territorialidade é, nesse sentido, o conteúdo das relações sociais no contexto de apreensão do espaço-tempo-matéria. Essas relações se desenham conforme as frações de classe, raça, povos e gênero.

Vale destacar os dados levantados por Guimarães *et al* (2019, p. 5773), que afirma que “quase metade de toda população do campo é composta por mulheres, o trabalho rural acontece principalmente em relação à agricultura familiar, sendo esse tipo de agricultura encarregada por

produzir 70% dos alimentos consumidos”. Esses dados que revelam a importância da mulher no trabalho rural, sendo que Rossini (1993, p.38) confirma a importância destes dados ao considerar que o “conceito de gênero é bastante recente nas ciências sociais e diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino”. As relações de gênero passam a ser consideradas um dos aspectos estruturantes das relações sociais no campo.

Saffioti (2005), ao discorrer sobre gênero e patriarcado, elenca uma diversidade de práticas que se configuram em violência contra a mulher, as quais vão desde crimes capitulados no código penal, denominados recentemente de feminicídio, que indicam situações de raiva ou ciúme, demonstrando uma relação de poder sobre o controle do corpo e da liberdade das mulheres, à violência estrutural evidenciada no baixo quantitativo de mulheres que têm acesso à educação, responsável pela sua marginalização, segregação ocupacional no mercado de trabalho e salários inferiores aos dos homens. Atualmente, o nível de escolarização feminina é superior ao masculino, porém a discriminação salarial das trabalhadoras permanece, e isso mantém o *status* de dominação e exploração de base econômica e masculina, também controla a sexualidade feminina e sua capacidade reprodutiva, coagindo sutilmente mulheres a ter grande número de filhos ou controlando a quantidade de nascimentos.

As práticas de violência e dominação masculina citadas por Saffioti (2005) constituem práticas cotidianas que fortalecem a violência de gênero estrutural, presente também em territórios não capitalistas, exercido por agentes endógenos ou exógenos. Recorremos ao estudo de Guimarães *et al* (2019), para justificar esta afirmação e assim, de acordo com estes autores, ao analisar a disparidade de gênero no campo no que diz respeito ao direito à propriedade da terra às mulheres, verifica-se a família, o Estado e o Mercado como instituições fundantes das desigualdades de gênero, pois a herança e privilégios no casamento eram concedidos aos homens, assim como os programas de colonização, assentamento ou reforma agrária e a atuação no mercado de terras eram direcionadas ao gênero masculino.

Essa exclusão da mulher do direito à propriedade, segundo Guimarães *et al* (2019), estava prejudicando o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos de reforma agrária, causando em 1980 a mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, das lideranças femininas dos sindicatos e do movimento de mulheres rurais para que, constitucionalmente, fossem garantidos direitos fundamentais às mulheres, bem como o direito à terra. Nesse sentido, a constituição de 1988 celebra a “equidade de gênero” e a concessão da terra à mulher em seu Artigo 189, Parágrafo Único, que assim Prescreve: “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (Constituição, 1998).

No entanto, essa titulação conjunta da terra era facultativa. A ausência de obrigatoriedade mantinha mulheres subordinadas ao esposo, pai ou irmão. Somente com a Portaria n. 981, de 02 de outubro de 2003 (Constituição, 2003), a titulação conjunta passou a ser obrigatória. A posse da terra à mulher representa autonomia econômica, empoderamento e fortalece a luta pela igualdade de gênero no campo. Contudo, vale ressaltar que o poder decisório sobre a conquista das mulheres do direito ao acesso à terra está sob controle do Estado e, pode-se afirmar, sob controle masculino.

O poder patriarcal e a exploração do trabalho e do corpo da mulher por meio da inferiorização do seu corpo, são uma das reflexões teóricas da filósofa Silvia Federici (2017, p. 31), em *Calibã e a Bruxa*, obra na qual a autora se propõe a contar a história esquecida das mulheres e da transição para o capitalismo, bem como analisa as perspectivas opostas feministas e foucaultianas sobre o corpo feminino. Nesse contexto a autora afirma então, que “desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de ‘corpo’ como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina”. Assim é que, para Federici (2017, p. 32):

a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres. Em particular, as feministas colocaram em evidência e denunciaram as estratégias e a violência por meio das quais os sistemas de exploração, centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder.

A apropriação do corpo feminino na produção do território camponês na Amazônia nos interessa neste estudo, pois nos dá indícios para as análises de como a territorialidade tem implicações diversas na formação da Assentamento Bom Jesus, bem como no papel das mulheres naquela localidade.

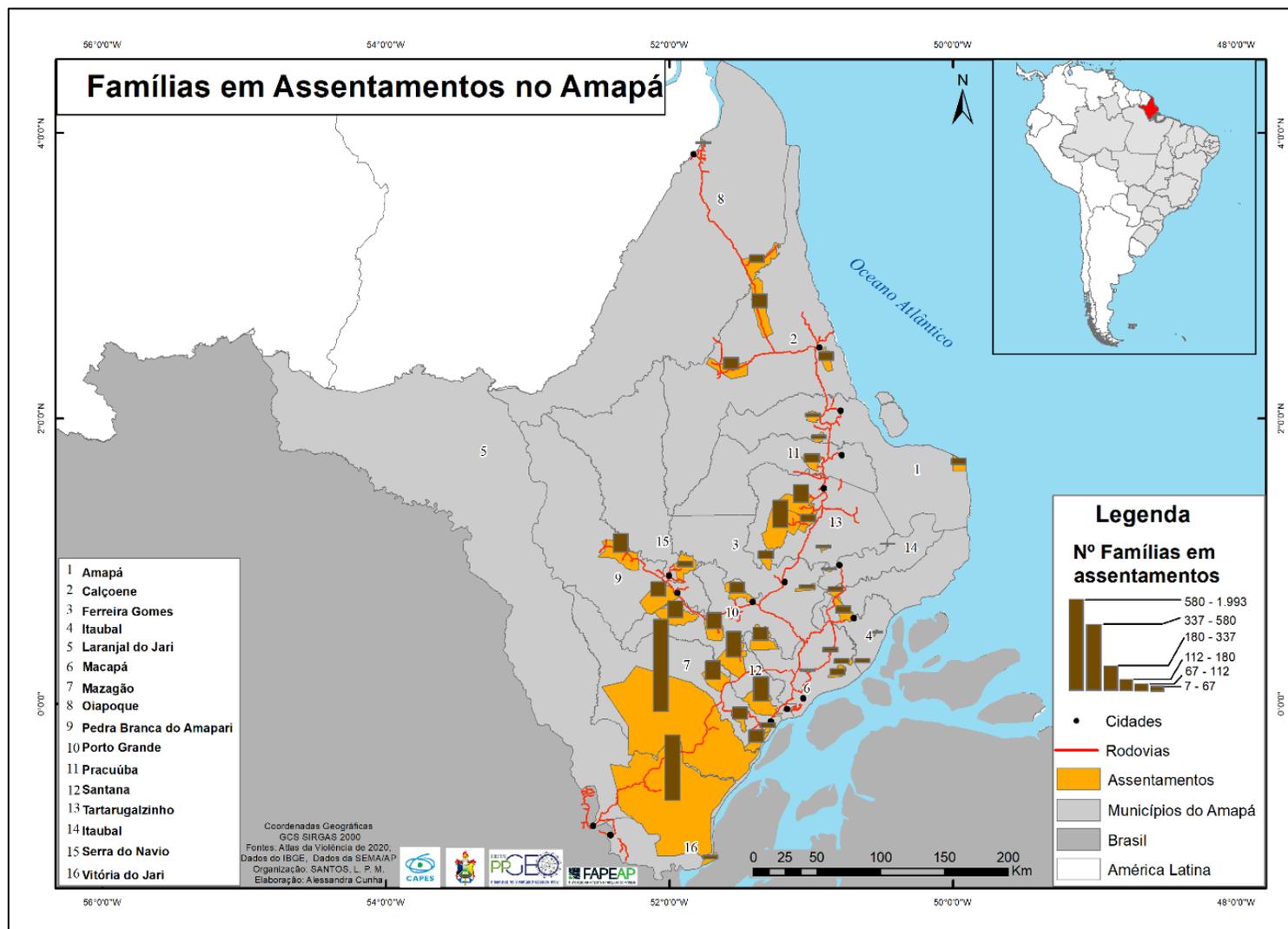
Há que se apontar também o que García e Monteiro (2015), chamam de inferioridade étnica e que é usada como uma das ferramentas de submissão da mulher, fortalecido por um naturalismo no pensamento social. De acordo com as autoras, as desigualdades de gênero e étnica são sustentadas por meio de categorias naturalistas/biologicistas. Bourdieu (1995), em sua obra “A dominação Masculina”, defende a existência de um sistema binário nas relações sociais, e insere as categorias masculino e feminino ou gênero como categorias opostas, na qual a posição feminina é sempre de subalternidade, legitimado por um sistema de dominação em que o corpo feminino está inserido em uma teia de significados. Unificar a categoria de gênero e território, a teia de significados é fundamental na perspectiva que se deseja abordar o objeto de estudo.

2.1 AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO AMAPÁ E AS VIOLÊNCIAS NO CAMPO

O Estado do Amapá, tem uma população estimada em 845.494 habitantes (IBGE,2019), desta 89,8% ocupam as cidades, enquanto 10,2% o campo. (IBGE, 2010). Segundo Lomba e Silva (2014), a economia do Estado do Amapá, apoia-se no extrativismo vegetal e na mineração, na pecuária, com a criação extensiva de bubalinos e de gado *vacum* e na agricultura é caracterizada pela produção de excedentes com trabalho familiar, sendo esta produção insuficiente para atender a demanda local, gerando a importação de alimentos.

No Estado do Amapá, existem 14.723 famílias assentadas distribuídas em 54 assentamentos rurais de reforma agrária em 2.245.309,57ha (INCRA, 2017), o que corresponde a 15,7% do território do Amapá. Esta distribuição dos Projetos de Assentamentos de reforma Agrária no Amapá, está representado no mapa 6.

Mapa 6 – Assentamentos no Estado do Amapá



Fonte: INCRA, 2022

A criação dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Amapá representados no mapa 6, se deu por meio de políticas de redistribuição de terras não produtivas. A promoção da função social da terra e o combate à concentração fundiária, são denominadas de políticas de reforma agrária, instituídas em 1987 pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no quadriênio 1985-1990, promovida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (SILVA *et al*, 2012). Nascimento (2006, p. 36), ao analisar o processo de assentamentos no Estado do Amapá, apontou que anterior ao 1º PNRA, o papel do INCRA, era executar e a regularizar as posses, exceto quanto:

a alienação de terras em concorrência pública datada de 1977-1978, para implantação de grandes projetos agropecuários e florestais por força do programa PROTERRA, quando o grupo CAEMI adquiriu seis lotes de terras, somando 177.000 hectares, depois transferidos para outra empresa da holding, a AMCEL, destinados ao projeto de silvicultura pela SUDAM, sob os incentivos fiscais do Fundo de Investimento Setorial (FISSET) 1 - Reflorestamento, administrado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, além do plantio de aproximadamente 3.500 has. de dendê em área arrendada pela AMCEL (7.000 hectares) no município de Porto Grande à outra subsidiária, a CODEPA – Companhia de Dendê do Amapá, vendida em 1993 à Companhia de Palma do Amapá Ltda. (COPALMA), aquisição que incluiu uma parcela de 8.010 hectare.

É mister frisar que esta alienação de terras ocorreu enquanto o Amapá era Território, criado em 1943 para facilitar o incentivo público ao desenvolvimento de atividades capitalistas privadas no campo amapaense, como a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), Jari Celulose e a Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL). Esta última, segundo a CPT, impulsionou os primeiros conflitos no campo amapaense, após aquisição, via leilão, de terras públicas pelo INCRA na década de 1970, com expulsão de posseiros que ocupavam a terra.

De acordo com Lomba *et al* (2020, p.1556), este incentivo público que promovera a disputa por terra e território, “representava a perspectiva taylorista capitaneada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria.” As terras sob domínio da União Federal, posteriormente também facilitariam a criação de áreas protegidas, como parques, terras indígenas e assentamentos agroextrativistas. Assim, a primeira tentativa de reforma agrária no Amapá ocorreu em 1986 com a criação de três projetos de Assentamentos: Piquiazal, no Município de Mazagão; os assentamentos da Perimetral, em Pedra Branca do Amapari; e o assentamento do Carnot, em Calçoene. Isto deu início ao processo de destinação de terras para pequenos agricultores e extrativistas no Amapá pelo INCRA. Todavia, após a extinção do Território Federal do Amapá,

que se tornou Estado em 1988, não houve a criação de novos projetos de assentamento de reforma agrária no Amapá (FILOCREÃO; SILVA, 2016).

Essa ineficiência do INCRA no processo de criação de assentamentos, configura-se como violência institucional contra as populações do campo do Amapá, que impulsionou a luta por terra e território. Neste contexto, criou-se a Reserva Extrativista do Rio Cajari, em 12 de março de 1990, situada no sul do Amapá, terras que durante o ciclo da borracha no século XIX foram exploradas e, posteriormente, apropriadas pelo Coronel José Júlio de Andrade. Foi no município de Laranjal do Jari, em 1998 que ocorreu o primeiro registro de violência de gênero no campo, com o feminicídio de Maria de Nazaré Souza Mineiro, liderança camponesa que protagonizou a luta pelo direito à terra de trabalhadoras e trabalhadores rurais contra latifundiários e empresas, evidenciando a violência com a qual o capital se impõe no campo amapaense e a permissividade do Estado.

O Programa Emergencial de Reforma, com a ousada meta de assentar no Brasil 20 mil famílias em 1993 e 80 mil em 1994, foi criado em 1994 o projeto de assentamento Bom Jesus dos Fernandes, com uma área de 33.031 hectares, no município de Tartarugalzinho, para abrigar famílias imigradas do Maranhão, marcando o fim do jejum no processo de destinação de terras a agricultores. (NASCIMENTO, 2009). Mais adiante, no subitem 3.2 desse capítulo abordamos o processo de territorialização deste assentamento, sobre o qual se debruça esta pesquisa, partindo de uma perspectiva de gênero, alicerçada na tecnologia de gênero de Lauretis (2019).

Desses, 6 assentamentos estão em Tartarugalzinho, descritos na tabela 2. No entanto o município do Estado do Amapá, a concentrar o maior número de assentamentos é Macapá, capital do Estado, no qual 9 assentamentos estão inseridos, ocupando uma área de 256.413,3234 hectares, o que corresponde à 39,07% da área total do município (656.240 ha). Reconhecidos pelo INCRA.

A tabela a seguir, nos possibilita ampliar o nosso olhar para enxergarmos mais a fundo os diversos territórios fixados como assentamentos, bem como o número de famílias assentadas.

Tabela 1 – Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Amapá

Município	PA	Famílias	Área	Ano de criação
AMAPÁ	PAE SUCURIJU	130	9577,5976	14/11/2012
AMAPÁ	PA CRUZEIRO	64	5930,0653	18/08/1998
CALÇOENE	PA CARNOT	291	72000	13/12/1986
CALÇOENE	PA LOURENÇO	241	26600	21/12/1999

CALÇOENE	PE MUTUM	80	7000	18/04/2002
CALÇOENE	PDS - IRINEU E FELIPE	172	10681,2834	23/11/2005
FERREIRA GOMES	PA FERREIRINHA	75	5389,6972	20/11/2005
ITAUBAL	PA ITAUBAL	147	13534,8399	21/07/1998
LARANJAL DO JARI	PA CASULO/MARIA DE NAZARÉ SOUZA MINEIRO	93	3000	21/09/2000
MACAPÁ	PA CORRE ÁGUA	98	210200	01/03/2000
MACAPÁ	PE PADRE JOSIMO	53	352,0998	03/06/2002
MACAPÁ	PE DR ^a MÉRCIA	72	571,3675	03/06/2002
MACAPÁ	PA SANTO ANTÔNIO DA PEDREIRA	85	735,9294	16/01/2006
MACAPÁ	PAE DURAVEL DA ILHA DO CURUÁ	1343	26776,5174	25/10/2006
MACAPÁ	PAE DURAVEL DA ILHA DO MARINHEIRO	810	1946	25/10/2006
MACAPÁ	PAE DURAVEL DA ILHA DO FRANCO	388	10501	25/10/2006
MACAPÁ	PAE DURÁVEL DA ILHA DO BRIGUE	548	2500	25/10/2006
MACAPÁ	PAE IPIXUNA MIRANDA	99	2849,4663	20/12/2010
MAZAGÃO	PA PIQUIAZAL	248	26000	01/04/1987
MAZAGÃO	PA AGRO-EXTRATIVISTA MARACÁ	1993	569208,5407	28/04/1997
MAZAGÃO	PA PANCADA DO CAMAIPÍ	397	24054,8384	16/09/1998
MAZAGÃO	RESEX RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI	1409	501771,1014	03/06/2003
MAZAGÃO	PAE BARREIRO	100	2113,2472	27/12/2010
MAZAGÃO	PAE FOZ DO MAZAGAO VELHO	261	13835,2667	16/07/2012

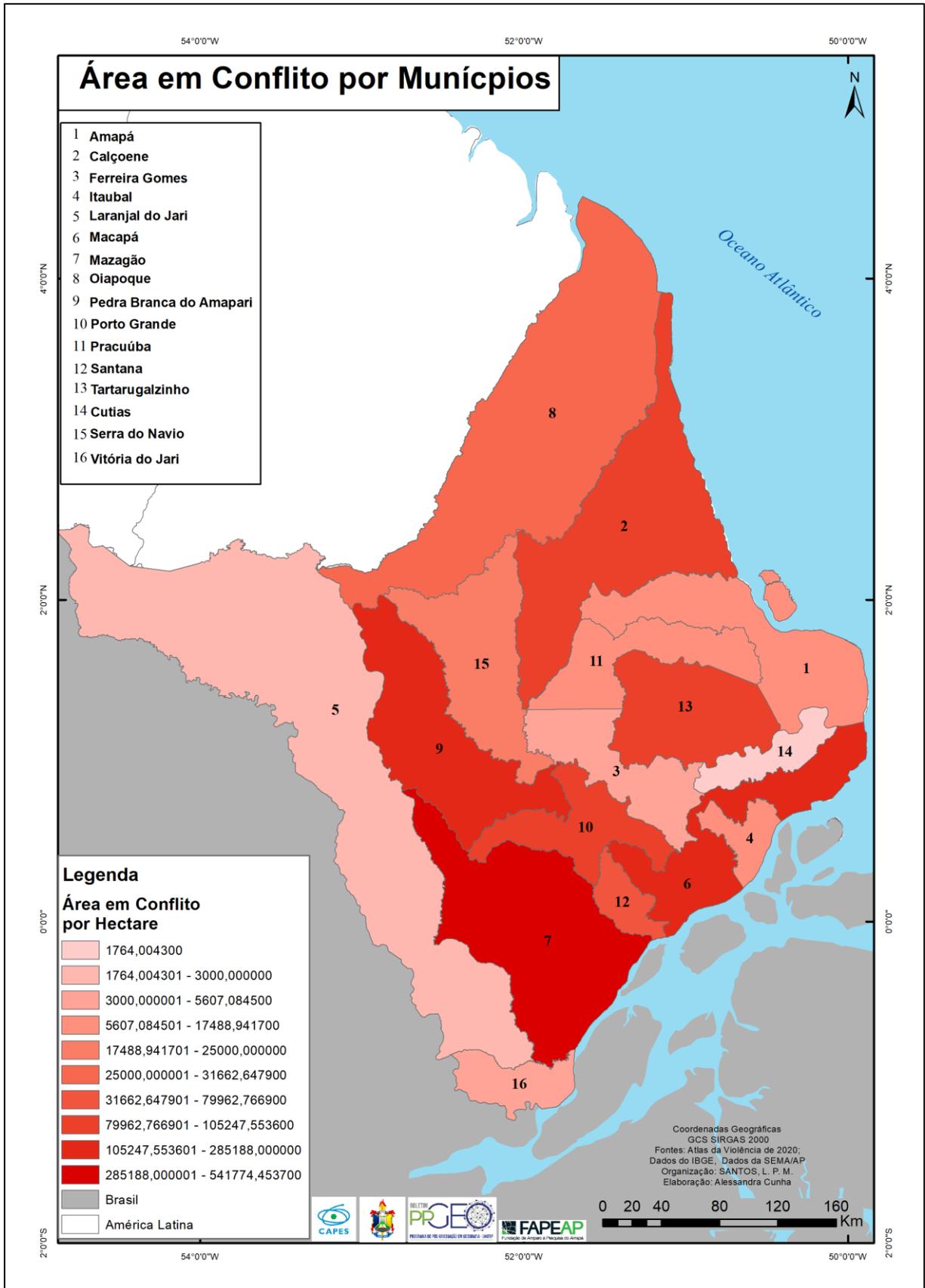
OIAPOQUE	PA VILA VELHA DO CASSIPORÉ	149	28000	27/12/1999
OIAPOQUE	PA IGARAPÉ GRANDE	32	3662,6479	24/06/2002
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	PA PERIMETRAL	396	34000	01/04/1987
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	PA PEDRA BRANCA	301	251188	01/03/2000
PORTO GRANDE	PA MUNGUBA	354	32672,8929	01/10/1996
PORTO GRANDE	PA NOVA COLINA	272	26643,1544	08/01/1997
PORTO GRANDE	PA MANOEL JACINTO	229	16390,6452	22/04/1998
PORTO GRANDE	PA NOVA CANAÃ	337	20554	20/08/1998
PRACUÚBA	PA CUJUBIM	180	13000	16/09/1998
SANTANA	PA MATÃO DO PIAÇACA	552	42904,3237	05/01/1996
SANTANA	PAE AGRO-EXTRATIVISTA ANAUERAPUCU	519	37058,4432	22/04/1998
	PA SERRA DO NAVIO	112	25000	31/10/1995
TARTARUGALZINHO	PA BOM JESUS	385	33031,0381	25/03/1994
TARTARUGALZINHO	PA CEDRO	580	47970	04/09/1996
TARTARUGALZINHO	PA SÃO BENEDITO DO APOREMA	50	2900	08/01/1997
TARTARUGALZINHO	PA NOVA VIDA	163	9511,3765	03/08/1998
TARTARUGALZINHO	PA GOVERNADOR JANARY	148	11304,7994	16/09/1998
	PAE IPIXUNA GRANDE	73	1714,6872	08/12/2015
	PAE RIO MACACOARI	52	2154,7469	08/12/2015
	PAE JACITARA	7	359,6088	22/12/2014
	PA PIQUIA DO AMAPÁ	67	3670	08/01/1997

	PAE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	74	1065,0388	25/10/2013
	PAE ILHA DE ARUAS	73	5607,0845	05/12/2014
	PAE CARAPANATUBA	129	3706,9556	25/10/2013
	PAE IGARAPE NOVO	35	84,6677	04/11/2013
	PAE CAPOEIRA DO REI	16	1404,3955	22/12/2014
	PAE TERRA GRANDE	166	38731,1976	23/12/2014
	PA Raimundo Osmar Ribeiro	29	860,6559	24/11/2015
	PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA ILHA DO FAUSTINO	13	2500	23/12/2014
	PAE TARTARUGAL GRANDE	33	530,35	24/11/2015

Fonte: INCRA (2017)

De acordo com a tabela 1, a capital do estado, Macapá e o município de Tartarugalzinho, apresentam o maior número de projetos de assentamento de reforma agrária já implantados. Segundo o Atlas de conflito na Amazônia Legal (2017), Tartarugalzinho ocupou o 5º lugar entre os municípios com maior concentração de conflitos no campo, com 17 conflitos envolvendo cerca de 223 famílias, seguido da capital do estado, Macapá no 7º lugar, com 15 conflitos no campo, envolvendo 1.118 famílias camponesas. Considerou-se importante apresentar a distribuição desses conflitos no campo amapaense (2021), para isso trouxemos a tabela 1.

Mapa 7– Áreas em conflito no campo no Amapá por Municípios - 2021



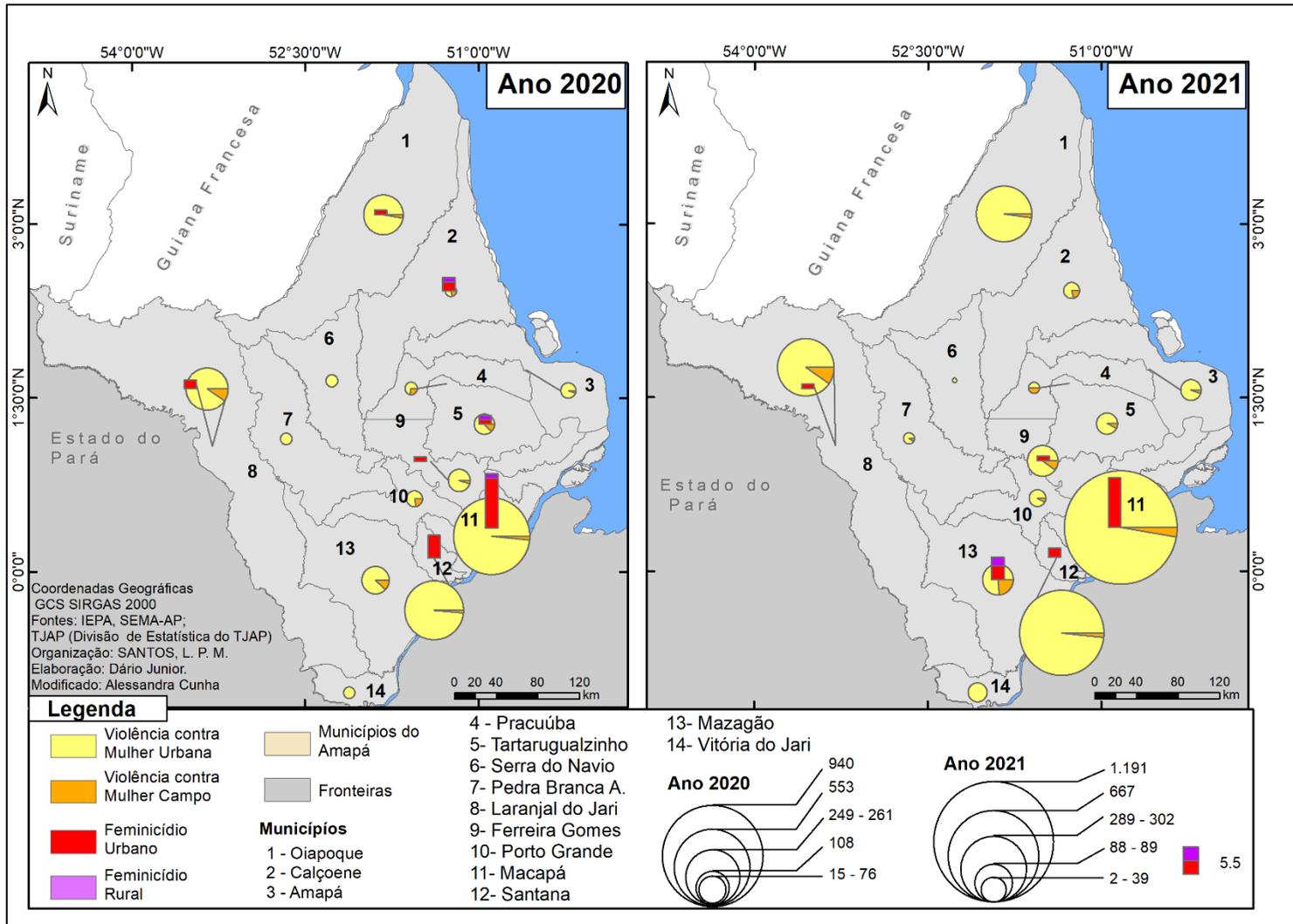
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2021

Tendo como base os dados publicados no Caderno de Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2021), o mapa 7 indica as áreas de ocorrência desses conflitos, demonstrando a densidades dos conflitos no campo no contexto das lutas territoriais no Amapá. Conforme o mapa 05, a maior área em disputa no campo amapaense está localizada no município de Mazagão, seguido da capital do estado, Macapá que possui o maior número de projetos de assentamento de reforma agrária já implantados, o terceiro município onde concentra-se a disputa por terra e território é Pedra Branca do Amapari, a menor concentração está em Cutias do Araguari, com o registro de 1(um) conflito na Comunidade Alta Floresta, sobre 5.000 ha de terra. Segundo a CPT (2021), cerca de 2.005 famílias estão envolvidas em conflitos no campo no Amapá, apenas no município de Tartarugalzinho eram 102 famílias.

Com isto pode-se afirmar que a área de estudo, o Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes está inserida num contexto territorial propício para a opressão e exploração da mulher, e omissão principalmente do Estado sobre as violências que atravessam territórios e os corpos das mulheres camponesas.

No que se refere à violência de gênero no Amapá, o mapa 8 apresenta dados comparativos da violência de gênero nos anos de 2020 e 2021, segundo o quantitativo de processos judiciais disponibilizados pelo o tribunal de Justiça do Amapá – TJAP. Visto a inacessibilidade e a limitação dos registros de violência contra a mulher na única Delegacia de Crimes Contra a Mulher no Estado do Amapá, localizada em Macapá, capital do estado, optou-se por solicitar ao TJAP o quantitativo de processos judiciais que tramitam nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher. Entretanto, diante da fragilidade dos registros dessa violência não foi possível quantificarmos mulheres negras vítimas de violência, todavia foi possível identificarmos as áreas de ocorrência, classificadas na representação a seguir como violência contra a mulher em perímetro urbano e violência contra a mulher no campo.

Mapa 8: Violência de Gênero no Amapá no Campo e na Cidade (2020-2021)



Fonte: TJAP, 2022

A violência contra a mulher é uma prática antiga e continua presente na sociedade e em algumas circunstâncias se apresenta de forma visível e brutal, noutras ela é sutil e por vezes tratada como tabu, afirma Saffioti (2015). Os dados apresentados no mapa 8, são alarmantes, verifica-se que em 2020 o Estado do Amapá registrou 2.415 casos de violência contra a mulher, 4% desses registros, o equivalente a 104 das denúncias foram das mulheres do campo. Quanto ao feminicídio, foram registrados 23 feminicídios, 13% das vítimas eram mulheres do campo amapaense.

Realizando uma análise comparativa dos registros de violência doméstica entre 2020 e 2021, nota-se que a violência de gênero teve um aumento de 401 registros, o que corresponde a um aumento de 16,6%, no campo foram registrados 128 casos de violência contra a mulher no campo em 2021, o que representa um crescimento de 23,07% em relação a 2020. Foram vítimas de feminicídio 18 mulheres, 2 eram mulheres camponesas.

No âmbito da violência doméstica contra a mulher no campo, Lorenzoni (et al, 2020), ressaltam que o patriarcalismo, haja vista a marca da violência no campo, presente na cultura conservadora do campo, reforça a concepção da mulher como propriedade, impondo a submissão à essas mulheres.

No que confere na legislação nacional, A Lei Maria da Penha, trata especificamente da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Art. 7º enumera algumas das formas de violências que as mulheres podem sofrer. São elas, dentre outras, as violências físicas, psicológica, sexual, patrimonial dispostas nos incisos:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

Nesse caso, não precisa necessariamente deixar marcas aparentes no corpo. É qualquer conduta contra a integridade física e saúde corporal da mulher. Ex.: tapas, empurrões, puxões de cabelo, socos, agressões com objetos cortantes e perfurantes, entre outros.

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou

à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
É importante destacar que o sexo sem consentimento é violência sexual, inclusive entre cônjuges.

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. A calúnia acontece quando o ofensor atribui um fato criminoso à vítima. A injúria se configura com xingamentos que ofendem a honra da mulher. Já a difamação ocorre quando o ofensor atribui um fato ofensivo à reputação da vítima (BRASIL, Lei nº. 11.340 – Lei Maria da Penha)

A tabela 2 apresenta os dados de violência doméstica e de feminicídios registrados no campo no Amapá, mas especificamente no PA e PAE, anos de 2020 e 2021.

Tabela 2: Violência contra a mulher no campo (2020 - 2021)

Município	PA	Registros de Violência de Gênero no campo 2020	Feminicídio no campo 2020	Registros de Violência de Gênero no campo 2021	Femini cídio no campo 2021
Laranjal do Jarí	RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARÍ	28		30	
PORTO GRANDE	CUPIXI	4		2	
PORTO GRANDE	MATAPI	2			
PORTO GRANDE	VILA DO MUNGUBA	1			
PORTO GRANDE	VILA NOVA	1			
PORTO GRANDE	VILA ACAPÚ	1			
MACAPÁ	CURIAÚ	3		9	
MACAPÁ	BAILIQUE	7	1	6	
MACAPÁ	ILHA MIRIM	4		5	
MACAPÁ	CURICACA	2		1	

MACAPÁ	SANTO ANTÔNIO	1			
MACAPÁ	RESSACA DA PEDREIRA	2		6	
MACAPÁ	PACUI	2		2	
MACAPÁ	COMUNIDADE DO ARIRI	1			
MACAPÁ	CASA GRANDE/ CURIAÚ	1			
MACAPÁ	TORRÃO DO MATAPÍ	1			
MACAPÁ	MURICI			2	
MACAPÁ	LONTRA DA PEDREIRA			3	
MACAPÁ	GARIMPO DE SÃO TOMÉ			1	
OIAPOQUE	ALDEIA INDÍGENA	1		2	
OIAPOQUE	VILA BRASIL	3		2	
OIAPOQUE	CASSIPORÉ	2			
OIAPOQUE	ZONA RURAL	2		3	
TARTARUGALZINHO	ASSENTAMETO	1	1		
TARTARUGALZINHO	CEDRO	3		1	
TARTARUGALZINHO	ZONA RURAL	4			
TARTARUGALZINHO	DUAS BOCAS	1		1	
TARTARUGALZINHO	AIRTON SENNA	1		3	
TARTARUGALZINHO	BOM JESUS DOS FERNANDES			1	
SANTANA	ILHA DE SANTANA	17		19	
SANTANA	IGARAPÉ DA FORTALEZA	15		23	

SANTANA	MATAPI	1		4	
SANTANA	ANAUERAPUC U	2		7	
SANTANA	IGARAPÉ DO LAGO	1		1	
MAZAGÃO	ZONA RURAL	12		16	
MAZAGÃO	CARVÃO	1		1	
MAZAGÃO	MARACÁ	4		3	
MAZAGÃO	DISTRITO DE MAZAGÃO VELHO	2		1	1
MAZAGÃO	LAGO DO AJURUXI				1
CALÇOENE	LOURENÇO	4	1	5	
CALÇOENE	CARNOT	1			
FERREIRA GOMES	DISTRITO DO PAREDÃO	5		2	
FERREIRA GOMES	RURAL	4		3	
FERREIRA GOMES	CEDRO			3	
SERRA DO NAVIO	CACHAÇO	4		1	
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	ÁGUA FRIA	1			
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	COLONIA DE ÁGUA BRANCA DO AMAPARI			1	
PRACUÚBA	CUJUBIM	2		1	
PRACUÚBA	FLEXAL	3		1	
PRACUÚBA	ZONA RURAL	2		3	
PRACUÚBA	COMUNIDADE DO BREU			1	
AMAPÁ	ZONA RURAL	1		2	
AMAPÁ	CUJUBIM	1			

Fonte: TJAP (2022) Elaborado pela Autora

Como se observa na tabela 4, a Reserva Extrativista Cajari, no Laranjal do Jari, possui registros de violência doméstica entre 2020 e 2021 significativos, seguido da Ilha de Santana, e Igarapé da Fortaleza no município de Santana. Como nota-se na tabela 4, no Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, houve um registro em 2021, confirmando a situação de subnotificação da violência de gênero no âmbito familiar, visto que os registros confrontam com os relatos orais da violência doméstica contra a mulher.

Quanto aos registros de feminicídios no campo amapaense, foi registrado em 2020, 1 (um) caso de feminicídio em um Assentamento em Tartarugalzinho, porém não conseguimos identificar em qual PA ocorreu o fato.

O mapa destaca a localização do Projeto de Assentamento de Bom Jesus dos Fernandes, como pontuado anteriormente faz parte de uma configuração territorial que se estabelece por meio da violência e do conflito contínuo. Neste território, nos debruçamos sob a violência de gênero e suas estruturas.

Mapa 9 – Localização da Área de estudo (Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes)



Fonte: IEPA, INCRA, SEMA-AP, 2020

Nesse sentido, será tratado com maior nível de detalhamento as violências de gênero identificadas sobretudo nos relatos das mulheres camponesas colhidos durante os trabalhos de campo na área de estudo representada no mapa 08, o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes. Compreende-se que a violência contra a mulher no território camponês está estruturada no capitalismo, no patriarcalismo e no racismo.

3. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A TERRITORIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES

Factualmente, a Mulher, em diversas esferas sociais, tem passado por diferentes formas de violência e isto não se restringe somente aos centros urbanos, pois quando voltamos os nossos olhares para o campo, percebemos que a violência de gênero também está latente, presente. A maneira como os sujeitos consomem, interagem e vivenciam os lugares não é convergente, sendo importante ressaltar que essa relação não ocorre de maneira igual, uma vez que, o modelo de sociedade, no qual estamos inseridos é patriarcal.

A este sistema, interessa promover a exclusão da mulher do exercício pleno da cidadania, isso porquê os territórios são construídos com base num modelo de dominação masculina e voltado para os interesses dos homens, o que reforça os papéis desempenhados pela mulher e pelo homem, numa esfera pública da privada. A mulher tanto como membro da família quanto aquela que detém algum controle do lar situam-se no privado, enquanto o homem detém o controle dos interesses públicos.

A violência doméstica também está estruturada pelo capitalismo rentista e pelo estado que regula e executa políticas responsáveis da sociedade nacional, ocorre que essas políticas e legislações comprometem-se na maioria das vezes com as estruturas políticas de poder.

Assim, em nosso recorte territorial, o Assentamento Bom Jesus dos Fernandes – localizado no município de Tartarugalzinho, no Estado do Amapá, não é diferente no que tange as relações de gênero estabelecidas em seu campesinato, e identificar as políticas de reforma agrária implantadas no Amapá, bem como na área de estudo, é primordial para compreendermos como se estrutura a violência de gênero no campo amapaense, analisando concomitantemente as políticas públicas para a mulher implementadas no projeto de assentamento em debate.

Nesse sentido, identificar qual o empenho do Estado, sê em promover a igualdade de gênero ou em fortalecer as estruturas patriarcais vigentes no campo, a partir disso como se configura a violência de gênero em Bom Jesus do Fernandes.

Antes de darmos prosseguimento à análise, cabe demonstrarmos quais foram os caminhos metodológicos para analisarmos a violência de Gênero no PA de Bom Jesus dos Fernandes, a obtenção dos dados qualitativos, quantitativos e as metodologias aplicada nos 2 campos na área de estudo, descritos na subseção a seguir.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS PARA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES

Neste capítulo descreve-se a metodologia da pesquisa, no qual destaca-se a abordagem quali-quantitativa por possibilitar a análise do fenômeno tanto por métodos quantitativos, como por métodos qualitativos. Nesse sentido, ambas se apoiam e complementam as análises, dando maior consistência às discussões finais. A abordagem quali-quantitativa para Minayo (1997), dissipa a dicotomia entre o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, visto que eles interagem e se complementam, no sentido que o qualitativo é capaz de significar os dados estatísticos.

Flick (2009), pontua que nos últimos anos vários pesquisadores de diversas áreas enfatizam em suas pesquisas as relações, as combinações possíveis e também as distinções entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa. Assim, embasados nas contribuições de Bryman (1992), que delineou vários caminhos para se interpretar a metodologia quali-quantitativa, compreende-se que as abordagens quantitativas refletem a perspectiva do pesquisador, enquanto a pesquisa qualitativa o ponto de vista do sujeito. Essa abordagem impossibilita as generalizações na pesquisa qualitativa, introduzindo descobertas quantitativas sobre o fenômeno investigado e deve-se considerar que a pesquisa qualitativa seja utilizada para interpretar os dados quantitativos.

Os aportes teóricos e metodológicos que subsidiam esta análise, são os estudos de gênero de Federici (2020;2017), que defende a contribuição do materialismo dialético para a perspectiva feminista, pois por meio dele foi possível reconhecer que a subordinação social é um produto histórico, assim como a apropriação do corpo feminino pelo capitalismo, ainda que gênero não seja o objeto de análise na crítica de Marx à economia política.

Lauretis (2019, p. 215) diz que o gênero é uma representação de uma relação de pertencimento a uma classe, não a classe concebida por Marx como “um grupo de pessoas unidas por determinantes sociais e interesses – incluindo especialmente, a ideologia”, ela se refere a um grupo, uma categoria, ou seja, não está restrito aos corpos, o que ela define por tecnologia de gênero. Este conceito nos possibilita refletir sobre as relações de gênero no campo, sua expressão nesses territórios.

Considerando o corpo como um importante elemento do espaço geográfico, as reflexões de Nunes (2014) corroboram com a concepção de corpo-território de Haesbaert (2020) e completando a perspectiva teórica da pesquisa, Raffestin (1993), e sua contribuição à teoria

materialista da categoria geográfica território, fundamental para apreensão do processo de territorialização, ou seja, a manifestação de todas as formas de relações de poder.

Este aporte teórico, buscou embasar não apenas as análises qualitativas, mas também quantitativas, dando significações aos números da violência de gênero no campo, no Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

3.1.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS

Os levantamentos de dados quantitativos sobre a violência no campo brasileiro foram realizados por meio de acesso a *home pages* que são *sites* da Comissão Pastoral da Terra - CPT, consultando os relatórios Cadernos de Conflito no Campo Brasil (2018, 2019 e 2020). Para obtermos dados sobre a violência de gênero na América Latina, foi acessado o *site* da CEPAL, na Divisão dos assuntos de gênero do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe – Cepal; sobre a violência de gênero na Amazônia Legal e no Estado do Amapá foram consultados o Fórum Nacional de Segurança Pública (2021) e os Atlas da violência (2020 e 2021) e o Atlas de Conflitos na Amazônia (2017).

Quanto aos dados de violência contra a mulher e feminicídios nos municípios do Amapá, foram solicitados à Divisão de Estatística do Tribunal de Justiça do Amapá-TJAP, o quantitativo de registros e processos, divididos por *lôcus* do fato (campo/cidade) e raça/cor da vítima das 17 comarcas do Estado. Foram solicitados da Superintendência de vigilância em Saúde do Estado do Amapá (SVS-AP), dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no Estado referentes ao período de 2019 a 2020, sendo que foi adotada a definição mais ampla de feminicídio, que engloba qualquer morte de mulher por violência, e dados de gravidez na adolescência do município de Tartarugalzinho e por fim solicitamos ao Conselho Tutelar de Tartarugalzinho, os registros de violência contra a criança e a adolescente nos anos de 2019 e 2020, classificados como maus-tratos e abuso sexual. Todos os dados solicitados foram disponibilizados pelas referidas instituições.

3.1.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS QUALITATIVOS

As técnicas de coleta de dados qualitativos adotadas para identificar a violência de gênero no Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, foram as entrevistas semiestruturadas e grupo focal. A entrevista semiestruturada, nossa primeira técnica de pesquisa, “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo a medida em que se recebe respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1994, p.146). Trata-se de

uma entrevista individual, na qual o pesquisador faz a primeira pergunta e instiga o entrevistado, explorando cada vez mais a questão, mas esse aprofundamento varia de acordo com a resposta do entrevistado (DUARTE, 2005).

O grupo focal consiste em entrevistas grupais, sendo que para Godin (2003), é a abordagem do entrevistador e a análise da informação levantada que difere o grupo focal, pois nessa metodologia o moderador é um facilitador, e a opinião de um indivíduo, mesmo que divergindo dos demais, é considerada do grupo. De Antoni *et al.* (2001), afirmam que este instrumento de pesquisa se diferencia dos demais por ser capaz de coletar dados em quantidade e qualidade, sem perder a unidade de análise da pesquisa. A referida técnica foi estruturada, inicialmente, por Robert Merton na década 1940 e neste período, as primeiras pesquisas sociais a utilizarem os grupos focais ocorreram durante a II Guerra Mundial, com o objetivo de avaliar o material de treinamento para as tropas e o efeito de propagandas. Destaca-se como vantagens da utilização deste instrumento de pesquisa o *insight*, isto é, o momento em que os participantes identificam durante a discussão em grupo, as crenças em que estão pautadas suas atitudes e comportamentos, e que também estão presentes nos outros, bem como eles as interpretam e o que extraem de suas vivências.

Assim, os Grupos Focais são eficientes na etapa de levantamento de dados, pois um número pequeno de grupos pode gerar um extenso número de ideais sobre as categorias do estudo desejado, o que auxilia o pesquisador a conhecer a linguagem que a população usa para descrever suas experiências, seus valores, os estilos de pensamento e o processo de comunicação. Este instrumento também é utilizado para investigar comportamentos complexos e motivações, pois compara diferentes visões sobre um mesmo assunto.

Nesta metodologia de coleta de dados, existem algumas modalidades e neste estudo utilizamos na abordagem de campo a modalidade autorreferente, que segundo Godin (2013, p. 153), “serve para aprofundar e definir questões de outras bem conhecidas, responder a indagações de pesquisa, investigar perguntas de natureza cultural e avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspectivas futuras”. Ainda segundo o citado teórico, os grupos focais podem ser utilizados juntamente a outras técnicas, neste caso a observação participante, o que possibilita fazer a comparação do conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes. As entrevistas semiestruturadas complementaram o focal, pois após a realização do mesmo, redefinimos a metodologia do trabalho de campo II e, apoiando-se novamente nessa técnica, foram realizadas as entrevistas individuais com as participantes do grupo focal, configurando a terceira fase do trabalho de campo II.

No que se refere aos aspectos éticos e legais na pesquisa envolvendo seres humanos, o protocolo de pesquisa foi aprovado em 08 de setembro de 2020 pelo Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, respaldando as metodologias da pesquisa de campo, resultados e publicação das análises. Vale destacar que o trabalho de campo também se configura como técnica de pesquisa e observação empírica. Esta técnica não constitui a base de todas as ciências sociais, entretanto, como afirma Claval (2013), a ciência geográfica, ainda que faça uso de outros métodos de observação indireta, tem na experiência de campo o terreno fértil e indispensável à análise geográfica.

3.1.3 A PESQUISA DE CAMPO

No que concerne à pesquisa de campo, é preciso considerar o exposto em Suertegaray (2009, s/p), sobre a importância do campo na pesquisa geográfica, e assim, segundo a autora:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais [...]. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos.

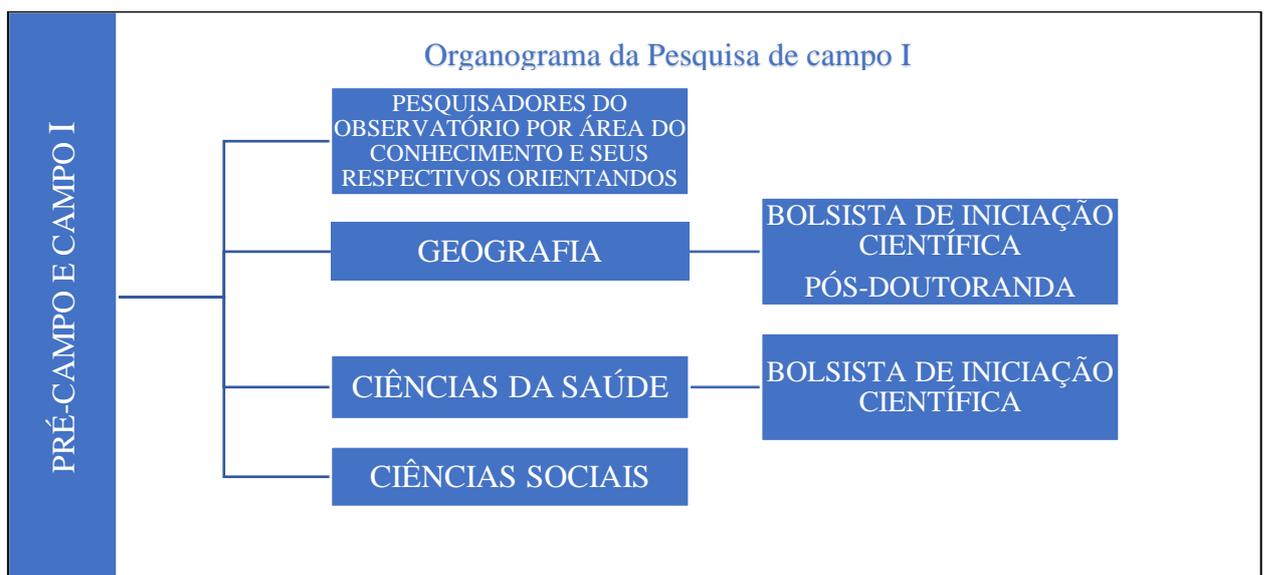
A abordagem dialética em campo é compreendida pela autora como uma extensão do pesquisador, construindo conhecimento através da vivência com o objeto de estudo, sendo que o conhecimento produzido revela contradições, criando nova consciência de mundo. A pesquisa é o resultado da interação dialética entre pesquisador e sujeito/objeto, e assim, compreende-se que pesquisar é reconhecer para intervir. Quanto a isso, Lacoste (2006) destaca a responsabilidade do pesquisador em adentrar na vivência do seu sujeito/objeto, seja homem, mulher, e cujo território analisa, ainda que seja sobre suas características físicas, o respeito à população ou grupos pesquisados é extremamente importante, pois os resultados do estudo podem gerar intervenções na realidade estudada.

Desta maneira, o estudo em questão é uma pesquisa geográfica primária e qualitativa, que tem “foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas e grupos sociais” (TURRA NETO, 2012, p. 2-3). Nesse sentido, foram realizados dois trabalhos de campo descritos a seguir.

3.1.3.1 TRABALHO DE CAMPO I

A presente pesquisa, vinculada ao projeto de pesquisa do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas, intitulado Mapeamento e caracterização da violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e rurais do Amapá, contou com a participação no trabalho de campo I, de pesquisadores que integram os eixos da pesquisa principal: Fátima Sueli Oliveira Santos (IFAP), Ana Cristina M. Soares e Nelma Nunes da Silva (UNIFAP), e seu orientando de iniciação científica Eduardo dos Santos Trindade (UNIFAP/CNPq), a orientadora desta pesquisa Patrícia Rocha Chaves (UNIFAP) e Odilha Pereira (UNIFAP/CNPq) sua orientanda de iniciação científica. Estas pessoas contribuíram significativamente com os caminhos metodológicos da pesquisa feito *in loco*, auxiliando nas reformulações e reflexões ao longo do trabalho de campo. O organograma 1, apresenta a relação das pesquisadoras do Observatório que participaram do campo I.

Organograma 1 – Pesquisa de campo I



Fonte: produção da autora.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT Amapá, foi o elo de articulação entre a pesquisa e o sujeito/objeto, disponibilizando os contatos das lideranças do PA Bom Jesus dos Fernandes. Nesse sentido, foram estabelecidos os primeiros contatos com as mulheres da agrovila por meio da mídia social *WhatsApp*, bem como foi feito o levantamento de informações sobre cotidiano delas, para que, assim, fosse possível planejar o pré-trabalho de campo e o campo I da pesquisa.

A área de estudo, localizada cerca de 231km de distância da capital Macapá já se configurava um desafio à pesquisa, tendo em vista a logística para a realização da pesquisa *in loco*, no entanto, a Universidade Federal do Amapá/UNIFAP disponibilizou um veículo e o

condutor do mesmo para a realização das viagens de campo. Outro apoio recebido do Observatório de direitos humanos e políticas públicas, foram as ajudas de custo concedidas para os trabalhos de campo. Nesse sentido, construiu-se o seguinte planejamento para a primeira viagem de campo, quadro 1:

Quadro 1- Planejamento da pesquisa de campo

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO I			
	DATA	Planejamento	Instrumentos de pesquisa
Pré-campo	01/10/21	Reconhecimento da área de pesquisa; Dialogar com as mulheres que fizemos o contato prévio por meio do WhatsApp; Levantamento das lideranças e moradores antigos do assentamento; Definir o local para a realização dos grupos focais no assentamento;	Gravador digital de voz; Câmera digital para coleta e produção de imagem e som;
Campo I	02 e	Apresentar a pesquisa às lideranças;	
	03/10/ 21	Entrevistas semiestruturadas; Produzir áudios e imagens; Visitar a produção da agricultura familiar;	

Fonte: produção da autora.

De acordo com o planejamento, realizou-se o pré-campo em 01.10.2021, sendo realizado nesta etapa o reconhecimento da área de estudo, sua infraestrutura e contato com lideranças populares masculinas. Nos dias 02 e 03 de outubro de 2021, ocorreu o trabalho de campo I, que acabou instigando reformulações dos caminhos da pesquisa, pois identificou-se a existência de mulheres parteiras que exercem protagonismo no Assentamento. Assim, foram coletados relatos de duas delas, relatos de experiências ocorridas dentro e fora do Assentamento e este desdobramento do sujeito da pesquisa nos fez refletir sobre a necessidade de abordar este protagonismo feminino. Desta forma, dedicaremos um subcapítulo desta Dissertação à essas mulheres.

A seguir, apresento o quadro 2 de entrevistas semiestruturadas realizadas, as principais informações coletadas e os instrumentos utilizados.

Quadro 2- Entrevistados, principais informações e instrumentos

ENTREVISTAS REALIZADAS NO CAMPO I			INSTRUMENTOS DE PESQUISA
DATA	ENTREVISTADO (A)	PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DA ENTREVISTA	
02.10	Agente de Saúde (HOMEM)	Formação do assentamento; Moradores antigos do assentamento; Realização do censo pela saúde; Contatos dos profissionais de Saúde que atendem no posto do assentamento;	<ul style="list-style-type: none"> - Gravador digital de voz; - Câmera digital para coleta e produção de imagem e som; - Diário de bordo;
02.10	Ex-presidente da Associação dos moradores (MULHER)	A formação do assentamento; Violência contra a mulher; Projeto de criação de uma associação das mulheres;	
02.10	Parteira	Atuação como parteira na Agrovila do assentamento; Relatos de violência contra a mulher a mulher;	
03.10	Presidente da Associação dos moradores (HOMEM)	História da Associação de moradores; Programas do governo em que a associação está inserida – política de gênero desses programas; A participação feminina na associação; Conflitos com o INCRA;	

Fonte: Produção da autora.

O registro fotográfico (imagem 4) foi feito após a entrevista com Justino Bernardo, agente de saúde do assentamento, posteriormente seguiu-se para os ramais, onde localizam-se as roças, para conhecer a produção familiar dos agricultores de Bom Jesus dos Fernandes encerrando o primeiro trabalho de campo.

Imagem 4 – Pesquisadores acompanhados do agente de saúde do PA Bom Jesus dos Fernandes



Fonte: produção da autora, 2021

3.1.3.2 TRABALHO DE CAMPO II

O desdobramento do sujeito/objeto da pesquisa ocorreu, como dito anteriormente, no primeiro trabalho de campo, no qual verificou-se a existência de mulheres parteiras ribeirinhas, lideranças camponesas, liderança religiosa, mulheres que compõe o quadro funcional de serviços públicos o Assentamento, como saúde e educação, provocando a reconstrução dos aportes teóricos da pesquisa para a inclusão deste grupo. Outra observação que nos levou a pensar outros caminhos metodológicos para o trabalho de campo, foi o desconforto e a negação da violência de gênero no assentamento nos relatos colhidos, considerando também que não existia uma relação entre a Universidade Federal do Amapá e o assentamento Bom Jesus dos Fernandes, e que, ainda que bem recebidos pelas lideranças locais, continuava-se a representar o estranho.

Nesse sentido, reformulamos os caminhos metodológicos do segundo trabalho de campo, buscando metodologias que rompessem as barreiras da ausência de confiabilidade entre sujeito/objeto e pesquisador e, para além disso, fosse possível estabelecer uma relação entre a academia e o assentamento. Recorreu-se então, à observação participante, o que alterou e estendeu o período do segundo campo. Desta maneira, de acordo com as técnicas de pesquisa utilizadas, o estudo de campo foi dividido em duas etapas descritas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Trabalho de campo II

Planejamento do trabalho de campo II	
1 Etapa: 18 à 22.10.21	Observação participante e entrevistas semiestruturadas
2 Etapa: 23 e 24.10.21	Grupo Focal e campo nas roças das mulheres agricultoras
3 Etapa: 25 à 27.10.21	Entrevistas individuais com as mulheres que participaram do Grupo Focal

Fonte: produção da autora.

Feito isso, produziu-se o material de divulgação do grupo focal (apêndice II). Sobre este material, optou-se por divulgá-lo como roda de conversa, com o tema: Mulheres: A violência contra os Territórios. Assim, planejou-se o trabalho de campo II para 15 a 17 de outubro de 2021, no entanto, informações das lideranças populares de Bom Jesus, sobre a interdição do ramal por conta de reformas da estrutura da ponte sobre o rio Ariramba, tal como se vê na imagem 5, no principal ramal de acesso ao projeto de assentamento, alterou a data para 18 a 24 de outubro de 2021.

Imagem 5- Ponte em reforma- Ramal de Bom Jesus



Fonte: produção da autora. 2021

Na primeira fase do campo II, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com as camponesas ribeirinhas da agrovila, profissionais da saúde, liderança feminina religiosa, divulgação da roda de conversa às camponesas ribeirinhas, e roda de conversa com as parteiras ribeirinhas. As questões que nortearam a roda de conversa com as parteiras ribeirinhas foram:

“Qual a importância da mulher parteira ribeirinha no Assentamento Bom Jesus? O que é o corpo feminino para uma parteira? Quais as demandas das parteiras ribeirinhas de Bom Jesus?”

Finalizada a primeira etapa do campo II, foi realizado o grupo focal com a participação das pesquisadoras do Observatório: Ana Cristina M. Soares (UNIFAP), Patrícia Rocha Chaves (UNIFAP) e Odilha Pereira (UNIFAP/CNPq), sua orientanda da iniciação científica. O organograma de campo II, relaciona as pesquisadoras que participaram na segunda etapa do campo II.

Organograma 2- Pesquisadores envolvidos no campo II



Fonte: produção da autora.

De acordo com os objetivos da pesquisa, por seguir os protocolos do projeto de pesquisa sobre o Mapeamento e caracterização da violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e rurais do Amapá, ao qual esta pesquisa está vinculada, foram adaptadas as questões do protocolo à categoria e elemento geográfico e formaram-se eixos temáticos para abordar a violência de gênero no território camponês, esses eixos nortearam a discussão e foram organizados tal como consta no quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Eixos temáticos dos grupos focais

QUADRO DOS EIXOS TEMÁTICOS DOS GRUPOS FOCALIS	
Eixos Temáticos	1 - Terra/Território
	2 - Trabalho Doméstico/Trabalho na agricultura
	3 Violência de Gênero no Campo

Fonte: produção da autora.

Realizou-se então, o grupo focal em 23.10.21, na Escola Estadual Juvenal Farias da Costa e participaram dele um total de 15 mulheres, entre 28 e 93 anos de idade. Questionamentos sobre “Qual é a importância da família? Qual sentido da família para o agricultor familiar? O que é ser mulher? O que é território? O que é violência de gênero? Foram os norteadores das discussões do grupo focal. As imagens 6 e 7 registram o momento inicial da roda de conversa com as mulheres, as apresentações das mediadoras e participantes.

Imagem 6 – Grupo focal realizado em 23 de outubro de 2021

Fonte: produção da autora, 2021

Imagem 7 – Grupo focal realizado em 23 de outubro de 2021

Fonte: produção da autora, 2021

Diante o desenvolvimento do grupo focal, considerou-se necessária dá continuidade ao trabalho de campo para a realização de entrevistas semiestruturadas com as camponesas ribeirinhas que participaram do grupo. Nesse sentido, estendeu-se o período em campo, para esta última etapa da observação empírica do sujeito/objeto de estudo. A seguir, o quadro 5 sintetiza as atividades realizadas no campo II, destacando os dados qualitativos levantados e os materiais utilizados, além de especificar todas as atividades realizadas no trabalho de campo II.

Quadro 5 – Cronograma e planejamento da Pesquisa de Campo

TRABALHO DE CAMPO II			Instrumentos de pesquisa
Data	Função do entrevistado (a)	Principais informações da entrevista/ atividades no campo	
	Hosana Rocha Artesã e parteira	Formação do assentamento; Moradores antigos do assentamento; Violência contra a mulher; O protagonismo da mulher na fundação do assentamento	Gravador digital de voz; Câmera digital para coleta e produção de imagem e som; Ring Light; 2 Folhas de papel 4; Quadro branco
	Liderança Feminina	A formação do assentamento; Violência contra a mulher; Projeto de criação de uma associação das mulheres;	
		Trajetória como parteira Atuação como parteira na vila do assentamento;	

18 a 27 de outubro de 2021	Parteiras	Casos de violência contra a mulher na família no Assentamento; O que é ser parteira;	
	Profissional da Saúde/Líderança feminina religiosa	Casos de violência doméstica. Violência sexual, Casos de pedofilia; O funcionamento do posto de saúde no Assentamento; A atuação da Igreja evangélica, no combate de relacionamentos abusivos e violência doméstica;	
	Secretaria da Associação	A inserção da mulher na associação; Relação de Beneficiários de Bom Jesus dos Fernandes;	Gravador e diário de Bordo
	Divulgação da Roda de Conversa na Agrovila	_____	Carro/som
	Diálogos e entrevistas com as mulheres da comunidade	Violência doméstica; Violência Sexual;	Gravador e diário de bordo
	Visitas às roças das mulheres assentadas	Direcionamento da produção; Principais políticas públicas;	Câmera fotográfica, gravador de voz e diário de bordo
	Entrevistas individuais com as mulheres participantes do Grupo Focal	Violência doméstica; Violência psicológica; Violência física; Violência sexual- estupro marital; Violência patrimonial; Violência de Gênero: estupro coletivo; Abuso sexual infantil	Gravador e diário de bordo

Fonte: produção da autora.

O tratamento dos dados qualitativos levantados no segundo trabalho de campo, se deu por meio de transcrições tanto das entrevistas individuais quanto do grupo focal. As falas das mulheres, embasam nossa análise e algumas delas foram citadas nas subseções a seguir.

3.2 AS ESCALAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES

Estruturamos a análise da violência de gênero em Bom Jesus dos Fernandes, em temporalidades, numa perspectiva geracional, partindo das memórias das mulheres que cofundaram o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária como as relações de gênero foram se estabelecendo no território e se delineando a violência de gênero; e numa perspectiva contemporânea com tipologias da violência de gênero identificadas nesse território.

Nesse sentido, iniciamos a análise com o resgate histórico da formação do assentamento a partir das narrativas de três mulheres, Hosana Rocha (imagem 8) de 96 anos, Maria José (imagem 9), de 69 anos, a primeira mulher a presidir uma associação de agricultores no Assentamento (2008-2011) e Zé Milta (imagem 11) 58 anos, mulher agricultora e parteira.

Imagem 8- Hosana Rocha de Bom Jesus dos Fernandes



Fonte: produção da autora, 2021

Imagem 9- Entrevista com Maria José



Fonte: Trindade, 2021.

“Foi o trabalho da mulher artesã que manteve o assentamento de pé” Hosana Rocha, 96 anos

A frase emitida por Hosana Rocha, moradora de Bom Jesus desde 1987 (Imagem 8), revela o protagonismo feminino no processo de territorialização de Bom Jesus dos Fernandes, a invisibilização desse protagonismo é uma implicação da cultura patriarcal sob a qual se constituiu esse território, atribuindo aos homens a conquista de políticas públicas de educação e saúde.

Em entrevista, Hosana Rocha, ela relatou o seguinte:

Nós viemos lá do interior de Alcântara porque a terra lá era pouca e além de ser pouca, eu fazia a roça e quando era no inverno apodrecia metade das mandiocas e meu esposo se desgostou e disse: não hosana, aqui nós não tem terra, faz essa rocinha e ainda apodrece a mandioca. Agora nós vamo lá pra onde o meu filho.

A exclusão de alguns nordestinos da reforma agrária da região nordeste, fez com que essa população buscasse por terra e território na Amazônia (SILVA *et al* ,2012). Dessa forma, em busca de um “pedaço de chão”, após rumores de terras “sem dono” em Tartarugal Grande, no Estado do Amapá, 7 famílias camponesas que viviam em Alcântara no Estado do Maranhão,

vieram para o Amapá. Ao chegar nas terras, encontraram 3 famílias que ocupavam às margens do rio Tartarugal Grande.

O esposo de Hosana, Bernardo Ferreira da Rocha, um dos nordestinos recém-chegados, propôs a criação de uma comunidade para essas famílias. Desta feita, em 28 de julho de 1987, essas 10 famílias fundaram a comunidade de Bom Jesus, tendo como pontapé inicial a divisão do trabalho e estabelecendo a relação de trabalho e sexo, no qual homens e mulheres assumiram posições distintas, num sistema de sexo-gênero e de relações produtivas que operam concomitantemente, afetando mais as mulheres que os homens, determinando o lugar da mulher no território que se formaria. (Lauretis, 2019).

Assim, a abertura das roças era “serviço dos homens”, enquanto o trabalho doméstico era destinado às mulheres, neste incluía-se o cuidado com as crianças. No entanto, as mulheres da formação socioterritorial de Bom Jesus, desempenharam não somente a atividade doméstica, ao se organizarem num grupo de 10 mulheres artesãs, dentre elas, Hosana Rocha, iniciaram a produção de artesanatos, tornando-se as mantenedoras das famílias durante a territorialização de Bom Jesus, enquanto formavam-se as roças.

O artesanato produzido por essas mulheres, como chapéus de cipó titica, bolsas e redes, foi a principal fonte de renda das famílias da recém-criada comunidade de Bom Jesus. Eram comercializados na feira do agricultor em Tartarugalzinho/AP, a renda obtida com a venda do artesanato, foi destinada também a construção das primeiras moradias, com paredes de barro e cobertas por palha.

A primeira igreja evangélica Assembleia de Deus-SEMEADAP, demolida anos depois e reconstruída recentemente, também foi erguida com a renda do trabalho das mulheres camponesas. Na imagem 10, têm-se o atual templo da Assembleia de Deus, na Agrovila do Assentamento de Bom Jesus dos Fernandes.

Imagem 10 - Atual templo da Igreja Assembleia de Deus- SEMEAD/AP



Fonte: produção da autora, 2021

A implantação da igreja na comunidade dava início a institucionalização da violência de gênero pelo aparelho Ideológico do Estado, que se estabelecia no território em questão. Concordando com Althusser (1970), este aparelho, se trata de uma instituição que funciona tanto pela repressão, quanto pela ideologia, diferentemente do Aparelho repressivo de Estado que funciona de maneira unicamente repreensiva.

Na Idade Média, como bem enfatiza Althusser (1970), este Aparelho concentrava funções escolares e culturais, atualmente distribuídas a outros Aparelhos do Estado, era o poder dominante e estava ao par do Aparelho do Estado familiar, este último discutiremos nas análises do grupo focal. Por isso foi interessante notar que já em um assentamento em formação, tenha se erigido uma igreja, a qual hoje tem grande porte e, nesta análise, é fundamental para estabelecer as funções ideológicas desse Aparelho, para se garantir a reprodução das relações de produção capitalista existentes hoje.

Ainda segundo Althusser (1970, p. 62) “todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” e assim, afirmamos que nestes Aparelhos Ideológicos do Estado, está presente o sistema sexo-gênero, influenciados por fatores políticos e econômicos em cada sociedade, onde a diferença sexual produz valores e hierarquias

sociais, influenciada por esse sistema de sexo-gênero, identificado nas territorialidades das mulheres camponesas de Bom Jesus, na sua dimensão simbólica e cultural do território,

Vale destacar que as relações de gênero presentes na construção do território de Bom Jesus, com base no sistema de opressão e dominação fundamentado na hierarquia, na desigualdade, no privilégio masculino e na discriminação do feminino, já eram estruturantes no novo território. Observou-se que a religião foi um potente mecanismo de disseminação dessa lógica patriarcal nesse território, invisibilizando o protagonismo das mulheres camponesas, principais responsáveis pela formação do assentamento.

No que concerne a políticas públicas para a educação também se tem um protagonismo feminino: a contribuição da professora Rosaldir, que deu início a alfabetização no assentamento, lecionou numa casa, foi a primeira professora contratada pela prefeitura de Tartarugal. A casa onde ela lecionava tornou-se a primeira escola da vila, sob a gestão do professor Juvenal Farias da Costa.

A frase: *A gente não tinha a oportunidade de estudar, nós se criamos aqui na beira desse rio aqui do Tartarugal Grande*, emitida por Zé Milta refere-se ao período anterior a criação da comunidade de Bom Jesus e da instalação da escola. Esta escola foi a primeira instituição governamental instalada no ano de 1990 e recebeu o nome do diretor em sua homenagem. Na política, Maria José foi a primeira e única mulher a presidir uma Associação de moradores e produtores do assentamento de Bom Jesus dos Fernandes.

No que concerne à saúde, os camponeses que necessitassem de atendimento médico tinham que se deslocar para Tartarugal, desde 2011 há atendimentos, mesmo que limitado na agrovila de Bom Jesus, com a instalação do posto de Saúde Sr. Bina, em homenagem a liderança masculina da comunidade, casado com Hosana Rocha que ao atuar como parteira desde a formação da comunidade, relatou em entrevista ter realizado mais de 60 partos.

Hosana Rocha não foi a única parteira a ter seu trabalho invisibilizado nesse território de dominação masculina, Zé Milta, Mariazinha e Maria de Fátima, tiveram seus direitos que advêm desse reconhecimento principalmente do Estado negado. Destaca-se adiante a resistência dessas camponesas parteiras de Bom Jesus, que continuam realizando partos à domicílio, mesmo diante a desvalorização do seu trabalho.

3.2.1 Camponesas e Parteiras de Bom Jesus dos Fernandes

Deus me deu essa inteligência comigo. Se você me perguntar de ler livro, eu não sei lhe responder de um livro e de leitura, eu só sei assim, pegar criança.

O Meu Deus, vai na minha frente e me acompanha por que eu não sei como fazer, mas tu me ensina. (Zé Milta, 2021)

As frases que dão início a essa subseção, foram emitidas por Zé Milta, ao relatar o primeiro parto realizado por ela, aos 17 anos de idade, na comunidade de Bom Jesus dos Fernandes, anterior a chegada das famílias imigrantes maranhenses. Dessa maneira, Zé Milta foi a primeira parteira ribeirinha Parteiras carismática de Bom Jesus. Conforme dito anteriormente neste trabalho, o sujeito aqui descrito e discutido, no caso as parteiras, surgiu como elemento trazido pela pesquisa de campo e assim, considerou-se importante trazer esta representação feminina tão presente no território pesquisado.

Assim, é preciso, inicialmente, destacar a simbologia presente na parteira em comunidades como o assentamento Bom Jesus. Historicamente, sabe-se que muitas mulheres ocupam o papel de parteiras em espaços nos quais o poder público não chega, sendo que se concorda com Carvalho *et. Al* (2008), quando ressalta que essa responsabilidade diminui na mesma velocidade em que a medicina se institucionaliza como um saber e passa a ser apropriada pelos homens. Essa divisão social do trabalho a partir do gênero retoma o exposto em Hirata; Kergoat (2007, p. 599) quando afirma que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc).

Neste ínterim, vale resgatar o conceito de gênero e sua implicação, uma vez que se compreende com Scott (2019, p.67) que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é a forma primeira de significar as relações de poder”. Assim, é que o trabalho das parteiras do Assentamento Bom Jesus, assim como outros, é um ofício feminino, mas que nesta discussão entende-se que reforça a importância destas mulheres na sociedade e na própria formação desse território e então, apesar de ter relação com o poder, como bem destacado, pretende-se fazer o inverso, ou seja, afirmar que este “poder” vem do protagonismo destas mulheres. Desta maneira, ainda que não

compreendido desta maneira, especialmente na sociedade patriarcal em que estão (não somente elas, mas as mulheres camponesas em geral), é possível afirmar que este trabalho, historicamente feminino, também reforça o empoderamento e a presença feminina, preponderantes no assentamento.

Essa força também se fez vista quando verificado na pesquisa de campo, que o trabalho das parteiras ensejou uma organização social destas trabalhadoras, resultando na *Associação das Parteiras de Tartarugalzinho*. Esta entidade foi fundada em 1998, mais especificamente no dia 14 de julho, o que demonstra o reconhecimento destas mulheres como classe operária, a qual, infelizmente, não teve força suficiente para lutar contra a falta de políticas públicas para a classe e assim, a associação foi desativada e desde de 2007 desmobilizou as parteiras quanto aos seus direitos. No entanto, percebe-se que as parteiras têm consciência do que são e das implicações do término da associação. Isso é possível ver na fala seguinte de Zé Milta:

*Eu era associada na Associação das parteiras, eu tinha carteirinha de parteira, eu tenho meu diploma, então se eu precisar de material pra fazer parto, eles tem obrigação de me dar sem reclamar, **por que eu não sei ler, mas eu sei dos meus direitos.***

Essa afirmação de que não sabe ler, mas conhece os direitos, demonstra que esta parteira se compreende como trabalhadora e por conseguinte, como direitos que lhe foram retirados, de se organizar como classe trabalhadora. Ainda segundo os depoimentos de Zé Milta, no curto período da associação, houve a oportunidade de participar de cursos sobre o partejar. O que demonstra a contribuição destes cursos para uma melhor formação destas trabalhadoras. A seguir, apresentam-se fotografias das parteiras, bem como da carteira citada, que exibem com orgulho.

Imagem 11 – Parteira Ribeirinha



Imagem 12- Parteira Maria de Fátima



Imagem 14 – As parteiras tradicionais de Bom Jesus



Imagem 15- Carteirinha do Movimento das Parteiras tradicionais



Fonte: Produção da Autora, 2021

Esse protagonismo feminino no *locus* deste estudo é fundamental para localizar a mulher e seu papel na sociedade no contexto desses territórios muitas vezes esquecidos pelo poder público em setores básicos, como é caso da saúde. A presença tão marcante destas mulheres parteiras, retoma o exposto sobre o gênero e a violência no contexto das comunidades camponesas na Amazônia. As mulheres parteiras do assentamento, vistas como gênero feminino em um contexto patriarcal, não receberam o devido reconhecimento de seu trabalho, estabelecendo-se assim, uma relação social que viola os direitos factualmente conquistados, mas não legalmente conhecidos.

Retoma-se o exposto em Lugones (2020) quanto à colonialidade de gênero, expressa na exploração das mulheres, neste caso, do trabalho que estas mulheres desenvolvem na comunidade e que não são reconhecidos e valorizados. Concorda-se com FERRAZA; PERES (2016) quando afirma que:

Na passagem do século XVIII para o XIX o corpo da mulher passou por um processo de medicalização da sexualidade. Saberes disciplinares médicos e morais determinariam comportamentos adequados ao corpo feminino, inviabilizando a possibilidade de problematizar seus direitos sexuais e a experiência da maternidade, afirmando as desigualdades entre os gêneros em um viés machista e misógino.

Depreende-se que, a partir de então, o protagonismo feminino das parteiras foi relegado à segundo plano, pois a ciência retirou das mulheres o domínio do corpo e levou-as a pensar que o parto nas condições médicas é, de fato, o mais adequado, evidentemente, concorda-se que há casos de partos que demandam intervenção médica, mas o trabalho de mulheres parteiras, nem de longe deve ser menosprezado e advoga-se, que deve ser reconhecido como profissão.

Assim, acredita-se que “com o deslocamento do parto domiciliar para o hospital fortaleceu-se o processo de dominação masculina e a retirada do protagonismo da mulher, que até então era quem detinha os conhecimentos sobre a parição”, (SOUZA, 2005). Essa dominação masculina será ainda discutida neste trabalho, mas há que se considerar aqui que o protagonismo feminino das parteiras do assentamento de Bom Jesus é um fato, mesmo não devidamente valorizado, e que a destituição da associação foi uma violência para com estas mulheres.

Observamos *in lócus* que a violência de gênero no campo não é tão somente uma implicação das disputas por território com agentes exógenos, ou seja, uma violência do capital rentista, que será tratado nas linhas mais adiante, todavia é também uma disputa simbólica num território de dominação masculina, não capitalista, porém patriarcal, reforçada seja pela presença ou ausência de estruturas estatais patriarcais que invisibiliza o protagonismo feminino, as demandas das mulheres camponesas e a própria violência contra a mulher do campo.

A desvalorização do conhecimento das mulheres parteiras do PA Bom Jesus, também se configura em uma violência institucional contra as mulheres de saberes tradicionais. A inexistência de políticas públicas que atendam as demandas das parteiras tradicionais no Estado do Amapá, forçou em 2007 a desativação da Associação das Parteiras tradicionais de Tartarugalzinho.

3.2.2 AS INTERFACES ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO CAPITAL, INSTITUCIONAL E DOMÉSTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM JESUS DOS FERNANDES

A classe camponesa que se formou à revelia do Estado capitalista, já nasceu classe revolucionária (CHAVES, 2015), trava uma luta histórica por sua sobrevivência econômica, política e identitária contra as estruturas violentas de um Capital rentista/monocultor, que tem em sua base o racismo e o patriarcalismo. Neste último ancora-se a construção dos seus territórios, entende-se que a classe que nasce insubmissa reproduz relações sociais de sexo/gênero em seus territórios, submetendo a mulher camponesa a violência de gênero.

Conforme dados publicados pela CPT (2018), de 2009 a 2018, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência no campo pela disputa de terra e território, neste período 38 mulheres foram assassinadas, 80 sofreram tentativas de assassinato, esses dados entraram em debate somente no relatório de Conflitos no Campo Brasil de 2018. Diante a invisibilização do da violência de gênero, e a necessidade de dados que dessem embasamento ao debate científico, e fortalecer a luta das mulheres camponesas contra a violência de gênero no campo, foi que nos

propusemos a desenvolver essa pesquisa, para caracterizarmos a violência de gênero no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que a violência de gênero não é somente a violência entre o homem e a mulher, sendo na maioria dos casos o homem agressor e a mulher vítima, concordamos com o artigo Art. 1 da Convenção de Belém do Pará, de 1994, que compreende por violência de gênero “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Corroborando com esta definição e nosso entendimento o conceito de violência de gênero cunhado por Méndez (1991), que considera ser toda ação que coage, limita ou restringe a liberdade e dignidade das mulheres. Nesse sentido, pode-se afirmar que as violências não implicam somente das relações individuais de forma isolada, mas, sobretudo, estão estruturadas nas relações sociais de sexo/gênero, raça e classe que consubstanciam a nossa sociedade patriarcal, capitalista e racista. Nesta subseção, elenca-se os tipos de violência de gênero existentes nas relações de poder no território camponês de Bom Jesus dos Fernandes.

Tendo em vista que as representações de gênero estão condicionadas ao sistema de sexo-gênero, sendo este influenciado por fatores políticos e econômicos de cada sociedade, onde a diferença sexual produz valores, hierarquias sociais, deixando claro o “lugar da mulher” na sociedade, termo este que associado a classe camponesa foi mencionado diversas vezes pelas participantes do grupo focal, utilizado como metodologia para obtenção de dados qualitativos sobre o fenômeno da violência de gênero no campo. No que concerne a essa posição definida a partir do gênero, Lauretis (2019) afirma que o sistema de sexo-gênero opera junto a um sistema de relações produtivas, esses sistemas são comuns em sociedades patriarcais, sejam elas capitalistas ou não, pois é fundamental para a reprodução de estruturas socioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante.

O “lugar da mulher” é a posição atribuída à mulher numa existência social, não a um território concreto separado, mas sim um território simbólico de submissão e opressão-exploração de gênero. Utilizamos aqui a fala de Maria José, liderança feminina camponesa, para embasar a discussão sobre a posição de gênero, sua fala expressa a indignação pessoal em relação ao sistema de opressão sexo gênero que vigora no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, ela afirma:

Eu ainda vou dizer uma coisa aqui, a senhora pode aí achar que não é, mas existe muito também a coisa da religião, ainda é muito forte isso aqui; porque “a minha religião não permite”. o marido já não permite e a religião ajuda,

aí pronto, a mulher fica submissa, por causa dessas coisas que vem de muito tempo, desse sistema, esse regime... e a gente vem lutando muito, a mulher vem lutando muito. (Maria José, 2021)

Depreende-se a partir dessa fala que a posição imposta as mulheres com base no gênero conta com um sistema de opressão onde a instituição religiosa, a igreja evangélica, é a principal disseminadora dessa sociabilidade patriarcal no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, configurando uma violência estrutural contra as mulheres, e institucional sendo a igreja um dos aparelhos ideológicos do Estado, sua interface com a violência doméstica, está no fortalecimento da dominação masculina e a submissão das mulheres ao seus companheiros. A imbricação entre o capital e o Estado na violência de gênero no campo, serão tratados nas próximas linhas.

3.2.3 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ESTRUTURAL, DO CAPITAL E A INSTITUCIONAL NO ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES

A abordagem da categoria território nesta perspectiva feminista e de gênero, nos trouxe de acordo com Silva (2003), compreensão de que numa sociedade patriarcal, as mulheres tornam-se também um elemento do território, por conta disso, são subjugadas pelo conquistador masculino. Silva (2003), pontua:

Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (SILVA, 2003, p.39)

Assim, antes de prosseguirmos com a análise sobre a violência de gênero sofrida pelas mulheres assentadas, retornamos a Scott (1989), que entende o gênero como um elemento que perpassa toda a vida em sociedade, e está presente nas relações sociais influenciando nas suas percepções e condutas. Essa conduta, ou padrão vigente de gênero está condicionada ao contexto sócio histórico cultural, ou seja, da ideologia dominante que influencia nas relações entre os sujeitos.

Conforme observa Barroso (2019), a violência de gênero na sociedade de classes, é produto não apenas do patriarcado, mas interface com sistemas estruturantes: o racismo e o capitalismo. Nessa perspectiva, tais sistemas se consolidam na chamada sociedade patriarcal

racista-capitalista, que produzindo as relações sociais de sexo/gênero, classe, raça/etnia e, conseqüentemente, a exploração-opressão que dela deriva, portanto, a violência contra as mulheres não é apenas produto, é também condição para tais relações, dessa maneira, condiciona a experiência feminina.

Neste contexto de disputa ideológica e por terra/território, as mulheres camponesas do Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, são vítimas da violência do capital, da violência de gênero institucional, aquela exercida e pelo Estado, estrutural presente na em ambas é indissociável a marcação de classe e racializada do fenômeno e a imbricação outros sistemas de hierarquia e dominação.

Há uma simbiose entre a violência de gênero do capital e institucional, identificamos a violência de gênero institucional, indissociável do Estado capitalista, que possui uma base patrimonialista e patriarcal, ou seja, é uma violência que se configura pela atuação ou negligência do Estado sobre o controle do Capital, para atender a sua lógica acumulativa. A violência institucional, sua dominação alcança até mesmo o âmbito “privado” da vida das camponesas-ribeirinhas de Bom Jesus.

Nos apoiando em Aguiar (1997), que afirma a existência de um mecanismo sexista que opera nas instituições brasileiras, por meio da opressão de gênero. É esse sistema que produz a violência de gênero institucional, que atinge as mulheres camponesas, portanto, ao realizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres assentadas e ao analisar a distribuição dos lotes de terras do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes realizada pelo o Instituto Colonização e Reforma Agrária- INCRA, a instituição responsável por promover a justiça social na distribuição de terras, constatou-se uma desigualdade de gênero no que tange a democratização do acesso à terra.

Ousamos afirmar que a falta de acesso da mulher à terra configura-se tanto numa violência de gênero, quanto violência patrimonial descrita no Art. 7, IV da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, lei Maria da Penha, uma vez que priva e nega o direito à terra e ao território, que é extremamente necessário a reprodução social e econômica de mulheres e homens camponeses.

Na Relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Projeto de Assentados de Bom Jesus dos Fernandes (INCRA, 2021), nota-se que o número de mulheres que possui titulação domínio do lote ainda é menor em relação aos homens. Tal fato demonstra a negação do acesso das mulheres à terra e ao território e a sujeição ao conjugue para a concessão da terra.

No Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes, de acordo com o INCRA (2021), foram expedidos 39 títulos, distribuídos em título de domínio (TD)⁵ e Contrato de Concessão de Uso à 37 beneficiários. Nesse sentido, verificou-se que 4 títulos domínios, está sob posse de mulheres sem cônjuge, enquanto 10 são de homens sem cônjuges; às mulheres em situação de cônjuge, foram direcionados 15 títulos domínio e 1 contrato de concessão uso. Diante os dados, vale pontuar a existência de uma negação histórica do acesso da mulher à terra, essa desigualdade de gênero presente no território camponês em questão, construído em bases coloniais e patriarcais é uma implicação de sua estrutura fundante, essa afirmação reforçasse na fala de Maria José sobre o acesso da mulher à terra:

As mulheres correm atrás por exemplo no Incra pelo fato de nós sermos assentados e não consegue sequer o direito da terra pra poder correr atrás de políticas públicas (Maria José, 2021)

Monteiro e Garcia (2015), observam que o patriarcado impõe ao território uma relação de poder de domínio masculino que se baseia na desvalorização do feminino, de onde deriva-se dois mundos, o público-masculino e o privado- feminino. No que concerne ainda à violência institucional, vale ressaltar que em relatos no decurso da coleta de dados, outras características dessa violência contra as camponesas-ribeirinhas foram identificadas no PA Bom Jesus, como a feminização da pobreza. Identificou-se a situação de pobreza menstrual, o que é relevante, pois soma-se a outras questões pontuais no assentamento e agrava a situação da mulher camponesa.

Os relatos mostram que a fonte de renda principal é o programa bolsa família, atualmente bolsa Brasil, onde 127 Assentadas recebem a assistência. Esta fonte de renda é, evidentemente, mais utilizada para a alimentação e assim, a compra de absorventes é algo que fica em segundo plano. Vale destacar que o Governo Federal em 2021, vetou o projeto de auxílio para as mulheres em pobreza menstrual, todavia em 8 de março de 2022, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto que autoriza a distribuição de absorventes íntimos a populações vulneráveis.

No Estado do Amapá, 8.583 famílias assentadas estão cadastradas no programa Bolsa Família (INCRA, 2017), os dados não foram atualizados após o programa se tornar Bolsa Brasil, assim, estão registradas de 333 beneficiárias do Bolsa Família no PA Bom Jesus dos

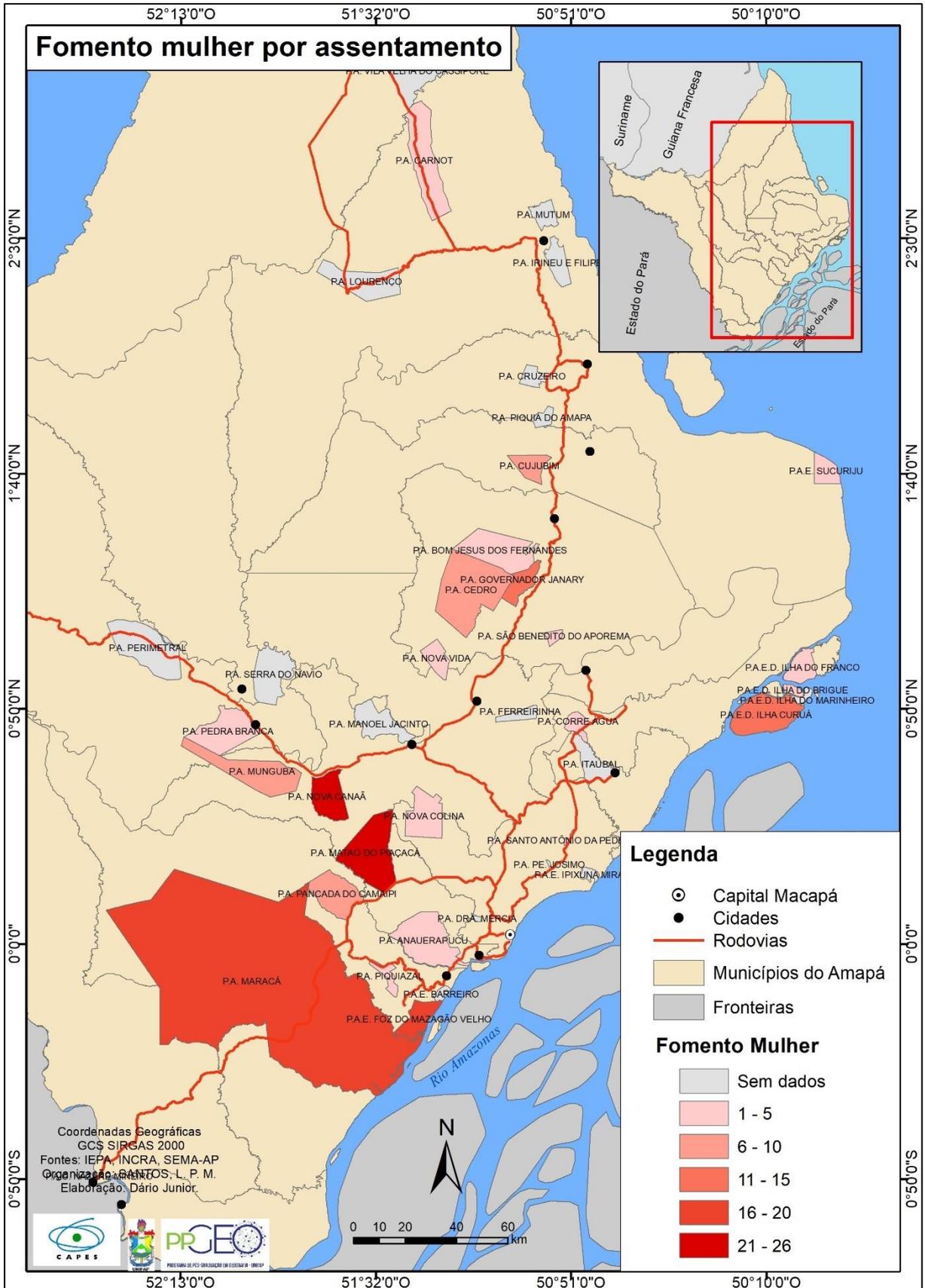
⁵ Transferência dos lotes em caráter definitivo, após verificado o atendimento dos requisitos do Contrato de Concessão de Uso CCU e comprovado que os assentados tenham condições de cultivar a terra e pagar por ela (INCRA, 2012).

Fernandes. Outra política pública que as mulheres assentadas acessam de acordo com os relatos colhidos em campo, é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado em 2003, com a proposta de contribuir para a segurança alimentar do agricultor e de segmentos em situação de pobreza, a partir da compra da produção da agricultura familiar da população camponesa, este programa possui várias modalidades, dentre elas a modalidade Doação Direta do PAA, onde toda a produção adquirida é direcionado para restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. No Amapá, a produção do PAA é destinada a merenda escolar.

Dos 54 assentamentos no Estado do Amapá, 35 fazem parte do PAA, correspondendo a 667 famílias, não foi possível quantificar as mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Identificamos também a linha de crédito para as mulheres assentadas, o Fomento Mulher, onde o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), é responsável pelo planejamento dos projetos produtivos desenvolvido pelas mulheres, e de encaminha-los ao Incra que disponibiliza os recursos.

Porém para acessar esta política de crédito é necessário que a mulher possua o título da terra, o que limita o acesso da mulher a esta política pública, devido a restrição da mulher ao título da terra e território. Nesse sentido, vejamos no mapa a seguir a distribuição dessa política de crédito à mulher no Estado do Amapá.

Mapa 10- Assentamentos com mulheres beneficiárias do Fomento Mulher



Fonte: INCRA, 2022

Os dados apresentados no mapa 7, correspondem ao Relatório de Beneficiárias do Fomento Mulher (INCRA, 2017), uma quantidade irrisória de mulheres distribuídas em 9 municípios: Macapá, Amapá, Calçoene, Mazagão, Pedra Branca, Porto Grande, Pracuúba, Santana e Tartarugalzinho, sendo 16 projetos de Assentamento e 6 Projeto de Assentamento Agroextrativista foram assistidas por esta política pública de crédito no Amapá.

Na tabela 3, em complemento ao mapa, pode-se verificar o total de famílias assentadas e o assentamento para onde foi destinado a linha de crédito. Como a oferta da linha de crédito exige que a mulher possua o título da terra, pode-se afirmar que de acordo com o número de contempladas por PA ou PAE é uma implicação da desigualdade de gênero na distribuição da terra e território.

Tabela 3: Distribuição da linha de crédito Fomento Mulher no Estado do Amapá

NOME PA	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	DATA DE CRIAÇÃO	APOIO INICIAL FOMENTO MULHER
PAE SUCURIJU	1600105	AMAPÁ	130	130	14/11/2012	1
PA CARNOT	1600204	CALÇOENE	306	291	13/12/1986	5
PA CORRE ÁGUA	1600303	MACAPÁ	105	98	01/03/2000	2
PA SANTO ANTÔNIO DA PEDREIRA	1600303	MACAPÁ	96	85	16/01/2006	2
PAE DURAVEL DA ILHA DO CURUÁ	1600303	MACAPÁ	1484	1343	25/10/2006	14
PAE DURAVEL DA ILHA DO FRANCO	1600303	MACAPÁ	820	388	25/10/2006	1
PAE DURÁVEL DA ILHA DO BRIGUE	1600303	MACAPÁ	760	548	25/10/2006	3
PA PIQUIAZAL	1600402	MAZAGÃO	650	248	01/04/1987	1
PAE AGRO-EXTRATIVISTA MARACÁ	1600402	MAZAGÃO	2500	1993	28/04/1997	17
PA PANCADA DO CAMAIPÍ	1600402	MAZAGÃO	400	397	16/09/1998	6
PAE FOZ DO MAZAGAO VELHO	1600402	MAZAGÃO	300	261	16/07/2012	17
PA PEDRA BRANCA	1600154	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	400	301	01/03/2000	3
PA MUNGUBA	1600535	PORTO GRANDE	649	354	01/10/1996	10
PA NOVA COLINA	1600535	PORTO GRANDE	309	272	08/01/1997	5

PA NOVA CANAÃ	1600535	PORTO GRANDE	340	337	20/08/1998	21
PA CUJUBIM	1600550	PRACUÚBA	220	180	16/09/1998	8
PA MATÃO DO PIAÇACA	1600600	SANTANA	600	552	05/01/1996	26
PAE AGRO-EXTRATIVISTA ANAUERAPUCU	1600600	SANTANA	519	519	22/04/1998	3
PA BOM JESUS	1600709	TARTARUGALZINHO	450	385	25/03/1994	2
PA CEDRO	1600709	TARTARUGALZINHO	600	580	04/09/1996	8
PA SÃO BENEDITO DO APOREMA	1600709	TARTARUGALZINHO	54	50	08/01/1997	3
PA NOVA VIDA	1600709	TARTARUGALZINHO	185	163	03/08/1998	4
PA GOVERNADOR JANARY	1600709	TARTARUGALZINHO	200	148	16/09/1998	12

Fonte: Relatório de Beneficiárias do Fomento Mulher (INCRA, 2017) Adaptado pela Autora.

Conforme observa-se na tabela 3, no Amapá foram assistidas pela política de crédito Fomento Mulher 174 mulheres camponesas, 68% dessas mulheres são de Projetos de Assentamento e 31% dos projetos de Assentamento Agroextrativista. Desse último, Sucuriçu no município do Amapá, Durável da Ilha do Franco em Macapá apresentam o menor número de beneficiárias, 1 mulher em cada projeto de reforma agrária, nos Projetos de Assentamento, o Piquiazal no município de Mazagão, apenas 1 mulher foi assistida pela política de crédito. De modo geral, o baixo acesso das agricultoras do Amapá ao Fomento mulher, pode ser explicado pelas exigências impostas para o recebimento do benefício, de acordo o Art. 5º para receber o fomento mulher, de que trata o inciso III do caput do art. 2º:

A mulher titular de lote da reforma agrária deverá, cumulativamente: I - ter os dados da unidade familiar atualizados perante o Incra, nos termos do art. 9º; II - ser atendida por serviço de Ater, conforme definido no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 12.188, de 2010, responsável por apresentar projeto de estruturação da unidade produtiva, ou por outro profissional habilitado, podendo ser servidor do Incra, de suas prestadoras de assistência técnica ou de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que estabeleçam acordo de cooperação, convênio ou outro instrumento congênere, conforme disciplinado pelo Incra; III - não ter recebido anteriormente o crédito de instalação na modalidade prevista no inciso VI do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.001, de 2014, exceto aquelas que não receberam integralmente os valores previstos no §1º do art.3º da Instrução Normativa nº 58, de 5 de março de 2010, do Incra, hipótese em que farão jus à diferença do valor estipulado para a modalidade; e

IV - estar inscrita no CadÚnico. (Diário Oficial da União - Seção 1 -
DECRETO Nº 9.066, DE 31 DE MAIO DE 2017)

Destaca-se a exigência sobre a titulação da terra no Art. 5º que trata dos critérios para o recebimento do fomento mulher, haja vista que para a concessão de créditos de instalação, o título de domínio ou contrato de concessão deve estar no nome da requerente, e ser titular da terra é fundamental para acessar a política de crédito. Desse modo, pode-se afirmar que a baixa quantidade de mulheres camponesas contempladas com o Fomento Mulher no projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes, onde apenas 2 mulheres camponesas foram contempladas com a linha de crédito até 2017, ano da última atualização realizada pela instituição concedente - INCRA, é resultado da negação do direito à terra e território a essas mulheres.

Produto da desinformação, submissão e exploração feminina revelada pela ausência de seus nomes enquanto cônjuge, na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), demonstrando a dominação masculina também sobre a terra. Outro fator, é a inadimplência dessas mulheres junto ao INCRA.

A negação do acesso igualitário da terra à mulher é uma violência de gênero institucional, implicação da masculinização das estruturas de poder que engendra uma hierarquia de gênero. Na sequência identificamos a não participação política das mulheres camponesas na Associação de agricultores de Bom Jesus, considerando que as mulheres se associaram devido à perspectiva da igualdade de gênero presente nos requisitos para acessar políticas como o PAA, que exige um quantitativo, uma cota de participação feminina em associações de agricultores para a inserção no programa.

Para Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020), esta violência institucionalizada se apoia e se naturaliza produzindo e reproduzindo a opressão e exploração das mulheres camponesas por meio da família, a escola, as igrejas, o poder político entre outros, é esta mesma estrutura que desvaloriza e invisibiliza o trabalho feminino. Nesse sentido, trouxemos algumas falas de Maria José, assentada e a única mulher a presidir uma associação de agricultores em Bom Jesus, que expressam a invisibilização do trabalho das mulheres camponesas e como o trabalho feminino significa o ser mulher na perspectiva da própria mulher camponesa:

“Nós somos mulheres, nós somos trabalhadoras”

“Se nos fosse organizada, nos podia lutar contra todo tipo de violência [...] precisamos nos organizar, é contra a violência, é pra ter independência na casa, é pra estudar, pra fazer uma faculdade e pra trabalhar na nossa agricultura” (Frase emitida pela assentada Maria José).

“A mulher camponesa é a que vive no campo trabalha para produzir e tirar a sua alimentação para ela e sua família” (Maria José).

Tais falas registradas no grupo focal, demonstram a relevância da família para as mulheres camponesas-ribeirinhas, a fala que se refere ao significado da mulher camponesa, corrobora com Lombardi (2019), definição já mencionada nesta dissertação, tem seu significado voltado ao trabalho, a alimentação da família, ao roçado próximo a casa e etc. É a família, o trabalho na roça que as fazem compreender-se como mulher camponesa, sentimento atrelado a maternidade, ao trabalho doméstico e ao trabalho na agricultura.

Embora reconheçam que a dupla jornada de trabalho muitas vezes mencionado pelas participantes como exaustiva, principalmente pelo não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, e o cuidado com os filhos como responsabilidade apenas da mulher, assim como a desvalorização do trabalho feminino na agricultora, reduzindo-o à ajuda ao homem; quando indagadas sobre o que é ser uma mulher camponesa, obteve-se a frase que dá início a sessão.

Reduzir, invisibilizar o trabalho feminino é o que se denomina de naturalização da opressão feminina e postergação das suas necessidades, desmobilizando as resistências. (GARCÍA; MONTEIRO, 2015)

Nessa perspectiva, o trabalho doméstico num sistema patriarcal é trabalho oculto, que serve ao trabalhador, ao homem, e ele não está limitado à limpeza da casa, ele é também emocional e sexual, afirma Federici (2020). A autora também observa a importância do trabalho feminino num contexto de negligência e austeridade à mulher do campo.

A maior parte das necessidades diárias do mundo continua sendo suprida por mulheres do Terceiro Mundo, produtoras agrícolas trabalhando fora da lógica monetária” e com insumos tecnológicos muito limitados, muitas vezes cultivando terras públicas ociosas. Numa época de programas de austeridade genocidas, é o trabalho dessas mulheres agricultoras que faz a diferença entre vida e morte para milhões de pessoas (FEDERICI, 2020, p. 57).

A unidade familiar da produção agrícola representa um campo de forças do sistema sexo-gênero, que visibiliza o trabalho feminino no PA Bom Jesus. Visto que a base dessa unidade familiar é sobretudo o trabalho reprodutivo das mulheres.

Os quadros que seguirão contêm as transcrições do grupo focal com questões centrais e as respostas das mulheres camponesas-ribeirinhas de Bom Jesus. ‘

Quadro 6 – Questões e respostas do grupo focal

<p>O que é ser mulher? O que significa, o que representa e essa conexão com a roça, o trabalho doméstico, com a família. O que é pra vocês, o que significa nessa relação com a roça, família, terra, território, o que representa?</p>	
<p>Participante A</p>	<p>A mulher já tem um pouquinho de opinião e a gente sabe que pra isso custou muito pra chegar a esse ponto e hoje, ainda tem muita mulher assim, a gente tem sempre essa herança do patriarcado. Infelizmente existe isso né, o patriarcado. E a mulher submissa ao marido e devagar a mulher vem conquistando espaço pra trabalhar, tomar decisão[...],</p> <p>E a família é o espaço mais importante da formação do ser humano pra mim é a família, na família você pode ser educado, hoje a gente tem a educação mais moderna, mas a gente não pode deixar o método tradicional de lado por que tem que ter limites das coisas, na família você cria seus filhos pra o mundo que você quer.</p>
<p>Participante B</p>	<p>Fui mãe solteira aos 15 anos, tive uma filha mulher. Então foi muito bom essa convivência dentro de casa, e a convivência dentro da casa da minha mãe e dentro da minha casa com a minha filha. Eu tive que trabalhar dobrado, ser pai e ser mãe, ser agricultora e trabalhar pra sustentar ela desde pequenininha, a gente não tem nenhuma formação na verdade a formação é de agricultora mesmo, então na época eu tive que estudar eu e ela e terminar o segundo grau, ela formou graças à Deus. A mulher não é valorizada, não é reconhecida hoje, principalmente a mãe solteira, né?!.</p>
<p>Participante C</p>	<p>Da diferença de ser mãe, eu sou mãe, mas se eu morresse pra viver, eu não queria ser mais mãe, queria ser um passarinho. Sabe porquê? É muita luta e dificuldade que a gente encontra na família da gente sendo mãe. Eu sou mãe, eu sou pai.... Eu tenho que trabalhar na agricultura, eu tenho que trabalhar em casa, eu tenho que cuidar dos meus filhos. Então, eu não queria essa situação, mas eu tenho que enfrentar essa dificuldade porque eu nasci mulher</p>

Ao analisar as falas selecionadas das participantes, nota-se que permeiam entre trabalho, família, maternidade e a estigmatização da mulher. Assim, destaca-se a regulação dos corpos femininos, pelo estigma da mãe solteira, outra questão é a maternidade compulsória, presente na seguinte fala da participante (C): “Então, eu não queria essa situação, mas eu tenho que enfrentar essa dificuldade porque eu nasci mulher”

A imposição da maternidade é a dominação da vida cotidiana das mulheres, a fala da participante (C) expressa essa opressão: “mas se eu morresse pra viver, eu não queria ser mais mãe, queria ser um passarinho”. A figura do pássaro representa para esta mulher a liberdade, que o patriarcalismo retira das mulheres.

Enquanto a estigmatização da mãe solteira, é o controle da sexualidade feminina presentes no PA Bom Jesus. A partir da segunda fala da participante “A”, retomaremos aqui a discussão do aparelho de poder ideológico do Estado, pois conflitua com a fala colhida em entrevista semiestruturada com a participante “D”, que não está no quadro, pois foi colhida em entrevista semiestruturada. Nesse sentido transcrevo aqui:

“Eu não gosto do feminismo por que quer mudar a ordem das coisas e isso tem causado uma confusão dentro das famílias, na juventude e eu não gosto, cada um tem seu papel” (D)

“Mas existe muito também a coisa da religião, ainda é muito forte isso aqui; porque a minha religião não permite ... o marido já não permite e a religião ajuda, aí pronto” (A)

As falas emitidas por lideranças femininas de seguimentos opostos, sendo a participante D liderança evangélica, enquanto D liderança camponesa vinculada a pastoral da terra, demonstram uma disputa ideológica que se materializa no território camponês de Bom Jesus em suas relações de poder, baseadas na religião, este aparelho ideológico do Estado que mantém o sistema de dominação, está presente desde a formação socioterritorial do PA Bom Jesus, é mister frisar que um quantitativo significativo da população é evangélica.

A tal ordem das coisas a que se refere a entrevista D corresponde a hierarquia de opressão implantadas no território, e o feminismo, enquanto projeto político de mudança social, que busca a igualdade humana, revela “as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que

contribuem para a subordinação destas, na sociedade”, Silva (1998, p. 107), desmascara essa hierarquia de dominação.

Percebe-se também a dominação dos corpos femininos neste território camponês, a partir da imposição violenta da heterossexualidade às mulheres lésbicas do Assentamento, esse controle do corpo ocorre como ferramenta de conversão. Lugones (2020), ressalta que:

A heterossexualidade característica da construção colonial/moderna das relações de gênero é produzida, construída miticamente. Mas a heterossexualidade não está apenas biologizada de maneira fictícia, ela também é obrigatória e permeia toda a colonialidade do gênero – na concepção mais ampla que estamos dando a esse conceito. Nesse sentido, o capitalismo eurocêntrico global é heterossexual. Acredito que seja importante vermos, enquanto tentamos entender a profundidade e a força da violência na produção tanto do lado oculto/obscuro como do lado visível/iluminado do sistema de gênero moderno/colonial, que essa heterossexualidade tem sido coerente e duramente perversa, violenta, degradante, e sempre funcionou como ferramenta de conversão (LUGONES, 2020, p.79).

Depreende-se disto que a heterossexualidade é também uma imposição do patriarcalismo, onde está presente a intercessão das categorias sociais de gênero e raça, desta forma, as mulheres transgressoras de gênero, ou seja, aquelas que não desempenham seu papel de gênero no território, são discriminadas e como punição, excluídas do convívio social.

Outro tipo de violência que as mulheres camponesas sofrem, propalada pelo capital, tendo como principal marcador social a classe, é a discriminação, o desprezo social/ideológico, a desvalorização da condição camponesa de viver, da opção por morar no campo. Acerca dessa violência temos a fala de Zé Milta:

“O pessoal da cidade, eles pensam que o pessoal do interior, da roça, é abestado, sabe? Quando chega uma pessoa do interior, é mais quem olha pra aquela pessoa e diz assim: Ah... mas aquela pessoa é abestada, é do interior. Por que nós somos abestados? Porque muitas vezes a pessoa não é igual a da cidade, por que a da cidade veem com os olhos diferentes e do interior também, tem essa diferença” Zé Milta

Segundo Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020), esta violência se manifesta nos termos pejorativos relacionados ao campo como lugar de atraso, devido sua reprodução social e econômica, diante a negligência do Estado em garantir infraestrutura básica para a população do campo. Nesse sentido o Estado também coopera com essa visão de atraso do campo, desta forma esta também é uma violência de gênero institucional. Os corpos das mulheres do campo

também sofrem a discriminação por conterem as marcas do trabalho na agricultura, a cultura camponesa, inclusive as expressões linguísticas.

As violências de gênero discutidas até aqui, buscou salientar as implicações da relação do Estado, do capital com o território sobre a vida das mulheres camponesas e como esses processos produzem a violência contra a mulher nesses territórios

Na sessão a seguir discute-se a última violência de gênero identificada no interior da esfera familiar. “A violência contra mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina, consiste em outra indicação de relações patriarcais”, (AGUIAR, 2000, p. 306).

3.2.4 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM JESUS DOS FERNANDES

A indiferença masculina à luta contra a exploração e dominação das mulheres que contrapõe com a luta contra o colonialismo, no entanto é indiferente ao que a autora chama de colonialidade de gênero, onde homens também colonizados, oprimidos e explorados pelo capital, reproduzem a opressão as mulheres, principalmente as não brancas. (LUGONES, 2020).

Isso ocorre por que a luta contra o colonialismo, não é contra a dominação masculina, não é contra a existência de um sistema binário nas relações sociais, que insere as categorias masculino e feminino ou gênero como categorias opostas, na qual a posição feminina é sempre de subalternidade, legitimado por um sistema de dominação em que o corpo feminino está inserido. (BOURDIEU, 1995). O território camponês é esta relação tornado espaço, sendo o poder uma das dimensões das relações, o território é a expressão espacial disso. (SOUZA, 2013, p. 97). Nessa perspectiva, o território é a espacialização das regras codificadas a partir da tradição colonial de violação que se impõem por exemplo, a violência doméstica.

Segundo Ferrer e Sobrinho (2022), em sociedades onde existem elevados índices de desigualdade de gênero e dados chocantes de violência contra a mulher, como ocorre nos países da América Latina e principalmente no Brasil, que apresenta dados elevados de violência contra as mulheres pobres e negras, a abordagem de gênero na geografia ou a Geografia Feminista é indispensável, e a violência doméstica tem sido o foco da ciência geográfica nos países latinos.

Discutiu-se até aqui, os dados de feminicídio da América Latina à Amazônia legal, deste último deu-se ênfase a violência contra as mulheres negras nessa região, pois 77% das vítimas

de feminicídios na Amazônia em 2019, de acordo com o Atlas da Violência 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), eram mulheres negras.

Discutiu-se até aqui, os dados de feminicídio da América Latina à Amazônia legal, deste último deu-se ênfase a violência contra as mulheres negras nessa região, pois 77% das vítimas de feminicídios na Amazônia em 2019, de acordo com o Atlas da Violência 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), eram mulheres negras.

Compreendemos o conceito de “violência contra a mulher” de acordo com a Convenção de Belém do Pará, tratado internacional de direitos humanos adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995, que prevê em seu artigo 1 a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

O quadro a seguir, apresenta relatos de violência doméstica contra a mulher e violência contra a criança e o adolescente, colhidos em entrevistas individuais com as mulheres que participaram do grupo focal.

Quadro 7: Entrevistas Individuais com as participantes do grupo focal

Você já sofreu algum tipo de violência ou conhece alguém que já tenha sido violentada?	
Entrevistada 01 Violência Sexual contra a criança e o Adolescente	Teve um caso agora nesses tempos na minha família, mas só que a menina não quis ir e disse que se nós fosse, ela ia negar tudo na frente, ela ia dizer que era mentira, como justamente ela fez, ela negou pra mãe dela. Pra nós que era tia ela assumiu, pra mãe dela ela negou na nossa frente que nada tinha acontecido e quem ficou como mentirosa fomos nós, tia que cheguemos e fomos conversar com a mãe e ela falou que em nenhum momento isso aconteceu.
Entrevistada 02 Violência doméstica	Já proibiu eu de ir pra casa da minha mãe, eu não podia sair, se eu não saísse com ele, eu não ia. Eu fui prisioneira dentro da minha casa , eu não tinha liberdade de fazer o que eu queria dentro da minha casa. Ele queria que eu parasse de estudar, que eu escolhesse entre ele e o meu estudo. A minha filha de 6 anos, toda vez que o pai dela custa a chegar em casa, ela diz: “mamãe, eu acho que o papai ta bebendo, vai chegar porre. Tu não vai esconder as facas?”

Entrevistada 03	Uma vez ele foi pro bar beber e eu fui lá atrás dele e ele tava e começamos a discutir. Me jogou no chão e eu caí por lá com o tapão que ele me deu, eu reagi jogado uma bola de bilhar nele e uns homens me seguraram, depois eu caí e ele veio pra cima de mim e me meteu a porrada. Eu fiquei de denunciar ele, mas depois eu desistir[...]. Ele foi ficando mais violento, ele tava estressado do trabalho da roça, ele chegava da roça e queria ter relação comigo na marra eu não queria, ele me violentava [...]
Entrevistada 03 Violência contra a Criança e o Adolescente	abuso de criança tem demais , tem um processo aí recente. Há uns anos, morava um senhor aqui, ele já até morreu, a família da menina levava ela pra esse velho, ele era aposentado e dava dinheiro pros pais dessa menina, [...] ela tinha 9 anos, a família dela era muito pobre e vendia a filha em troca de comida e todo mundo daqui sabia, mas não fazia nada por que eram os próprios pais que levavam a menina pra esse homem.
Entrevistada 04 Violência contra a mulher	Mas tem muitos casos de violência contra a mulher aqui no assentamento, elas não procuram as autoridades , eu tenho conhecimento desses casos por meio da igreja , eu oriento, falo sobre o relacionamento abusivo dentro de casa, oriento as jovens, as esposas. Tem um caso de uma senhora, mãe, casada há algum tempo onde o marido forçava ela a fazer sexo anal e dizia que era por que ela tava “folgada” bexiga baixa que a gente chama. Ouçõ casos de abuso infantil , uma moça que se tornou lésbica por causa do abuso que sofreu na infância , aí a gente vai buscando tratar essa menina ferida que criou uma aversão por homem por causa do abuso. [...] Na igreja, nós temos encontros voltamos a trabalhar com cuidado desse lado emocional da mulher, do casal.

Fonte: Produção da Autora

A entrevistada 02 tem 25 anos, casou aos 14 anos, filha de agricultores, mãe de duas meninas. O esposo não é agricultor trabalha como ajudante de pedreiro, a entrevistada relatou que foi ameaçada de morte pelo esposo caso ela denunciasse as agressões, ela tem 2 filhas com o agressor. O esposo volta para casa diariamente alcoolizado e a agride verbalmente e fisicamente na frente das filhas e a filha mais velha de 6 anos fica com medo quando ele chega em casa.

A entrevistada 03, tem 55 anos, mulher agricultora mora há 26 anos no Assentamento, mãe de 4 filhos, participou do grupo focal e entrevista individual relatou ter sofrido violências psicológica, sexual, patrimonial, moral e física do seu ex-companheiro, denunciando em 2019, relatou que a violência ocorria na roça, no lar, e que após a dupla jornada de trabalho, era

forçada a manter relações sexuais. “Como a obrigatoriedade, da parte das mulheres, de manter relações sexuais com os maridos, decorrentes de uma obrigação de atender aos desejos masculinos, independentemente das circunstâncias, e de sua própria vontade” (Federici, 2020, p. 114)

Participante F do grupo focal, confirmou em entrevista individual, ter sido vítima de violência patrimonial, na separação de seu ex companheiro, ele ficou com todos os bens, deixando-a sem assistência juntamente com os filhos. Sobrevivendo da bolsa família e da solidariedade dos moradores de Bom Jesus, pois o título da terra está no nome de seu ex companheiro e ele lhe negou todos os direitos aos bens, ela sem informação, se contentou com a casa da agrovila.

Os abusos sexuais relatados em algumas entrevistas ou falas do grupo focal, sobretudo o incestuoso, segundo Saffioti (2015), esta violência “deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido”, (p.19)

A invisibilização dessas violências configuram estratégias perversas de exploração, expropriação e opressão feminina, esse silenciamento é estrutural, e se reforça na ausência ou ineficiência das políticas públicas de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta. O posto de saúde não oferece atendimento adequado as mulheres vítimas de violência doméstica. Em entrevista, profissionais da saúde relataram não ter conhecimento das políticas de enfrentamento a violência contra a mulher camponesa e os protocolos da saúde.

Nesse sentido, constatamos que a Rede de Atendimento à Mulher (RAM), inexistente no aparelhamento de saúde do assentamento, as mulheres camponesas vítimas de violência doméstica em Bom Jesus dos Fernandes não recebem o atendimento previsto nas Diretrizes para uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta que possui como público-alvo as mulheres em situação de violência (em especial, as mulheres negras, rurais e indígenas).

. Dado o diagnóstico sobre a RAM, considera-se necessário expor o quadro de profissionais da saúde que atuam no Projeto de Assentamento de Bom Jesus dos Fernandes, composto por 2 técnicas de enfermagem, 1 enfermeira e 1 pessoa responsável pela limpeza do posto de saúde.

Quadro 8: Quadro de funcionários do Posto de Saúde do Assentamento Bom Jesus dos Fernandes

Quadro de profissionais do Posto de Saúde Sr. Bina		
Quant	Cargo/Função	Sexo
2	Técnica em Enfermagem	Feminino
1	Enfermeira	Feminino
1	Agente de Saúde	Masculino

Fonte: Produzido pela Autora

Visto que não há médico no quadro permanente de funcionários do Posto Sr Bina, somente em ações promovidas pela Secretária de Saúde do Estado do Amapá, que segundo relatos da população camponesa não acontece com frequência, a enfermeira é a responsável pelo atendimento médico, realizando desde as consultas médicas a entrega da medicação aos pacientes. No que tange a Rede de atendimento as vítimas de violência doméstica - RAM, em entrevista transcrita no quadro (9) com uma das profissionais de saúde atuante no Posto da Agrovila, que afirmou não ter recebido treinamento específico sobre a RAM, e apresentou total desconhecimento dessa política pública para as mulheres do campo e da floresta, constatou-se a inexistência da RAM no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes.

O não alcance da RAM a essas mulheres camponesas é uma violência do Estado, pois descumpra as Diretrizes do enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da floresta estabelecidas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Cabe ao Estado proporcionar às mulheres desse território atendimento humanizado, integral e qualificado na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, e garantir todos os serviços da rede de atendimento.

Quadro 9: Entrevista individual com técnica de saúde do posto Sr Bina.

RAM- SUS
Qual atendimento que essas vítimas de violência recebem aqui no posto? Há um atendimento específico? Funciona a rede de atendimento à mulher? a senhora já participou de algum tipo de treinamento para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

Entrevistada – Profissional da Saúde	Treinamento não , o atendimento que tem aqui voltado pra mulher é quando tem alguma ação , em julho (2021) teve uma ação, aí vem uma equipe e atende a comunidade. Mas atendimento específico aqui no posto não! A forma com que eu tento tratar essas mulheres que passam por relacionamentos abusivos quando vem aqui no posto é orientando e conversando.
--------------------------------------	--

Fonte: elaboração da autora, 2022.

A rede de saúde no Assentamento de reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes, não oferece a capacitação dos serviços especializados e não-especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência; e tão pouco o PA conta com uma rede sócio-assistencial. Nesse sentido, o Estado vem negando as mulheres camponesas o direito ao acesso às informações sobre seus direitos e submetendo-as à violências.

Embora um caso de violência doméstica ocorrido em Bom Jesus no ano de 2021 tenha sido registrado e segue em processo judicial, como consta na tabela 4, também consta um caso de feminicídio em um dos territórios camponeses do município de Tartarugalzinho. Sendo este crime a expressão máxima da violência de gênero, quase sempre o produto final de uma série de privações, opressões e maus-tratos físicos, psicológicos e/ou sexuais pelas quais as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas, perpetradas em geral, mas não somente, por parceiros, ex-parceiros, familiares ou conhecidos da vítima, afirma Lima (2017), é importante frisar que tanto as mulheres assentadas vítimas de violência doméstica quanto os profissionais da saúde desconheciam a RAM e que o não conhecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, devido a negligencia e o silenciamento da violência no campo e sobretudo das mulheres do campo, também é uma violência institucional.

Desta análise, depreende-se a subordinação da mulher camponesa a estruturas coloniais, onde os homens desta classe se negam sair do seu lugar de privilégio sobre as mulheres, reproduzindo assim como o capital, violências contra a mulher camponesa ribeirinha que limitam a capacidade de luta das mulheres e de transformações dos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a tênue permeabilidade das questões de gênero na ciência geográfica, pelo não reconhecimento das relações de gênero como construções sociais, temporais e espacialmente situadas, assumimos nesta produção científica, uma posição política; a luta pela construção discursiva e metodológica de uma geografia de gênero e das sexualidades. Nessa perspectiva, a presente dissertação incide sobre a violência de gênero a partir do processo de territorialização do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária de Bom Jesus dos Fernandes, no município de Tartarugalzinho no estado do Amapá.

Nesta análise, considerou-se a temporalidade do sujeito/objeto da pesquisa, as mulheres camponesas, para identificar, caracterizar e discutir as violências de gênero que estruturam o território em questão. Nesse sentido, no que concerne às mulheres camponesas cofundadoras do PA Bom Jesus dos Fernandes, afirma-se que a desigualdade histórico social de gênero invisibilizou o trabalho feminino na agricultura, no artesanato, o protagonismo das mulheres parteiras como Dona Dutica, Mariazinha e Hosana, e por conseguinte a primeira liderança política feminina do assentamento, Dona Maria José; aguerrida na luta pela terra e contra a violência do corpo-território das mulheres do campo.

Depreende-se que está invisibilização, foi produzida pelo sistema de opressão de gênero que atua no território, negando o protagonismo das mulheres na construção do projeto de assentamento, atribuindo a conquista do território essencialmente à força masculina, implicando em poder, domínio e a violência do corpo-território das mulheres camponesas. Advoga-se que a violência de gênero é então resultante da dimensão do gênero como elemento estruturante do processo de territorialização dos territórios camponeses na Amazônia, onde o corpo feminino é compreendido como elemento do território e deve ser apropriado e dominado.

Os esforços teóricos empregados na análise das categorias gênero e território no contexto socioespacial do fenômeno da violência de gênero no campo, inferem que as mulheres camponesas estão sujeitas à múltiplos eixos de opressão, que estruturam esses territórios. No que concerne ao sujeito/objeto, participaram desta pesquisa 15 mulheres do PA Bom Jesus dos Fernandes, e nos relatos colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas e grupo focal, confirmou-se que a violência de gênero é presente no cotidiano dessas mulheres. Assim, compreendemos que essa violência no campo advém das hierarquias baseadas nas relações de gênero, presentes na formação dos territórios, no processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção, da apropriação da terra e do território pelo capital, implicando na

sujeição da mulher do campo e da floresta à violência do capital, à violência institucional, e a violência doméstica; esta última incide simbólica e materialmente sobre seu corpo-território.

A violência do capital que invade o campo conta com a cumplicidade do Estado, que institucionalizou no campo amazônico o patriarcalismo por meio dos dispositivos de controle sob a posse da terra e do território, assim como de controle social, à exemplo, a igreja, primeira instituição a ser fundada no PA, apontada pelas participantes, como a instituição que reforça a sujeição feminina tanto à esfera pública, organizações estatais, quanto à privada, na vida cotidiana dessas mulheres, exercendo controle sobre os territórios, e produzindo cenários de impunidade, principalmente no que tange a violência doméstica denunciada indiretamente pelas participantes da pesquisa.

A interface entre a violência do capital e do Estado no campo, não somente produz a discriminação, o desprezo social/ideológico, a desvalorização da condição camponesa de viver, da opção por morar no campo, utilizando a classe como marcador social, também se revela no controle do acesso à terra e território com base no gênero. Destacamos que dos 386 beneficiários das terras distribuídas pelo INCRA (2017), no PA somente 83 eram mulheres, ou seja, apenas 21% das mulheres da PA de Bom Jesus dos Fernandes possuem a concessão da terra, algumas delas relataram durante o grupo focal as dificuldades para obtê-la junto ao INCRA. Portanto, a violência patrimonial no campo emerge da interface capital/Estado, seja na falta de acesso à terra, na perda da concessão em decorrência de divórcio, medidas que reforçam estruturas patriarcais no campo, ou na inacessibilidade à linhas de crédito.

A inadimplência das mulheres com o Estado capitalista, advindo do recebimento de linhas de crédito para agricultura familiar, é a causa do baixo acesso das mulheres camponesas de Bom Jesus ao Fomento Mulher, somente 2 (duas) assentadas foram contempladas com o benefício, revelando a inacessibilidade dessas mulheres às políticas públicas, a vulnerabilidade social destas é também o desdobramento da violência patrimonial no campo.

A negligência do Estado com as mulheres do campo, violência de gênero institucional, produz a desinformação acerca dos seus direitos e o desamparo, aumentando potencialmente a vulnerabilidade delas a inúmeros tipos de violência de gênero. No âmbito da violência intrafamiliar, é mister frisar que, sancionada em 7 de agosto de 2006, a lei n. 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a violência doméstica, viola diretamente o corpo-território das mulheres camponesas.

Nos relatos colhidos no PA de Bom Jesus dos Fernandes, constatamos que os números da violência contra a mulher registrados pelo TJAP, não constituem a realidade da violência de gênero no campo, visto a inacessibilidade dessas mulheres às redes e serviços de atendimento

que agem contra a violação dos seus direitos. A violência doméstica e suas categorias, como a violência psicológica, prevista na Lei 14.188/2021 (BRASIL, 2021), que se configura em isolamento, ameaça, constrangimento, humilhação, limitação do direito de ir e vir, é produto da desvalorização social da mulher camponesa, em decorrência do sistema sexo/gênero estabelecido nesses territórios que estruturam socialmente a violência de gênero.

O estupro maridal, ressalta o domínio do corpo-território feminino, pois a violência sexual é praticada pelo conjugue, geralmente após a jornada de trabalho, que não se resume a roça; e a violência física, denunciada indiretamente em vários relatos, como o da entrevistada 03, agredida fisicamente pelo ex-companheiro, com o apoio de outros homens que a seguravam enquanto ele desferia tapas em seu rosto.

A violência de gênero nesses territórios vitima também crianças e adolescentes, sob várias formas de abuso e violação dos seus direitos, como a violência sexual, recorrente em Bom Jesus, porém invisibilizada, a razão desta subnotificação é a ausência de estruturas estatais e a dominação masculina do território, que intimida a vítima e seus familiares. Segundo dona Bruna, a inexistência de uma delegacia de polícia além de contribuir com a impunidade, perpetua a violência de gênero no assentamento.

A realidade das mulheres camponesas do território em questão, identificada e aqui descrita encontra-se em total dissonância às diretrizes de enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (BRASIL, 2011), pois não é garantido a essas mulheres o acesso às informações sobre seus direitos, acesso ao sistema de justiça e de segurança pública, o direito de acesso à terra, tão pouco a rede de atendimento às mulheres em situação de violência – RAM, embora na agrovila do assentamento exista um posto de saúde.

Cabe ressaltar que em entrevista, uma das profissionais de saúde atuante no assentamento, afirmou não ter conhecimento sobre a rede de atendimento às mulheres em situação de violência-RAM, a rede de saúde não oferece a capacitação dos serviços especializados da RAM, o assentamento não possui uma rede sócio-assistencial. Dessa forma, o posto de saúde não oferece o atendimento humanizado às vítimas, situação confirmada pelas mulheres vítimas da violência de gênero em Bom Jesus dos Fernandes.

Pontuamos também que a escassez de dados oficiais dessa violência, é outra discordância às diretrizes (BRASIL, 2011), que determina a criação de condições para a implementação de dados oficiais sobre a violência contra as mulheres do campo e da floresta, o que encontramos foram dados que demonstram a debilidades dos registros oficiais sobre a violência contra a mulher no Amapá, que omitem informações como raça, gênero, e a idade da vítima, tão pouco especificam se a violência ocorreu no campo, na cidade, ou a circunstância

dela, configurando numa barreira para o presente estudo quantificar as mulheres negras vítimas da violência de gênero no campo.

Esta fragilidade, revela a omissão como instrumento do Estado no Amapá em invisibilizar o fenômeno, e deve-se considerar como pauta de reivindicação dos direitos, não apenas das mulheres do campo, dado que esta tentativa do Estado em invisibilizar as vítimas da violência de gênero no campo, se configura numa violência de gênero institucional, pois não apenas reforça as desigualdades sociais e de gênero nesses territórios, relegando as mulheres à subordinação masculina, mas sobretudo impede o diagnóstico desse fenômeno, seja para o aumento do alcance das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero para esses territórios e/ou a própria promoção delas.

Nestas considerações finais não conclusivas, pois não há intenção de se esgotar o tema, e sim contribuir com a construção discursiva da imbricação gênero/categorias geográficas, e com a divulgação e o diagnóstico da violência de gênero no campo no contexto Amazônico; destaco que participar da vida cotidiana das mulheres dentro do assentamento, a fim de dissolver a desconfiança e realizar as entrevistas, após um longo período de isolamento social em decorrência da Pandemia de Covid-19, me reconectou à pesquisa. Me permitiu conhecer as experiências das mulheres camponesas marcada pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo racismo e pela luta contra a invisibilidade das violências que atravessam seus territórios.

E atravessaram-me também, muitos dos relatos dessas mulheres, e principalmente daquelas que foram silenciadas, coagidas a não participar da entrevista coletiva que realizamos na agrovila do assentamento de Bom Jesus, tendo que permanecer em casa ou obrigadas a deixar o local em que o grupo se encontrava; fui atravessada pelo silenciamento daquelas que até o fim da pesquisa *in locús*, privadas de liberdade, foram proibidas de sair de casa sozinhas.

Das disputas simbólicas identificadas num território de dominação masculina, reforçada seja, pela presença ou ausência de estruturas estatais patriarcais, a homofobia sofrida pelas mulheres lésbicas no assentamento, por subverterem a ordem moral e sexual, abre possibilidades de realizar outros questionamentos científicos.

Observou-se que a simbiose Estado e capital, apresenta funcionalidade à manutenção da exploração patriarcal no campo, onde a violência de gênero no campo, se impõe por estas estruturas, como parte da estratégia de desorganização dos territórios, para o enfraquecimento da luta e resistência camponesa contra o capital. Portanto, é imperioso para o fortalecimento da luta da classe camponesa pela terra e território, que as demandas das mulheres do campo e da floresta, a luta contra a violência de gênero no campo reverbere na luta camponesa, e que se constitua numa luta da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Soc. estado, vol.15, nº 2, Brasília, Editora UnB, 2000, pp.303-33.

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José Moura Ramos. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1970.

AMAPÁ. TJAP. Tribunal de Justiça do Amapá. Estatística. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Processos Judiciais da Lei Maria da Penha. 2020

_____. TJAP. Tribunal de Justiça do Amapá. Estatística. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Processos Judiciais da Lei Maria da Penha. 2021

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 4.377**, de 13 de set. 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto n. 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRASIL. **Portaria n. 85/2010**, institui as diretrizes de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta. Brasília,DF, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mulheres-do-campo-e-da-floresta-diretrizes-e-aco-es-nacionais>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Mulheres do campo e da floresta: diretrizes e ações nacionais. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 20 agosto. 2022.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. In: Revista em Pauta, teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2019, n. 43, v. 17, p. 140 - 154

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. *Revista Orientação*, 1992, n. 9, p. 57-66

CARVALHO, A. M. A., CAVALCANTI, V. R. S., ALMEIDA, M. A., & BASTOS, A. C. S. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?. *Paidéia*. p. 431-444, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/paideia] acessado em: 27 de dezembro de 2016.

CASTRO, Isabela Andrade de; NAUM, João Santos. O campesinato como vivência: a reprodução social em São Pedro/ Juruti – PA. *In: Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária*. Uberlândia, out. 2012.

CHAVES, Patrícia, Rocha. *Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio*. 2015. 405 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Cepal, 2019. Disponível em:

https://statistics.cepal.org/portal/databank/index.html?lang=es&indicator_id=2503&area_id=
Acesso em: 20 Jan. 2022.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. (1994). **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.campanapuntofinal.org/pdfs/belempr.pdf>.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 352 p.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Atlas de Conflito na Amazônia 2017. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/?Itemid=402> Acesso em: 16 nov. 2021.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2019. Maio de 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>
Acesso em: 16 nov. 2021.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2020. Maio de 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>
Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2020. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021> Acesso em: 17 Mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre Goiânia**, v. 1, n. 26, p. 63-89, jan./jun. 2006.

DARON, Vanderléia Leodete Pulga. **Um grito lilás**: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

DUARTE, Jorge. (2005), “Entrevista em profundidade”. In: J. Duarte; A. Barros (org.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo: Atlas.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. O patriarcado do salário –notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BOLFE Ana Paula Fraga. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS Leonilde Servolo de (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. 434p. p. 195-216.

FLEISCHER, Soraya. Parteira, buchudas e aperreios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Dissertação [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCÍA, María Franco; MONTEIRO, Karoline dos Santos. **Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: Entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário do Paraíba**. In: A questão Agrária do século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org: JÚNIOR, Marco Antônio Mitideiro; GARCÍA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa. Ed 1º - 520p. Outras Expressões. São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, Letícia Batista.; SANTOS, Taís das Flores.; ALVES Cândida Maria dos Santos Daltro. Os direitos da mulher à terra: A promoção do direito constitucional e da igualdade de gênero no campo. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5.769-5.785, maio, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395p.

HIRATA, Helena e Danielle KERGOAT, Novas Configurações da divisão sexual de trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. CENSO demográfico. *In: Sidra: sistema IBGE de recuperação automática*. Rio de Janeiro: IBGE, [2019]. (tab. 1378). *E-book*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#/n3/16/n6/1600709/v/all/p/all/c1/all/c2/all/c287/0/c455/0/d/v1000093%202/l.p+v+c2,t+c287+c1+c455/resultado>. Acesso em: 08 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório de Pesquisa: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Brasília: Ipea, 2012

____. Censo Demográfico 2022. Panorama do Censo: População do Estado do Amapá. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF, 27. ago. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>. Acesso em: 17 abr. 2021.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2019. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em: 29 ago. 2021.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2020. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasília, 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf> Acesso em: 01 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria n. 981, de 02 de outubro de 2003, promulga a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra ao homem e à mulher. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_38_2007.pdf Acesso em: 11 dez. 2020.

LAURETIS, Teresa de. La tecnología del género *In: BENAVIDES, Carmen Millan; MESA, Angela Maria Estrada (org.). Pensar (en) género: teoría y práctica para nuevas cartografías del cuerpo*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana – Instituto Pensar, 2004, p. 202-235.

LIMA, Amanda Gabriela Gomes de. Nenhuma a Menos: O Movimento Feminista e o Enfrentamento ao Femicídio na América Latina in: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11., 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis. 2017. p. s/p.

LOMBA, R.; SILVA, J. Os conflitos pela terra no Amapá: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 2, n. 2, p. 185-204, 2014.

LOMBA, R.; SILVA, J. Os conflitos pela terra no Amapá: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 185-204, 2014.

LOMBA, Roni Mayer; SCHWEITZER, Alejandro Fabian; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá – Amazônia – Brasil. *Redes Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1553-1575, nov. 2020. ISSN 1982-6745.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. *CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO)*, v. 47, p. 122-146, 2017.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (organizadoras). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

LUGONES, Maria. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Pagina 935 a 952

LYRA, A. P. A. P.; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Pacto do silêncio: invasão do território corporal da criança na família. In: V Colóquio Nacional do NEER, 2013, CUIABÁ. V Colóquio Nacional do NEER. CUIABA: UFMT, 2013.

MANÇANO, Fernandes Bernardo. *A formação do MST no Brasil* (Petrópolis: Vozes) 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiro. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre** São Paulo, v. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, Aline Gomes. *A Violência conjugal em contextos de ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017

MÉNDEZ, Bonino Luis. Los Micromachismos. **Revista La Cibeles**, v. 2, p. 1-6, 2004.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n.3, jun. 2011. p. 564-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/C6XjntCBHFNFjXZJ96tGMBN/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02 Dez. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**”, *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 17, no. 3: 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. (2014). In: **Reflexividade como Éthos da Pesquisa Qualitativa, Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 19, no. 4: 1103-1112.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, v.6, n.11, p. 21-37, 2004.

NASCIMENTO, Adilson Garcia do. **A reforma agrária no Estado do Amapá: O processo histórico-institucional fundiário e as conseqüências dos projetos de assentamento sobre a cobertura florestal**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Os Saberes e os Poderes das Parteiras em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia**. I Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais, v. 01, p. 01-10, 2007.

NASCIMENTO SILVA, MARIA DAS GRAÇAS SILVA. **Poderes e Saberes das Parteiras Ribeirinhas da Amazônia**. In: Cedenice Blackaman; Gilberto Paulino da Silva, Rosa Martins Costa Pereira. (Org.). *Dossiê Rondônia O Rio que nos Une: Educação, Migração e Cultura nestas Paragens*. 1ed. PORTO VELHO: Temática Editora, 2019, v. 1, p. 357-382.

NOVAIS, Adriana Rodrigues. A invisibilidade da violência contra as mulheres do campo e das florestas. MST. 13 março 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/13/a-invisibilidade-da-violencia-contra-as-mulheres-do-campo-e-das-florestas/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo: Por uma Geografia da Diferença**. 2014 (245. f) Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2014.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, de 9 de junho de 1994**. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. GEOGRAFIA AGRÁRIA: perspectivas no início do Século XXI. Texto apresentado na **mesa redonda** “Perspectivas da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de Oliveira; FERREIRA, Tainá Ferreira e. Análise comparativa dos crimes de feminicídio na América Latina. **THEMIS: Revista da Esmeac / Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, Ceará, 2021.v. 19, n. 1. p 207-231, 2021. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/view/827> Acesso em: 03 Mar. 2022.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Indicadores de Feminicídio ou Femicídio – Base de dados CEPALSTAT. Estados Unidos, Nova Iorque: CEPAL - Nações Unidas, 2021

ORNAT, Marcio José. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.2, n. 2, p. 309-322, jul./dez. 2008.

PIRES, Tom Adamenas e. Geograficidades: Necessidades, teorias e usos. 2019 (189 f). **Dissertação** de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. *GEOgraphia*, n. 16, p. 41-55. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombolas. In: **Polis** [Online], 41 | 2015, posto online no dia 20 setembro 2015, consultado o 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/polis/11027>

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: A experiência latino-americana e caribenha. In: Cecenã, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em: 02 dez.2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul/dez. 2015.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia E Gênero: A Mulher Como Força De Trabalho No Campo**. Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), p.1-58, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese de Livre Docência. USP/FFLCH, São Paulo, 1988.

SARDINHA, A. C. (Org.) ; SOARES, A. C. P. M. (Org.) ; OLIVEIRA., F. P. (Org.) . **Pesquisa em gênero e sexualidade: perspectivas e experiências a partir da Amazônia**. 1. ed. MACAPÁ: UNIFAP, 2019. v. 1.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado: A necessidade da violência. *In*: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260 p. p. 35-76.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos territoriais: Os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. *In*: FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e fronteiras: (Re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. 400p. p. 33-50.

SILVA, Maria Silva. Fazendo geografias: Pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. 314p. p. 25-53.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**. 2003.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Geografia e gênero/Geografia feminista – O que é isto? **Revista Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 105-110, mar. 1998.

SILVA, Armando Corrêa da. De quem é o pedaço? Espaço e cultura. Editora: HUCITEC.p. 162, 1986.

SILVA, I.C.; FILOCREÃO, A.S.M. Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá *In*: Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense. / Roni Mayer Lomba... [et. al.] Org – Dourados, MS: Ed. UFGD, p.83-112, 2014

SOARES, A. C. P. M. **Organização Política Feminina Rural: um estudo sobre o Distrito do Maruanum, Macapá-AP**. *In*: Eliane Cabral da Silva; Geovane Grangeiro da Silva; Roni Mayer Lomba.. (Org.). Conflito, territorialidade e desenvolvimento: Algumas reflexões sobre o campo amapaense. 1ed.Macapá-AP: Associação Brasileira das Editoras Universitárias - 30 anos / UNIFAP, 2018, v. 1, p. 85-103.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 1 Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013. 320p.

SOUZA, Luanna Tomaz de.; LOPES, Ana Beatriz Alvez.; SILVA, Andrei. Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. v. 8, n.1, p. 378-395, 2018.

SOUZA, H.R. A arte de nascer em casa: Um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo [**Dissertação de Mestrado**]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social; 2005.

SOUSA, R. E. M. ; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva . Mulher: A Quebra do Paradigma da Função Reprodutiva. *Revista Geografares*, p. 203-224, 2012.

SOUSA, Rafael Benevides; MACEDO, Cátia Oliveira. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. *In*: eosul, Florianópolis, v. 34, n. 71. Dossiê Agronegócios no Brasil, abril. 2019.p. 525-549.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p. p. 49-80.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo, Atlas, 1987.

VALE, Ana Rute do. A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

APÊNDICES

I

Sobre o grupo focal - Mapa qualitativo

Metodologia sugerida para aplicação da proposta

Questão geral

É importante uma compreensão das dimensões culturais e políticas, sob uma perspectiva de gênero, que são específicas e que contribuem para entender a violência de gênero (como consequência)

Sugestões gerais

- Produzir registros de TODO o grupo focal (obrigatoriamente)
- Dinâmica para apresentação das participantes, da equipe (momento de interação e quebra gelo)

Etapa 1 -

Protocolo de orientação para abordagem de aspectos centrais durante o grupo focal

- O que pensam ser a violência contra mulheres
- Quais relatos e fatos que guardam memória sobre a violência contra mulheres (que viveram, já presenciaram no presente e no passado) – ter a dimensão histórica e a dimensão dos territórios
Ex – se forem com mulheres do campo, destacar esse território na provocação do debate.
- Quais motivações apontam para explicar a violência contra as mulheres
- A quem cabe resolver o problema da violência contra a mulher
- Quando precisam de ajuda ou necessitam informar situações de violência contra mulher, qual é a alternativa q encontram? Pedem ajuda para alguém? Contam com o apoio de algum grupo ou instituição específica?
- Q tipo de problemas encontram quando precisam denunciar a violência contra mulher em sua localidade?

- Como foi a memória que guardam de atendimento que conseguiram ter de serviços públicos ou que presenciaram acompanhando atendimento de outra mulher?

Eixo de acesso e atendimento nos serviços de saúde

- Procura com que frequência atendimento nos serviços de saúde? Qual normalmente é a razão de buscar por serviços de saúde?
- Precisou ser atendida no sistema de saúde em função de ter sofrido violência? Poderiam relatar como foi o atendimento?
- Precisou de atendimento ou já presenciou atendimento de serviços de saúde em caso de violência? Poderiam relatar como foi o atendimento?
- Aportar no roteiro geral sugerido contribuições que atendam a especificidade do públicos- Mulheres ribeirinhas (buscar observância das especificidades culturais e sociais desse grupo nos territórios para levantar dinâmica e eventuais especificidades na modalização da violência de gênero)
- Mulheres camponesas/quilombolas (buscar observância das especificidades culturais e sociais desse grupo nos territórios para levantar dinâmica e eventuais especificidades na modalização da violência de gênero, em específico as disputas por territórios, os projetos e políticas que tem o território e as comunidades-alvo prioritários)

IMPORTANTE OBSERVAR AS DIMENSÕES CULTURAIS E POLÍTICAS PARA OBSERVAR A DIMENSÃO E OPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INTERIOR DOS GRUPOS

APÊNDICES II

Flyer de divulgação do grupo focal realizado no segundo trabalho de campo no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes – Tartarugalzinho/AP

CONVITE **É IMPORTANTE, PARTICIPE!**

23 DE OUTUBRO DE 2021 | SÁBADO
 MANHÃ: 9:00H TARDE: 14:00H

RODA DE CONVERSA | **MULHERES E VIOLÊNCIAS CONTRA OS TERRITÓRIOS**

**LOCAL: REFEITÓRIO DA ESCOLA ESTADUAL JUVENAL FARIAS DA COSTA
 ASSENTAMENTO BOM JESUS**

REALIZAÇÃO:

SUS  Sistema Único de Saúde

 GRUTES

 UNIFAP
 Universidade Federal do Amapá

 FAPEAP
 Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá

 PROEIO
 PROGRAMA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

 OBSERVATÓRIO
 da democracia, direitos humanos e políticas públicas

APÊNDICES III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (para pessoas não alfabetizadas)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

A Sra está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses no Amapá**: Um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes - Tartarugalzinho”. Meu nome é Lana Patrícia de Matos dos Santos sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a geografia agrária. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail lanageo12@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (96)981446391. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal do Amapá, pelo telefone (96) 40092804.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa intitulada “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses no Amapá**: um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes - Tartarugalzinho”, tem como objetivo geral analisar a configuração da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes. Para isto, apresenta os seguintes objetivos específicos

- Analisar a apropriação do território a partir da categoria gênero e as territorialidades das mulheres camponesas;
- Identificar a violência de gênero no território camponês, especificamente a indissociabilidade entre corpo e território;

Justifica-se a pesquisa pela possibilidade de construir arcabouço teórico na geografia feminista sobre a problemática da violência de gênero nos territórios camponeses na Amazônia, verificada a subnotificação dos casos de violência de gênero nesses territórios, a escassez de informações e a lacuna na produção científica sobre a temática.

A metodologia do trabalho de campo da pesquisa é de grupos focais que consiste em entrevistas grupais, entrevistas semiestruturadas e metodologia participante, com a captura de imagens e gravações de áudio e vídeo.

Nesse sentido solicitamos as seguintes autorizações do (a) participante voluntário (o)

1.1 Procedimentos:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- () Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses e quilombolas:** um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no amapá”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Lana Patrícia de Matos dos santos sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Tartarugalzinho, de de 2021

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



 Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICES III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

A Sra está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses no Amapá**: Um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes - Tartarugalzinho”. Meu nome é Lana Patrícia de Matos dos Santos sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a geografia agrária. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail lanageo12@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (96)981446391. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal do Amapá, pelo telefone (96) 40092804.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa intitulada “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses no Amapá**: um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes - Tartarugalzinho”, tem como objetivo geral analisar a configuração da violência de gênero no processo de territorialização do Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes. Para isto, apresenta os seguintes objetivos específicos

- Analisar a apropriação do território a partir da categoria gênero e as territorialidades das mulheres camponesas;
- Identificar a violência de gênero no território camponês, especificamente a indissociabilidade entre corpo e território;

Justifica-se a pesquisa pela possibilidade de construir arcabouço teórico na geografia feminista sobre a problemática da violência de gênero nos territórios camponeses na Amazônia, verificada a subnotificação dos casos de violência de gênero nesses territórios, a escassez de informações e a lacuna na produção científica sobre a temática.

A metodologia do trabalho de campo da pesquisa é de grupos focais que consiste em entrevistas grupais, entrevistas semiestruturadas e metodologia participante, com a captura de imagens e gravações de áudio e vídeo.

Nesse sentido solicitamos as seguintes autorizações do (a) participante voluntário (o)

1.2 Procedimentos:

- Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
- Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses e quilombolas:** um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no amapá”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Lana Patrícia de Matos dos santos sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Tartarugalzinho, de de 2021

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

A metodologia do trabalho de campo da pesquisa é de grupos focais que consiste em entrevistas grupais, entrevistas semiestruturadas e metodologia participante, com a captura de imagens e gravações de áudio e vídeo.

Nesse sentido solicitamos as seguintes autorizações do (a) participante voluntário (o)

1.1 Procedimentos:

- Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
- Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**A questão da violência na construção/reconstrução dos territórios camponeses e quilombolas:** um estudo de caso no Assentamento de Reforma Agrária Bom Jesus dos Fernandes no amapá”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Lana Patrícia de Matos dos santos sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Tartarugalzinho, de de 2021

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável